



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO/CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES

MILENA BORGES SIMÕES DE ARAÚJO

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES: um
estudo com os docentes do curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba – Campus

III

JOÃO PESSOA
2017

MILENA BORGES SIMÕES DE ARAÚJO

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES: um estudo com os docentes do curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba - Campus III

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (MPGOA/UFPB), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Gestão e Aprendizagens

Linha de Pesquisa: Gestão de Projetos Educativos e Tecnologias Emergentes

Orientador: Dr. Marckson Roberto Ferreira de Sousa

JOÃO PESSOA
2017

Catálogo na Publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A658c Araújo, Milena Borges Simões de.

Competência em informação nas organizações aprendentes:
um estudo com os docentes do Curso de Direito da Universida-
de Estadual da Paraíba - Campus III / Milena Borges Simões de
Araújo. - João Pessoa, 2017.

149 f.: il. -

Orientador: Marckson Roberto Ferreira de Sousa.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/MPGOA.

1. Gestão organizacional. 2. Organizações aprendentes. 3.
Competência em informação. 4. Informação jurídica. I. Título.

UFPB/BC

CDU – 334:658(043)

MILENA BORGES SIMÕES DE ARAÚJO

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES: um estudo com os docentes do curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba - Campus III

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do Título de Mestre.

Aprovada em: 14 / 08 / 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Marckson Roberto Ferreira de Souza - MPGOA /UEPB - Orientador


Prof. Dr. Guilherme Ataíde Dias - MPGOA /UEPB - Avaliador Interno

Prof.^a. Dra. Isa Maria Freire - PPGCI/UEPB - Avaliador externo

Prof.^a. Dra. Izabel França de Lima - Suplente interno - MPGOA/UEPB

Prof.^a. Dra. Alzira Karla Araújo da Silva - Suplente externo - PPGCI/UEPB

Aos meus filhos:

Dhébora e Yan, minha melhor parte;

Alysson, meu companheiro e amigo;

Aos meus amados pais, dedico!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à força infinita do Universo, o Deus criador dos céus e da terra, pela vida, pelas oportunidades concedidas e por ter me dado forças para concluir essa etapa da minha vida acadêmica.

À minha família por me apoiarem nessa trajetória.

Aos meus colegas do mestrado Andreza Nadja, Fernando Souza, Hellys Moraes e Kliandra de Almeida, pelas palavras de coragem e incentivo que me dava forças para prosseguir e pela amizade construída nesse período e pelos momentos de aprendizado em conjunto.

Às colegas e professoras do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, Edilene Toscano Galdino dos Santos e Ediane Toscano Galdino de Carvalho, pela valiosa colaboração.

Aos professores do Departamento do Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes, pelos ensinamentos passados ao longo do curso e pelos quais tenho grande admiração.

Ao meu orientador Dr. Marckson Roberto Ferreira de Sousa, pelas contribuições nesse período e pela paciência frente às minhas dúvidas.

Aos professores Dr. Guilherme Ataíde Dias e Dra. Isa Maria Freire pela gentileza de me honrarem em compor a banca avaliadora desta pesquisa. Como também às professoras Alzira Karla Araújo da Silva e Izabel França de Lima, membros avaliadores suplentes.

À Universidade Estadual da Paraíba por oportunizar essa formação em nível de mestrado através de convênio celebrado com a Universidade Federal da Paraíba.

Aos docentes do curso de Direito do Campus III - CH que colaboraram para o desenvolvimento desse estudo.

Ao diretor do Campus III da UEPB, professor Dr. Waldecir Ferreira Chagas e aos colegas de trabalho da Biblioteca do Campus III que me apoiaram e compreenderam minha ausência no ambiente de trabalho para concluir essa pesquisa.

A todos, o meu muitíssimo obrigada!

*“Compreendi que tenho ainda muito trabalho pela frente.
Se tivesse havido respostas fáceis, teria encontrado-as e fim,
mas agora cada pergunta levanta uma nova pergunta
e frequentemente,
até mesmo as respostas levantam perguntas.
Eu apenas espero ter aprendido o suficiente para
descobrir como encontrar as respostas e o que fazer com elas,
uma vez que as tenha encontrado”.*

Schweitzer, 1996.

RESUMO

A complexidade das informações jurídicas torna a necessidade de realizar o seu acesso digital e o uso de suas fontes de informação jurídica de forma eficaz, uma exigência inquestionável e premente. A partir desta realidade, o presente estudo objetiva analisar a competência informacional dos docentes do curso de Direito do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba quanto ao acesso e ao uso das fontes de informação jurídica. Considera que os docentes da área jurídica necessitam desta competência, uma vez que as Instituições de Ensino Superior são responsáveis pela produção acadêmica e pelo surgimento de novas informações jurídicas que influenciam na prática de pesquisa destes profissionais, o que remete aos seguintes questionamentos: como os docentes da área de direito buscam atender suas necessidades de informação? Quais as fontes de informação mais utilizadas pelos docentes da área jurídica? Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória e descritiva, delimitada pelas abordagens qualitativa e quantitativa. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário *online*, sendo os dados analisados pelo método da análise de conteúdo em uma amostra de 18 participantes. Ao abordar a competência em informação, buscou-se proporcionar um estudo que possa trazer contribuições práticas e teóricas, incentivando as discussões e o desenvolvimento de estudos relativos à informação jurídica. Os resultados evidenciaram que os docentes participantes da pesquisa indicaram ser detentores da maioria das habilidades relacionadas à competência informacional, constatação verificada a partir da base conceitual e do modelo de competência em informação *The Seven Pillars*. Concluiu-se, portanto, a necessidade de ampliação e do desenvolvimento de outras habilidades deste modelo, o que requer ações para melhorar o acesso e o uso das informações jurídicas. Com o objetivo de atender as demandas levantadas a partir dos resultados da pesquisa, sugerem-se ações sistêmicas de competência em informação na intenção de alcançar resultados positivos, com amplificação para além do ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Competência em informação. Informação jurídica. Fontes de informação jurídica. Biblioteca aprendente. Acesso e uso da informação.

ABSTRACT

The complexity of legal information makes it necessary to realize your digital access and use your sources of legal information effectively, an unquestionable and pressing requirement. Based on this reality, the present study aims to analyze the information competence of teachers of the Campus III Law course of the State University of Paraíba regarding access to and use of legal information sources. It considers that the legal professors need this competence, since the Institutions of Higher Education are responsible for the academic production and for the appearance of new juridical information that influence in the practice of research of these professionals, which refers to the following questions: as do law school teachers seek to meet their information needs? What sources of information are most used by legal professors? In methodological terms, this is a field research, exploratory and descriptive, de-limited by the qualitative and quantitative approaches. As an instrument of data collection, an online questionnaire was used, and data were analyzed by the content analysis method in a sample of 18 participants. In addressing the information competence, we sought to provide a study that can bring practical and theoretical contributions, encouraging the discussions and the development of studies related to legal information. The results showed that the teachers participating in the research indicated that they are holders of most of the skills related to informational competence, verified from the conceptual basis and the information competence model The Seven Pillars. Therefore, the need for expansion and the development of other skills of this model has been concluded, which requires actions to improve access to and use of legal information. In order to meet the demands raised from the research results, systematic actions of information competence are suggested in order to achieve positive results, with amplification beyond the academic environment.

Key words: Competence in information. Legal information. Sources of legal information. Learning library. Access and use of information.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Cursos Técnicos, EAD e Pós-graduações da UEPB.....	28
Quadro 2 -	Estrutura do questionário.....	35
Quadro 3 -	Categorias para análises.....	37
Quadro 4 -	Principais tipos de fontes de informação jurídica.....	42
Quadro 5 -	Etapas do <i>Big 6</i>	56
Quadro 6 -	Quadro 6 – Etapas de competências <i>Empowering 8</i>	58
Quadro 7 -	Modelo <i>The Seven Pillars</i>	59
Quadro 8 -	Frequência dos índices para quais fontes de informação recorrem quando sentem necessidade de informação.....	94
Quadro 9 -	Frequência dos tipos de fontes de preferência dos docentes.....	96
Quadro 10 -	Frequência de preferência das fontes impressa e digital.....	98
Quadro 11 -	Frequência dos Critérios de seleção das fontes de informação.....	99
Quadro 12 -	Frequência dos Campos de busca de pesquisa.....	101
Quadro 13 -	Frequência do Suporte para armazenar informações.....	103
Quadro 14 -	Frequência dos Métodos para apreender a informação.....	105
Quadro 15 -	Frequência dos Canais para comunicação de pesquisas.....	106
Quadro 16 -	Frequência dos Critérios para uso da ética e da legalidade na informação.....	107
Quadro 17 -	Frequência das Fontes para atualização na área de conhecimento.....	108
Quadro 18 -	Frequência do Local de acesso à internet.....	112
Quadro 19 -	<i>Blogs</i> citados pelos docentes.....	114
Quadro 20 -	Ambientes Virtuais de Aprendizagem citados pelos docentes.....	115
Quadro 21 -	Frequência dos Recursos utilizados em sala de aula.....	117
Quadro 22 -	Demonstrativo das respostas em relação à dificuldade em encontrar <i>sites</i> ou bases de dados.....	119
Quadro 23 -	Respostas sobre as fontes de informação essenciais para área jurídica ou disciplina de acordo com os participantes.....	120
Quadro 24 -	Frequência dos índices e número de respondentes – Categoria 1 – Fontes de informação jurídica na <i>Web/Internet</i>	121
Quadro 25 -	Frequência dos índices e números de respondentes - Categoria 2 - Fontes de informação jurídica.....	123

Quadro 26 - Frequência e número de respondentes - Categoria 3 - Fontes formais de in-
formação jurídica..... 125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Sexo da população pesquisada.....	90
Gráfico 2 -	Faixa etária.....	91
Gráfico 3 -	Nível de pós-graduação.....	91
Gráfico 4 -	Tempo que exercem suas atividades na instituição.....	92
Gráfico 5 -	Representação da preferência das fontes impressa e digital.....	98
Gráfico 6 -	Números de acesso à internet.....	113
Gráfico 7 -	Uso de <i>Blogs</i>	113
Gráfico 8 -	Frequência de Participação em AVA.....	114
Gráfico 9 -	Uso de ferramentas tecnológicas.....	115
Gráfico 10	Conhecimentos suficientes em informática.....	118
Gráfico 11	Facilidade para encontrar <i>sites</i> ou bases de dados.....	118
Gráfico 12	Representação da Categoria 1 - Fontes de informação jurídica na Web/ <i>Internet</i>	122
Gráfico 13 -	Representação da Categoria 2 - Fontes de informação jurídica.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AALL	<i>American Association of Law Libraries</i>
ACRL	<i>Association of College & Research Libraries</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
AVA	Ambiente virtual de aprendizagem
BDjur	Biblioteca Digital Jurídica
BN	Biblioteca Nacional
BDTD	Banco Digital de Dissertações e Teses
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CD	<i>Compact Disc</i>
CES/CNE	Câmara de Ensino Superior/Conselho Nacional de Educação
CH	Centro de Humanidades
CoInfo	Competência em Informação
DSI	Disseminação Seletiva da Informação
DVD	<i>Digital Versatile Disc</i>
E8	<i>Empowering 8</i>
EAD	Educação à Distância
FAFIG	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarabira
FURNe	Fundação Universidade Regional do Nordeste
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IEP	Instituto de Educação da Paraíba
IES	Instituição de Ensino Superior
IFAP	<i>The Information for All Programe</i>
LOGIN	Sistema de Legislação Informatizada
LexML	Rede de Informação legislativa e jurídica
LPSS	<i>Law & Political Science Section</i>
LSIL	<i>Law Student Information Literacy</i>

MAC	Museu Assis Chateaubriant
MAPP	Museu de Arte Popular da Paraíba
MEC	Ministério da Educação
NA	Arquivo Nacional
RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional
SCAD	Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SCONUL	<i>Society of College, National and University Libraries</i>
SIABI	Sistema de Automação de Bibliotecas, Arquivos, Museus e memoriais
SIB	Sistema Integrado de Bibliotecas
SICON	Sistema de Informações do Congresso Nacional
SISCOBIB	Sistema Informatizado para Emissão e Controle de Fichas Catalográficas
SISLEX	Sistema de Legislação, Jurisprudência e Pareceres
SRI	Sistemas de Recuperação da Informação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDICS	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISIST	Sistema Internacional de Informação Científica das Nações Unidas
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>
URNe	Universidade Regional do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	PROBLEMA DA PESQUISA.....	18
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	20
1.2.1	Objetivo geral.....	20
1.2.2	Objetivos específicos.....	20
1.3	JUSTIFICATIVA.....	20
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	22
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	24
2.1	NATUREZA DA PESQUISA.....	24
2.2	CAMPO DA PESQUISA.....	25
2.2.1	Caracterização do ambiente - Conhecendo a UEPB.....	25
2.2.2	Conhecendo o Centro de Humanidades e o Curso de Direito.....	29
2.2.3	Universo da pesquisa.....	33
2.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	33
2.4	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	36
3	FONTES DE INFORMAÇÃO.....	40
3.1	FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA.....	41
3.2	ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO.....	45
4	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO.....	51
4.1	MODELOS DE COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO.....	55
4.1.1	<i>The Big 6</i>.....	56
4.1.2	<i>Empowering 8</i>.....	57
4.1.3	<i>The Seven Pillars da Competência em Informação</i>.....	59
4.2	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO JURÍDICA.....	62
4.2.1	Competência em informação dos profissionais do direito.....	65
4.3	INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE DA APRENDIZAGEM.....	78
4.4	A BIBLIOTECA COMO ORGANIZAÇÃO APRENDENTE.....	81
4.4.1	Biblioteca setorial Professora Maria do Carmo de Miranda.....	84
5	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	89
5.1	COLETA DOS DADOS.....	89

5.1.1	Procedimentos de coleta e análise de dados.....	90
5.2	ANÁLISE DOS DADOS.....	90
5.2.1	Área 1 – Perfil social dos docentes do curso de Direito/UEPB/CH.....	90
5.3	ÁREA 2 – ETAPAS DO PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO.....	92
5.3.1	Área 2 – Categoria 1 – Fontes de informação.....	93
5.3.2	Área 2 - Categoria 2 –Recuperação da informação em bases de dados ele- trônicos.....	101
5.3.3	Área 2 - Categoria 3 - Tratamento da informação.....	102
5.3.4	Área 2 – Categoria 4 – Comunicação e uso da informação.....	106
5.4	ÁREA 3 –USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS/INTERNET.....	111
5.5	ÁREA 4 - NECESSIDADE E DEMANDA INFORMACIONAL.....	116
5.5.1	Área 4 -Categoria 1 - Fontes de informação jurídica na web/internet.....	121
5.5.2	Área 4 -Categoria 2 - Fontes de informação jurídica.....	123
5.5.3	Área 4 - Categoria 3 - Fontes formais de informação jurídica.....	125
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
	REFERÊNCIAS.....	132
	APÊNDICE A– TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NO CAMPUS III.....	141
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLA- RECIDO.....	142
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO.....	144
	ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	149

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea apresenta um novo contexto informacional e tecnológico denominado por alguns autores como Sociedade da Aprendizagem, (ASSMANN, 2000; HARGREAVES, 2003; POZO, 2004) e que subtende uma Sociedade da Informação e do Conhecimento. Caracterizada pelo avanço das tecnologias, esta sociedade da aprendizagem tem o seu eixo central no “aprender a aprender”; o que implica em novas formas de aprendizagem, nas quais a construção do conhecimento acontece de forma compartilhada e contínua.

O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) não só contribuiu para o surgimento deste novo conceito de sociedade como também trouxe consigo o aumento do fluxo de informação em suas diferentes fontes, disponibilizada sob a forma de fácil acesso e de rápida disseminação. Rompe fronteiras geográficas, porém, provoca em seus usuários uma sensação de desconforto, uma vez que diante de tantas informações estabelece um conflito em como decidir o que fazer com elas, no que tange à sua relevância e à sua confiabilidade.

Dentro deste contexto foram evidenciadas as fontes de informação jurídica que segundo Passos e Barros (2009) por serem atualizadas constantemente aportam à legislação da informação jurídica normativa um caos ininterrupto, dificultando o trabalho de advogados, de pesquisadores e, por consequência, a vida do próprio cidadão; uma vez que os especialistas jurídicos, se não conseguirem manter atualizadas todas as normas de seu campo de atuação, na mesma velocidade imposta pelas TIC, passam a contribuir para o agravamento da morosidade da justiça.

O cenário estudado apresenta complexidades e exige novas habilidades de acesso e uso da Informação; provocando a necessidade de um novo elemento responsável pelo processo de aprendizagem que auxilie e dinamize a geração de conhecimento e proporcione a competência necessária aos indivíduos no âmbito informacional.

Neste sentido Belluzzo (2014), afirma que o cerne do desenvolvimento de competências na sociedade contemporânea, especialmente no contexto organizacional, não está mais apenas no acesso à informação, e sim “no que fazer” com o uso dela.

Seguindo esse entendimento, Coutinho e Lisbôa (2011, p.11) consideram a sociedade contemporânea uma “[...] ‘sociedade aprendente’ em que o sucesso dos sujeitos depende da sua capacidade de processar e gerir a informação e, sobretudo, da sua capacidade de

adaptação à mudança. ” Neste âmbito, surge a Competência em Informação (CoInfo) com a finalidade de atender a essa nova demanda da sociedade

Deste modo a CoInfo apresenta características que abrange um conjunto de valores pessoais e sociais, conhecimentos e habilidades que permitem para além do desenvolvimento de competências na identificação da necessidade de informação, a possibilidade de avaliá-la, de buscá-la e de usá-la eficaz e eficientemente, dentro de parâmetros éticos, legais e econômicos e caracterizado por um processo contínuo de aprendizado.

O conceito surgiu pela primeira vez na literatura como *Information Literacy*, nos Estados Unidos, em 1974, elaborado pelo bibliotecário americano Paul Zurkowski. No Brasil o termo começou a ser abordado pela pesquisadora Sônia Caregnato a partir dos anos 2000, através da tradução deste termo em inglês para a língua portuguesa, “alfabetização informacional”, apresentado em um artigo de sua autoria (CAREGNATO, 2000).

De acordo com Hatschbach (2002) e Dudziak (2001, 2003) dentre os autores estrangeiros que tratam da temática Competência em informação estão Burchinal (1976), Taylor; Garfield (1979), Kulthau (1989), Doyle (1990) e entre os brasileiros conforme Farias e Belluzo (2015, p. 69) e Santos (2010) se pode citar Campello (2002), Lau (2003) e Miranda (2004).

Nesta perspectiva, o conceito de Competência em Informação, explorado nesta pesquisa, é o apresentado por Belluzo (2003 apud Basseto, 2012) que afirma que a competência em informação é uma área de estudos e de práticas que trata das habilidades para que o usuário reconheça a existência da necessidade de buscar a informação, tenha condições de identificá-la, de localizá-la e de utilizá-la efetivamente na produção de um novo conhecimento, unificando a compreensão e o uso de tecnologias e da aptidão de resolver problemas com responsabilidade, ética e legalidade.

Adotou-se esse conceito por ele contemplar exatamente o desenvolvimento de habilidades, pertinentes à competência do uso, do acesso e da localização da informação, no universo das tecnologias de comunicação e da informação facilitadoras de todo um processo em torno desta nova referência de processamento de aprendizagem.

Com origens no contexto da biblioteconomia e com uma evolução das práticas pedagógicas contemporâneas da educação e do estudo de usuários de bibliotecas (e suas consequências para além dele), a competência em informação passou a ser implantada ao redor do mundo, sobretudo, através das bibliotecas universitárias em colaboração com os docentes, envolvendo todo o trabalho bibliotecário, influenciando a maneira como a biblioteca se relaciona com seus usuários, no que tange à disponibilização de seus serviços e sua própria

identidade; e portanto integrando a competência em informação e o bibliotecário cada vez mais com o ambiente educacional (DUDZIAK, 2001).

Os treinamentos envolvendo competência em informação buscam suprir as habilidades da comunidade universitária em informação e diferentemente do ensino tradicional, eles são oferecidos de acordo com demandas específicas, de maneira cada vez mais prática e rápida, muitas vezes integrado à estrutura curricular dos cursos de graduação.

Conforme Amaral e Freire (2014) a biblioteca tem como missão organizar, disseminar e orientar o acesso e o uso da informação. Nesta condição ela tem um papel crucial no processo de aprendizagem, na medida em que, gerencia as possibilidades de acesso ao conhecimento. Desse modo a biblioteca contribui com as instituições de ensino, no que diz respeito, às competências em informação.

Ressalte-se aqui que a competência em informação favorece o nível de empregabilidade devendo ser promovida e apoiada pelas organizações, pelas instituições de ensino e por políticas públicas, instituições capazes de amplificar e expandir sua importância e sua abrangência.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Desde os anos 70 quando surgiu o conceito de Competência em Informação, os trabalhos com esta temática, são em sua maioria concentrados nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação e direcionados por estudos e práticas de competência informacional, relacionados à função educativa da biblioteca, do bibliotecário, do usuário e da escola. A exemplo do livro *Information literacy: Revolution in the Library* editado em 1989 por Patricia S. Breivik e E. Gordon Gee ressaltando a cooperação entre bibliotecários e administradores das universidades, cuja filosofia via a biblioteca como elemento chave na educação e o segundo documento mais importante, o da ALA - *American Library Association, Presential Committe on information literacy: Final Report* organizado por um grupo de bibliotecários e de educadores (DUDZIAK, 2003).

No entanto, atualmente, esta temática não se restringe exclusivamente à Biblioteconomia e à Ciência da Informação. Áreas como saúde, educação, direito e empresarial têm sido profundamente influenciadas por conceitos, práticas e ações, representando um esforço coletivo para discutir o acesso, uso e vinculações sociais, culturais e econômicas da informação (CAVALCANTE, 2006, p. 48).

Nesse sentido, parece-nos oportuno apresentar um estudo em competência informacional direcionado aos docentes de Instituição de Ensino Superior (IES), uma vez que a partir

dos anos 90, o uso das TIC se acentuou por meio da disponibilidade cada vez maior da informação em meio digital, possibilitando um fluxo da informação que não poderia passar despercebido pelos docentes e pelas IES.

Com a influência das TIC as IES também são colaboradoras em potencial da explosão informacional através do seu caráter inovador, transformador e propiciador de oportunidades por meio do ensino, pesquisa e extensão (COSTA, 2011).

Com o advento da Internet a disseminação da informação passou a ser um dos mais importantes instrumentos de pesquisa, permitindo a milhões de usuários a disponibilização de diversas fontes nacionais e internacionais do conhecimento (BARROS, 2004, p. 202).

Faz parte dessa explosão informacional as informações e fontes de informação jurídicas, uma vez que, o desenvolvimento e o surgimento de novas situações sociais na sociedade demandam alterações nas leis, modificando todo o sistema jurídico. Mesmo assim, vale ressaltar que, os atos jurídicos, que são tornados sem efeito depois da criação de uma nova lei ainda poderão ser aplicados, fazendo com que o armazenamento dessa informação seja constante e permanente.

Rezende (2004, p. 175) explana que mediante o volume da informação jurídica, diversas iniciativas foram desenvolvidas para tornar mais eficiente o acesso às fontes jurídicas como a utilização de bases em *CD-ROM*, *sites* jurídicos (sobretudo os governamentais e sites de revistas jurídicas) e que o governo, através da internet, vem melhorando o acesso informacional.

Na área do Direito, a informática tem representado uma grande aliada na organização e recuperação da informação jurídica. Há algumas décadas, o profissional jurídico contava com poucos recursos para saber, por exemplo, que leis estavam em vigor e quais já teriam sido revogadas.

Tem-se um novo enfoque [...] que é a valorização da qualidade do aprendizado “do quanto se é capaz de aprender através de informações diversificadas e contextualizadas e de se aplicar o conhecimento resultante do acesso e uso de tais informações, de forma flexível e adaptativa”. (MELO; ARAÚJO, 2007, p. 187). Ocorre então uma aceleração do processo de educação do indivíduo para o uso eficaz da informação, palco onde atua a Competência em Informação.

Diante da realidade, ora apresentada e que evidencia a necessidade indiscutível dos professores desenvolverem as competências necessárias quanto ao acesso e ao uso da informação; para que assim possam exercer de maneira adequada suas demandas profissionais, sociais, culturais e científicas é possível questionar: **como os docentes da área de direito**

buscam atender suas necessidades de informação? Quais as fontes de informação mais utilizadas pelos docentes da área jurídica?

Visto que as fontes de informação jurídica assim como as tecnologias se atualizam com frequência e necessitam de competência para seu uso; e essa exigência determina aos docentes a necessidade de capacitação contínua para que acompanhem e entendam as inovações tecnológicas.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

A fim de responder às questões propostas, estabelecemos os objetivos descritos a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a competência informacional dos docentes do curso de Direito do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) quanto ao acesso e uso da informação jurídica.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Traçar o perfil dos docentes do curso de Direito da UEPB – Campus III;
- b) Identificar a competência informacional dos docentes quanto à necessidade de informação jurídica;
- c) Verificar o acesso às fontes de informação jurídica utilizadas pelos docentes,
- d) Levantar as demandas de competência informacional para a recuperação da informação jurídica pelos docentes.

1.3 JUSTIFICATIVA

A motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa resulta do exercício profissional da pesquisadora, enquanto bibliotecária e gestora de biblioteca de uma Universidade Pública, além do interesse pessoal no estudo da temática, aqui proposta: competência em informação.

O interesse pelo tema surgiu da situação vivida pela sociedade contemporânea com a explosão de informações e a rapidez com que elas trafegam pelas redes de tecnologias da informação e de comunicação. O excesso e a velocidade de propagação da informação provocam com mais intensidade a sua obsolescência, principalmente na área jurídica. Fato que desencadeou também o interesse nas fontes de informações jurídicas e determinou a esco-

lha dos docentes do curso de Direito como população a ser analisada pela presente pesquisa. A escolha do local - Campus III se deu pelo fato de ser o local de trabalho da pesquisadora o que facilitou o desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com Hatschbach e Olinto (2008, p. 25) diferentes experiências de integração da Competência em Informação no currículo de algumas disciplinas, bem como o desenvolvimento das habilidades dos próprios docentes, têm aumentado expressivamente e contribuído para o alcance de resultados positivos para a área jurídica.

Nesta linha, as autoras citam os trabalhos de Lahert (2000), nos Estados Unidos, com o título de *Promoting Information Literacy for Science Education Programs: Correlating the National Science Education Content Standards with the Association of College and Research Libraries Information Competency Standards for Higher Education*; Mears (2002), no México, *Manejo de Recursos Informativos para Docentes: Modulo I: Información, Requerimiento Básico del Aprendizaje*; Lau (2006) *Aprendiendo a Enseñar: Pedagogía para enseñar competencias DHI* e no Reino Unido, Peter (2004), *Learning Outcomes and Information Literacy*.

Dentro desta perspectiva percebeu-se a importância de abordar a competência em informação relacionada aos docentes, principalmente porque dados da pesquisa relevaram a escassez de literatura brasileira a respeito da temática competência em informação jurídica.

Sendo assim nesta pesquisa, procurou-se relacionar a competência em informação aos docentes do curso de Direito do Centro de Humanidades (CH) da UEPB, para proporcionar, sobretudo, mais eficiência e eficácia no acesso e no uso dessas informações pertinentes à sua área de atuação e, conseqüentemente, a melhoria de suas atividades profissionais e acadêmicas.

Para tanto, tornou-se necessário identificar as competências informacionais destes docentes quanto à necessidade estratégica da informação, a verificação do acesso às fontes de informação jurídicas, por eles utilizadas, o que permitirá conhecer quais os procedimentos utilizados no processo de localização, acesso, e uso da informação com o objetivo de identificar suas competências informacionais em suas práticas educativas.

O estudo proporcionará também conhecer a habilidade que esses docentes possuem em utilizar as tecnologias no acesso, uso e compartilhamento de informação, além de fornecer informações quanto ao uso dessas tecnologias no ambiente acadêmico e levantar as demandas de competência informacional dos docentes para recuperação da informação.

Nesta perspectiva, faz-se necessário que os docentes desenvolvam competência em informação na sua área de atuação, a fim de estarem atualizados como mediadores e influenciadores na formação acadêmica dos discentes.

Para além, este estudo, objetiva analisar a competência informacional dos docentes do curso de direito do Campus III da UEPB, quanto ao acesso e ao uso da informação jurídica, visando desenvolver programas de ação voltados ao desenvolvimento da competência em informação aliada às TIC, tão evidentes na atualidade e primordiais nas formações.

Além disso, poderá contribuir para o avanço científico incentivando as discussões e o desenvolvimento de estudos na área, uma vez que a Competência em informação é um campo relativamente novo e em expansão no Brasil.

Possibilitará, também, que a teoria se alie à prática no exercício profissional da pesquisadora, tendo em vista, as melhorias dos serviços de organização de seu lócus laboral, aportando aos docentes e discentes o desenvolvimento quanto ao uso dos recursos informacionais, melhorias em suas práticas de pesquisas e atuações jurídicas.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Na busca em alcançar os objetivos apresentados foram determinadas, para este estudo, as seções que se sucedem.

A seção 1 parte introdutória trata da apresentação geral da pesquisa destacando as evidências da atualidade, trazendo de forma contextualizada o tema Competência em Informação, com noções de conceitos bem como sua importância para a sociedade. Abrange ainda a definição do problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos como também os motivos que justificam a pesquisa em questão.

A seção 2 diz respeito ao percurso metodológico, composto pela natureza da pesquisa de campo com a caracterização do ambiente; descrição dos sujeitos da pesquisa, definição do instrumento e do procedimento de coleta e análise de dados.

Para proporcionar um estudo com base teórica sólida, nas seções 3, 4 e 5 são explicitados os conhecimentos já construídos e que deram o aprofundamento teórico necessário ao entendimento das questões levantadas no presente estudo.

A seção 3 discorre sobre as fontes de informação, abordando especificamente as fontes de informação jurídica, explicitando os diversos tipos de fontes formais e as mais importantes do direito e para que se tenha uma visão abrangente destas fontes a abordagem contempla a importância do acesso, do uso e da qualidade da informação.

A seção 4 aborda a Competência em Informação, foco desta pesquisa, apresentando um resumo histórico de sua origem, seus conceitos, finalidade e importância para o contexto atual da sociedade. São apresentados os modelos de competência da informação, o *Big 6*, o *Empo-*

wering 8 e o *The Seven Pillars* explicitando suas características e finalidades. Aborda a Competência em informação jurídica e caracteriza as competências necessárias ao profissional da área jurídica frente à capacitação para o uso das fontes de informação. Discute a influência das tecnologias da informação e comunicação em relação à competência em informação na sociedade da aprendizagem e atribuindo à biblioteca uma característica de organização aprendente.

Os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos na seção 5 com a análise do questionário aplicado no decorrer do processo.

E finalizando a pesquisa, na seção 6, são apresentadas as considerações finais, ressaltando algumas sugestões e recomendações para estudos futuros. Em seguida, são apresentadas as referências utilizadas para nortear a pesquisa, bem como os apêndices e anexos que a compõem.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia de uma pesquisa compreende um conjunto de técnicas e etapas que ao serem desenvolvidas e observadas pelo pesquisador, permitem chegar a um determinado fim. Marconi e Lakatos (2010), consideram que a metodologia é um conjunto de atividades sistêmicas e racionais que permite alcançar o objetivo com mais segurança e economia traçando o caminho a ser percorrido, identificando erros e auxiliando as decisões do pesquisador.

A metodologia que foi escolhida para este estudo perpassa os objetivos traçados tornando-a, assim, adequada aos propósitos buscados.

2.1 NATUREZA DA PESQUISA

O estudo está inserido na área das Ciências Sociais Aplicadas, e o seu delineamento está fundamentado na revisão da literatura acerca do tema, por meio de materiais impressos e eletrônicos disponibilizados na internet, incluindo artigos de periódicos, livros, anais de eventos, teses e dissertações, e outras fontes de informação relacionadas ao estudo.

Quanto ao objetivo, esta pesquisa, caracteriza-se, como sendo do tipo **exploratória e descritiva**, pois o tema Competência em Informação direcionada aos docentes da área jurídica é questão inexplorada ou pouco explorada na literatura da área até o presente momento. Segundo Gil (2010, p. 27), **a pesquisa exploratória** “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias [...]”, proporcionando maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Enquanto que **a pesquisa descritiva** visa descobrir e observar fenômenos, e descrever as características de determinada população ou fenômeno, e ainda cooperar para o estabelecimento de relações entre variáveis.

Como técnica de pesquisa é caracterizada como **pesquisa de campo**, utilizada com a finalidade de obter informações e/ou conhecimentos acerca de determinado problema, para o qual se busca uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre elas. O interesse desse tipo de pesquisa está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de diversos aspectos da sociedade (MARKONI; LAKATOS, 2010).

Com relação a natureza dos dados, a pesquisa possui uma abordagem **quantitativa. Qualitativa**, porque, busca a quantificação dos dados que fornecem o perfil dos docentes, os procedimentos de localização, o acesso, o uso, a busca e a recuperação da infor-

mação. Essa abordagem permitirá a análise das respostas às questões fechadas através do tratamento estatístico dos dados coletados permitindo compreender os processos de acesso e uso da informação.

Corroborando com o que foi dito Richardson (2012) afirma que a **pesquisa quantitativa** se caracteriza pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas, esse método possui como diferencial a intenção de garantir a precisão dos trabalhos realizados, conduzindo a um resultado com poucas chances de distorções.

Já a **pesquisa qualitativa** responde às questões mais específicas. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser mensurada. No qual o seu universo de significados reúne componentes intangíveis: o comportamento organizacional, as crenças, as percepções, os valores e as atitudes, o que corresponde à natureza mais complexas das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003).

Portanto, essa pesquisa é qualitativa na medida em que busca expandir o entendimento, relacionando as habilidades identificadas na população pesquisada com as descritas pelo modelo de competência em informação *The Seven Pillars*; como também facilita a compreensão das respostas às perguntas abertas permitindo a compreensão das questões subjetivas relacionadas às demandas e à necessidade de informação, referentes à competência em informação.

2.2 CAMPO DA PESQUISA

Essa pesquisa desenvolveu-se no Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba localizada no Campus III em Guarabira – Paraíba, especificamente no Departamento de Ciências Jurídicas.

2.2.1 Caracterização do ambiente - Conhecendo a UEPB¹

A história da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) começa com a criação da Universidade Regional do Nordeste (URNe) pelo prefeito e advogado Williams de Souza Arruda cuja mantenedora seria a Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNe). Escolhido

¹Texto adaptado da UEPB e disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/a-uepb/historico/>>.

por unanimidade como forma de reconhecimento e honra ao mérito para presidir e exercer a Reitoria da Fundação, Williams de Souza Arruda, não chegou a assumir o reitorado devido as responsabilidades de seu cargo como prefeito. O vice-reitor, o economista Edvaldo de Souza do Ó, acabou assumindo a Reitoria em 1966 até 1969, quando a intervenção federal, consequência do golpe militar se abateu sobre a URNe.

No entanto, a URNe, hoje UEPB já era uma realidade irreversível graças à ação realizadora de Edvaldo do Ó e de um grupo de colaboradores. Cabia aos que viriam em seguida, dar continuidade à obra iniciada em 1966.

A estadualização da Universidade se deu por uma vigorosa mobilização articulada por representantes de professores, estudantes e funcionários acompanhados por lideranças políticas, classistas e comunitárias que levou o governador do Estado a promover a estadualização depois de várias tentativas e lutas.

Num primeiro momento, o que se pretendia era a federalização da URNe, porém não desprezavam a ideia de que a estadualização poderia ser mais um caminho. Alguns reitores tentaram sem êxito junto ao governador Clóvis Bezerra. Foi então no reitorado do professor Sebastião Guimarães Vieira que o governador Tarcísio Burity sancionou a Lei n. 4.997 de 11 de outubro de 1987 que transformava a URNe em UEPB.

Depois da criação e da autorização para que a URNe funcionasse, a estadualização foi um fato de grande repercussão na história da instituição.

O reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC) veio, exatamente, quando a UEPB celebrava os 30 anos de criação daquela que lhe deu origem, a Universidade Regional do Nordeste. O ato de reconhecimento foi assinado em Campina Grande pelo então ministro da Educação, Paulo Renato Souza, ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, no final do segundo reitorado do professor Itan Pereira da Silva.

O Decreto de Reconhecimento foi assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e a partir daí a UEPB passou à condição de Instituição de Ensino Superior consolidada e definitiva, cujos méritos foram reconhecidos pela instância governamental responsável pelo ensino em todo o país.

Nesse momento, em 1º de novembro de 1996, nove anos depois da estadualização da URNe, a UEPB já era uma clara realidade, com mais de 11 mil alunos, 890 professores e 691 servidores técnico-administrativos; atuando em 26 cursos de graduação, vários cursos de especialização, dois cursos de mestrado, além de duas escolas agrotécnicas, reunindo quase 400

alunos. O reconhecimento pelo MEC também foi considerado como um dos importantes fatos da história da UEPB.

A UEPB inaugurou uma nova fase em sua história no momento em que sua autonomia financeira foi concedida através da Lei nº 7.643, de 6 de agosto de 2004, sancionada pelo então governador Cássio Cunha Lima.

Para todas as lideranças envolvidas na luta por esta conquista, a Autonomia Financeira representou uma vitória do ensino público e gratuito. Com os devidos recursos financeiros para desenvolver as suas ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, a UEPB pôde contribuir de forma decisiva para as soluções dos graves problemas que assolam a Paraíba, entre eles, os setores educacionais e saúde.

Com sua Autonomia, a UEPB passou a ter condições de expandir-se e melhorar a qualidade do ensino de graduação, investir na pós-graduação e nas atividades de pesquisa e extensão. Mas, apesar da Lei concedendo a Autonomia da UEPB só ter sido, de fato, sancionada em 2006, a luta pela Autonomia não é recente. Nove anos antes, o então governador Ronaldo Cunha Lima assinava o decreto que concedia a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira da Universidade Estadual da Paraíba, sonho acalentado por muitas universidades públicas do país.

Atualmente a Universidade Estadual da Paraíba possui dois museus: o Museu de Arte Popular da Paraíba (MAPP) e o Museu Assis Chateaubriant (MAC); 52 cursos de graduação, sendo 28 de licenciaturas e 24 bacharelados. Desse total, dos 28 são no Campus I (Campina Grande), um no Campus II (Lagoa Seca), seis no Campus III (Guarabira), dois no Campus IV (Catolé do Rocha), três no campus V (João Pessoa), quatro no campus VI (Monteiro), cinco no campus VII (Patos) e três no campus VIII (Araruna) totalizando oito Campi. São oferecidos dois cursos de Direito, um no Campus I e um no Campus III. Dispostos da seguinte forma:

- **CAMPUS I:** Ciência da Computação (Licenciatura), Ciência da Computação, (Bacharelado), Matemática (Licenciatura), Física (Licenciatura), Química (Licenciatura), Estatística (Bacharelado), Química Industrial (Bacharelado), Eng. Sanitária e Ambiental (Bacharelado), Ciências Biológicas (Licenciatura), Ciências Biológicas (Bacharelado), Educação Física (Licenciatura), Odontologia (Bacharelado), Farmácia (Bacharelado), Fisioterapia (Bacharelado), Psicologia (Bacharelado), Administração (Bacharelado), Ciências Contábeis (Bacharelado), Comunicação Social (Bacharelado), Serviço Social (Bacharelado), Direito (Bacharelado), Letras – Língua Portuguesa (Licenciatura), Letras – Língua Inglesa (Licenciatura), Letras – Língua

Espanhola (Licenciatura), História (Licenciatura), Geografia (Licenciatura), Pedagogia (Licenciatura) e Filosofia (Licenciatura).

- **CAMPUS II:** Agroecologia (Bacharelado).
- **CAMPUS III:** Letras – Língua Portuguesa (Licenciatura), Letras – Língua Inglesa (Licenciatura), História (Licenciatura), Geografia (Licenciatura), Pedagogia (Licenciatura), Direito (Bacharelado).
- **CAMPUS IV:** Letras – Língua Portuguesa (Licenciatura), Ciências Agrárias (Bacharelado).
- **CAMPUS V:** Ciências Biológicas (Bacharelado), Relações Internacionais, Arquivologia.
- **CAMPUS VI:** Matemática (Licenciatura), Letras – Língua Portuguesa (Licenciatura), Letras – Língua Espanhola (Licenciatura), Ciências Contábeis (Bacharelado).
- **CAMPUS VII:** Administração (Bacharelado), Física (Licenciatura), Matemática (Licenciatura), Ciências Exatas (Licenciatura), Ciência da Computação (Licenciatura).
- **CAMPUS VIII:** Ciências da Natureza (Licenciatura), Engenharia Civil (Bacharelado), Odontologia (Bacharelado).

Além dos cursos acima, a UEPB possui dois cursos técnicos; 37 cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* e quatro cursos de Educação à Distância (EAD) como mostra o quadro 1.

Quadro 1 – Cursos Técnicos, EAD e Pós-graduações da UEPB

TIPOS DE CURSOS	ÁREAS
CURSOS TÉCNICOS	• Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio.
	• Técnico em agropecuária subsequente.
CURSOS DE EAD	• Administração pública (Bacharelado)
	• Gestão Pública (Pós-graduação à distância)
	• Gestão em Saúde (Pós-graduação à distância)
	• Gestão Pública Municipal (Pós-graduação à distância)
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	• Agroecologia
	• Auditoria e Perícia contábil
	• Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial
	• Contabilidade de Custos para Tomada de Decisão
	• Desenvolvimento Humano e Educação Escolar
	• Educação Étnico-racial na Educação Infantil
	• Ensino de Geografia
	• Estatística Aplicada
	• Etnobiologia
	• Gestão de Cooperativas de Crédito
	• Inteligência Policial e Análise Criminal
	• Gestão Estratégica na Segurança Pública

	• Letras: Estudos Linguísticos e Literários • Novas Tecnologias na Educação
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU - PROGRAMAS ACADÊMICOS	• Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias
	• Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas
	• Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
	• Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação
	• Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
	• Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática
	• Programa de Pós-Graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza
	• Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade
	• Programa de Pós-Graduação em Odontologia
	• Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde
	• Programa de Pós-Graduação em Química
	• Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
	• Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
	• Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental
PROGRAMAS PROFISSIONAIS	• Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciência e Tecnologia em Saúde
	• Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de Física
	• Programa de Pós-Graduação Profissional em Formação de Professores
	• Programa de Pós-Graduação Profissional em Letras
	• Programa de Pós-Graduação Profissional em Matemática

Fonte: Adaptado de Universidade Estadual da Paraíba, 2016.

Os Cursos de Graduação da Universidade Estadual da Paraíba são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação, que supervisiona e coordena suas atividades, dinamizadas, sobretudo, através do Projeto Pedagógico de Curso onde constam todas as informações referentes ao currículo.

2.2.2 Conhecendo o Centro de Humanidades² e o Curso de Direito³

O Centro de Humanidades (CH) Osmar de Aquino instalado no Campus III da UEPB no município de Guarabira recebeu esse nome em homenagem ao advogado guarabirense duas vezes prefeito do município sendo nomeado para o cargo em 1940, e eleito em 1955.

Inicialmente sua denominação era Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarabira (FAFIG) fundada pela professora potiguar Maria do Carmo de Miranda, nascida no dia 7 de junho de 1942, em Macau, no Rio Grande do Norte. A FAFIG foi criada pela Lei Municipal nº 132 de 06/09/1967 e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 09/09/1967 com o

² Texto adaptado da UEPB e disponível em: <<http://centros.uepb.edu.br/ch/sobre-a-instituicao/>>.

³ Texto adaptado da UEPB e disponível em: <<http://centros.uepb.edu.br/ccj/historico/>> e <<http://centros.uepb.edu.br/ccj/sobre/>>.

objetivo de fomentar o ensino de nível superior. No entanto a autorização para o funcionamento da FAFIG ocorreu quatro anos depois, em 14/4/1971, através do Decreto 63.509 tendo como sua mantenedora a Fundação Educacional de Guarabira, vinculada à prefeitura Municipal.

Nesse contexto, em 15/12/1977, houve o reconhecimento do curso de Licenciatura de 1º grau em Estudos Sociais e Letras, através do decreto nº 81.039. Apenas em 1979, o decreto municipal nº 64/79 criou o Campus Universitário de Guarabira e, em 1983, a FAFIG foi transferida para o Bairro de Areia Branca, Km 01 da rodovia PB – 075, onde se localiza até os dias atuais tendo mais uma vez à frente a Fundação Educacional de Guarabira. Em 1983 a Resolução nº 20/83 autorizou o funcionamento dos cursos de licenciaturas em Geografia, História e Letras.

Em novembro de 1987, após aprovação do projeto de lei número 81/87, de autoria do deputado estadual Roberto Paulino, a FAFIG foi incorporada à UEPB pelo governador Tarcísio Burity.

Sua fundadora, Maria do Carmo de Miranda fixou residência junto com a família na cidade de Cabedelo em 1952, onde concluiu o ensino primário. Para prosseguir os estudos, mudou-se para a cidade de João Pessoa, onde passou a estudar no colégio Lins de Vasconcelos; nesta fase começou a demonstrar interesse pela educação, ministrando aulas de reforço escolar em domicílio com apenas 16 anos.

Sua primeira experiência de docência foi proporcionada por uma vaga que surgiu na prefeitura de João Pessoa, cujo ensino era oferecido na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, situado no Varadouro. Nesse período, inexistia, formalmente, rede de ensino municipal, sendo este realizado em locais como igrejas ou mesmo pela própria comunidade, em salas com turmas multisseriadas.

Concluído o ginásio, estudou pedagógico no Instituto de Educação da Paraíba (IEP), terminado em 1962. Recebeu do então governador do Estado, Pedro Moreno Gondin, como presente de formatura, a nomeação de Diretora da Rede Ferroviária Engenheiro Wanderley, na cidade de Cabedelo, tendo como lema: “trabalho de conquista”.

Quando a escola foi desativada, Maria do Carmo foi transferida para o Grupo Escolar João XXIII, também em Cabedelo. Ainda na cidade de Cabedelo, fundou o Externato Nossa Senhora do Carmo, que oferecia educação infantil (antigos maternal, jardim e alfabetização). O Externato foi a realização de um sonho que perseguiu durante toda a sua vida.

Licenciou-se em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1967. Na Escola Normal de Santa Rita, em 1969, foi convidada

a ministrar a disciplina de Psicologia da Educação. Em 1971, foi admitida para exercer a função de professora de Prática de Ensino (didática) na mesma instituição.

Dez anos depois, foi nomeada para exercer, de forma comissionada, o cargo de Administradora da Escola Normal Aluísio Pereira Borges, também em Santa Rita. Em 1986, foi convidada assumir o cargo de administradora escolar da Escola Normal Estadual Ministro Pereira Lira.

Como fundadora da FAFIG, hoje o Campus III da UEPB, empregou enorme empenho para que a unidade fosse estadualizada. Faleceu no dia 7 de setembro de 1988, em João Pessoa, vítima de um aneurisma cerebral, deixando dois filhos e uma história de paixão e dedicação à educação. A biblioteca do Campus III recebe o seu nome como forma de homenageá-la como Patrona.

A Faculdade de Direito da atual UEPB foi criada em 13 de março de 1967, sob o reitorado do economista, Edvaldo de Sousa do Ó. Teve como seu primeiro Diretor, um dos seus idealizadores, o Pastor Raul de Sousa Costa. Sua primeira turma foi formada por cem alunos. O curso era pago e ainda não reconhecido pelo Ministério da Educação. Integrando inicialmente a FURNe, posteriormente, com o processo de Estadualização da UEPB, em 18 de dezembro de 1971, a Faculdade de Direito foi inserida, tendo o Prof. Sebastião Guimarães Vieira como Reitor dessa instituição.

Posteriormente, mudou-se para o Seminário Diocesano, depois para o segundo andar da Faculdade de Administração (onde formou sua primeira turma) e, em seguida, para o antigo Colégio Anita Cabral, onde se encontra até hoje. Convém enfatizar que de início o Curso de Direito desempenhava um papel de formação de uma classe política, intelectual e empresarial, que deixava de emigrar para outras cidades. Hoje, Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), possui, atualmente, mais de 800 alunos matriculados, e mantém a mesma filosofia, no que diz respeito, a formação política, intelectual e empresarial de seus alunos.

O Centro de Ciências Jurídicas possui dois departamentos – o Departamento de Direito Privado e o Departamento de Direito Público que buscam, através da formação continuada, estabelecer o diálogo do jurídico com o social, efetivando o Plano Político-Pedagógico e fortalecendo a relação ensino-pesquisa-extensão.

O Curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba busca a formação de bacharéis socialmente responsáveis, de modo a promover a cidadania, o bem-estar, o respeito aos direitos humanos, a solidariedade e o Estado Democrático de Direito, tudo isso sempre procurando a condição de legitimidade inerente à Dignidade da Pessoa Humana.

Em relação à infraestrutura, o campus III possui além de salas de aula, laboratório, biblioteca; um centro de referência em direitos humanos da Paraíba, escritório modelo de direito e ambiente dos grupos de pesquisa em direito (Núcleo de práticas Jurídicas).

O tempo mínimo de integralização contempla 5 anos e o tempo máximo 7 anos. Foi criado por resolução e seu regime é seriado, semestral com duas entradas, totalizando 4.500h/a, nos turnos manhã e tarde (Campus III).

O curso possui natureza transdisciplinar, articulando teoria e prática, almejando uma efetiva autonomia profissional. Reitera a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, enfocando as necessidades sociais particulares da Região, na qual está inserida, possibilitando assim o atendimento de um razoável contingente populacional, com as metas de preservação e esclarecimento de seus direitos e deveres como cidadãos brasileiros, cientes da natureza de uma instituição pública que tem o seu compromisso maior com a população que a prover.

Na área do Direito seu campo de atuação vem abrangendo espaços cada vez maiores, por meio das carreiras jurídicas, Advocacia geral e especializada, Magistratura, Ministério Público, Segurança pública e Defesa Social, Fiscalização Tributária, Defensoria Pública, docência e pesquisador do Direito, notadamente aos que buscam qualificação através dos cursos de pós-graduação.

O Núcleo de Prática Jurídica propicia o conhecimento prático, nas mais diversas Instituições, o que contribui sobremaneira para a formação dos profissionais do Direito, aptos às demandas do mundo jurídico. O escritório modelo, ambiente de estágio do Curso de Direito, no qual os alunos desenvolvem as atividades de treinamento, de modo supervisionado, junto aos professores com habilitação para atuar nas instâncias judiciais.

O estágio obrigatório é parte integrante da formação jurídica, e, embora haja no ambiente jurídico espaço para desenvolver o estágio de prática jurídica em órgãos públicos e organizações privadas, o ambiente da faculdade é o lugar primeiro dessas atividades

A concepção deste curso baseia-se na visão de que o Direito se destina à realização de dois objetivos básicos: a organização da sociedade e a resolução dos conflitos, sempre respeitando os valores acatados pela ordem jurídica constitucional. No Brasil, o ensino jurídico precisa contribuir criativamente para o desenvolvimento da nossa sociedade, devendo então se adaptar às inovações tecnológicas e científicas. Logo, é notória a necessidade da consolidação de novos institutos jurídicos como instrumentos de viabilização das demandas sociais emergentes e do acelerado processo integrativo das sociedades modernas presentes no mundo globalizado.

As bases para a sistematização do Projeto Político-pedagógico do curso de Direito advêm do compromisso que o CCJ/UEPB assume, prioritariamente, com as demandas sociais da região.

Em 2016 a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional Paraíba, por intermédio da Comissão de Estágio e Exame de Ordem, divulgou o desempenho das instituições de ensino da Paraíba no XIX Exame de Ordem Unificado, realizado entre as datas de 03 de abril de 2016 (1ª fase) e 29 de maio (2ª fase). O curso de direito da UEPB em Guarabira – Campus III teve o 5º melhor desempenho e o Campus I em Campina Grande o 4º melhor entre as Instituições de Ensino Superior do Estado⁴. (IES).

Atualmente o Campus III é considerado um dos mais atuantes da UEPB contribuindo em particular com o desenvolvimento regional, que é o efetivo compromisso da UEPB.

2.2.3 Universo da pesquisa

O Departamento de Ciências Jurídicas do CH localizado no Campus III da UEPB conta atualmente no seu quadro de profissionais com uma coordenadora, um coordenador adjunto, dois secretários e 32 professores.

O universo da pesquisa se constituiu dos 32 docentes do curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas e a amostra foi composta por 18 docentes. Dos 32 professores, com quatro deles não foi efetivado o contato, devido ao número de telefone inexistente, chamadas não atendidas e endereço de *e-mail* incorreto; sendo assim, foi efetivado o contato com 28 docentes. Desse modo, o primeiro contato foi feito, por telefone, com estes 28 docentes, que aceitaram participar da pesquisa autorizando o envio do questionário e confirmando o endereço de *e-mail*. Após a confirmação o questionário foi enviado para o *e-mail* de cada um. Dos 28 participantes, 18 responderam ao questionário.

2.3 INSTRUMENTO DE COLETA

O instrumento utilizado para coleta de dados foi tipo questionário *online* formulado pela ferramenta *Google Docs*, com 23 perguntas abertas e fechadas, de múltipla escolha. Conforme Marconi e Lakatos (2010, p.184), “questionário é um instrumento de coleta de dados, consti-

⁴Informação disponível em: <<http://portal.oabpb.org.br/exibe-noticia.php?codigo=8031>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

tuído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Ademais Gil (2010), considera esse instrumento como o meio mais rápido e menos oneroso de adquirir a informação necessária, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato.

A escolha pelo questionário utilizando a ferramenta de formulários *Google Docs* se deu pela facilidade e a rapidez na elaboração, no envio, no compartilhamento e na análise posterior dos dados, características importantes desse recurso.

Conforme Malhotra (2006, p. 32):

As pesquisas realizadas com auxílio da Internet estão ficando cada vez mais populares entre os pesquisadores, principalmente devido às suas vantagens, entre as quais figuram os menores custos, rapidez e a capacidade de atingir populações específicas, assim como, do ponto de vista do respondente, é possível responder da maneira que for mais conveniente, no tempo e local de cada um.

O convite para participar da pesquisa foi enviado por *e-mail* juntamente com o *link* correspondente ao questionário. No corpo do questionário apresentou-se um texto explicando a pesquisa e as instruções para respondê-lo. Os endereços de *e-mail* foram fornecidos pela coordenação do curso de Direito.

O questionário *on line* proporcionou uma maior facilidade no acesso aos docentes, uma vez que não foi possível o contato presencial devido a alegação por parte dos mesmos da falta de tempo para preenchimento do questionário enquanto estavam na universidade e também da dificuldade em encontrar alguns professores no ambiente. Desse modo, a escolha deste tipo de questionário foi considerada como o instrumento adequado para descrever e analisar os dados com mais rapidez e eficiência.

De acordo com Aaker (2007, p. 27) a coleta de dados utilizando o questionário *online* pode proporcionar algumas vantagens como: os questionários podem ser enviados quantas vezes forem necessárias com maior velocidade; maior velocidade também no recebimento das respostas e os questionários podem ser respondidos de acordo com a conveniência e o tempo do entrevistado.

As questões que compõem o questionário (apêndice B) foram baseadas nas concepções para a competência em informação apresentadas por Belluzzo e elaboradas a partir de Santos (2010) e Costa (2011), contendo 23 perguntas. O quadro 2 esclarece a estrutura e exhibe como as partes do questionário estão organizadas e como as questões estão agrupadas, a saber: **Área**

1 - Perfil social, voltada ao primeiro objetivo específico da pesquisa, traçar o perfil social dos docentes do curso de direito da UEPB - Campus III. A **Área 2 – Etapas do processo de localização, acesso, e uso da informação** e a **Área 3 – Uso de Tecnologias/Internet**, estas últimas voltadas para cumprir o segundo e o terceiro objetivos específicos, respectivamente, ou seja, identificar a competência informacional dos docentes quanto à necessidade estratégica da informação e verificar o acesso às fontes de informação utilizadas pelos docentes. A **área 4 – Necessidade e demanda informacional**, está alinhada ao quarto objetivo, a saber, levantar as demandas de competência informacional para recuperação da informação.

Quadro 2 - Estrutura do questionário

DIVISÃO DAS PARTES DO QUEST. /ABORDAGEM	OBJETIVOS RELACIONADOS	QUANT. DE PERGUNTAS	NÚM. DE QUESTÕES
Área 1 - Perfil social	a) traçar o perfil social dos docentes do curso de direito da UEPB - Campus III.	4	1,2,3,4
Área 2 – Etapas do processo de localização, acesso, e uso da informação	b) identificar a competência informacional dos docentes quanto à necessidade estratégica da informação	10	5, 6, 7,8,9,10, 11,12,13,14
Área 3 – Uso de Tecnologias/Internet	c) verificar o acesso a fontes de informação utilizadas pelos docentes	5	15, 16, 17, 18, 19
Área 4 –Necessidade e demanda informacional	d) levantar as demandas de competência informacional para recuperação da informação	4	20,21,22, 23

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Para avaliação e validação do instrumento de pesquisa foi realizado um pré-teste, com dois docentes que não participaram do resultado final da pesquisa.

Segundo Gil (2010), o pré-teste está centrado na avaliação do instrumento, visando garantir que meçam precisamente o que pretende medir, e só então, a partir daí, é que o instrumento estará validado para o levantamento dos dados. Portanto, na aplicação do pré-teste, são testadas, a clareza, a precisão e a relação das perguntas, com relação à relevância e à pertinência com os objetivos estabelecidos, compreendendo um conjunto de técnicas que viabilizam e validam a confiabilidade dos resultados.

A realização do pré-teste indicou que não seriam necessárias modificações no questionário atendendo aos objetivos desejados. O questionário (apêndice B) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que se encontra no apêndice C foram submetidos à apreciação do Comitê de Ética obtendo aprovação conforme visualizado no anexo A. Os

resultados serão relacionados ao modelo de Competência em informação *The Seven Pillars* da SCONUL (2011).

2.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Foi solicitado ao diretor do Campus III da UEPB autorização para realização da pesquisa com os docentes do curso de Direito do CH através de um termo de autorização devidamente preenchido e assinado pelo diretor conforme apêndice A. O termo de autorização foi entregue à coordenação do curso com a solicitação da listagem com os nomes, telefones e *e-mails* dos professores ativos do curso de Direito do CH. A partir desta listagem, foi mantido o primeiro contato com os docentes do curso de Direito do CH por meio do telefone para apresentação da autora, explicação da pesquisa e solicitação da participação na pesquisa através da autorização para o envio do questionário. Com a confirmação dos docentes em participar, o *e-mail* foi enviado juntamente com o *link* que remete ao preenchimento do questionário e a explicação da pesquisa além de informações sobre a pesquisadora.

Após duas semanas do envio do questionário, em virtude da pouca adesão dos docentes em responder ao questionário, foi realizado um segundo contato telefônico para dar conhecimento aos docentes que o questionário ainda não havia sido respondido e também ressaltar a importância da colaboração dos mesmos e dos prazos para a pesquisa. Atendendo ao chamamento, o número de docentes participantes aumentou significativamente. Os participantes envolvidos responderam a todas as perguntas fechadas do questionário e apenas alguns responderam às questões abertas.

Os procedimentos de análise e interpretação dos dados permitiu compreender a competência em informação dos docentes do curso de direito do CH/UEPB. Para a análise e a interpretação dos dados desta pesquisa utilizou-se a técnica de análise de conteúdo que, na concepção de Bardin (2011, p. 37) é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto; as comunicações.

A maioria dos procedimentos de análise se organiza em torno de um processo de categorização, entretanto não é etapa obrigatória na análise de conteúdo, mas facilita a análise da informação (BARDIN, 2011, p. 147).

Em conformidade com o tema estabeleceu-se categorias criadas *a priori* e categorias criadas *a posteriori*. No primeiro caso, as categorias foram criadas com base no questionário e se referem aos dados quantitativos. “Nesse caso, as categorias e seus respectivos indicadores são predeterminados em função da busca a uma resposta específica do investigador”. (FRANCO, 2012, p. 64).

No segundo caso, as categorias foram criadas, *a posteriori*, e, portanto, estão relacionadas aos dados qualitativos e desenvolvidas a partir de questões abertas e idealizadas no decorrer da análise. “Emergem da ‘fala’, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constante ida e volta ao material de análise à teoria” (FRANCO, 2012, p. 65).

As categorias *a priori*, dizem respeito, apenas à **Área 2** - Etapas do processo de localização, acesso e uso da informação e divididas em 4 categorias conforme mostra o quadro 3. E as categorias *a posteriori*, emergiram de acordo com as respostas dos participantes para a **Área 4** do questionário, especificamente para a questão vinte e três (23) conforme exposto no Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias para análises

ÁREA 1 – PERFIL SOCIAL DOS DOCENTES	
TÓPICOS	ÍNDICES
Gênero	Feminino Masculino
Faixa Etária	Entre 20 anos a 30 anos Entre 31 anos a 40 anos Entre 41 anos a 50 anos Acima de 50 anos
Nível de Pós-graduação	Nenhuma Especialização Mestrado Doutorado Pós-doutorado
Tempo que exerce suas atividades na instituição	Menos de 1 ano Entre 1 ano e 4 anos Entre 5 anos e 10 anos Acima de 11 anos
ÁREA 2 – ETAPAS DO PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO	
CATEGORIAS	ÍNDICES
1-FONTES DE INFORMAÇÃO	Conversa com os pares Internet Biblioteca Portal de periódicos da Capes Acervo particular Outros
	Livros Periódicos científicos Teses e dissertações Relatórios de pesquisas Bases de dados referenciais Jornais e revistas (mídias de massa) Outros

	Impressa Digital
	Facilidade de uso Qualidade da fonte Autoridade (por autor) Atualidade Pertinência
2 – RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM BASES DE DADOS ELETRÔNICAS	Autor Título Assunto Resumo Outros
3 – TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	Fazendo resumos Esquemas Mapas conceituais Outros
	Pen drive E-mail Em Nuvens (dropbox, hd virtual) Outros
4 - COMUNICAÇÃO E USO	Artigos científicos Comunicação em eventos Relatórios Patentes Outros
	Dar crédito para as fontes utilizadas nos seus trabalhos e pesquisas para evitar o plágio Citar o autor da obra consultada Referenciar a obra consultada Respeitar o direito de exclusividade do autor sobre o trabalho, controlando sua reprodução (cópias) Outros
	Participa de congressos, seminários, encontros, etc. Leituras especializadas Grupos de estudo Conversa com os pares Outros
ÁREA 3 - USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS	
	Em casa No trabalho Outros
	1 a 2 vezes por semana Mais de 2 vezes por semana Todos os dias (pelo menos uma vez por dia) Estou sempre conectado Outros
	Público em meu Blog Não tenho Blog, mas participo ou contribuo, de alguma forma, em Blog de outra pessoa Sei o que é, mas nunca acessei um Blog Não sei o que é blog
	Se você já publicou ou participou de algum Blog, indique-o:
ÁREA 4 - NECESSIDADE E DEMANDA INFORMACIONAL	
CATEGORIAS – QUESTÃO 23	
1 - FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA NA WEB/INTERNET	Com relação as suas necessidades informacionais você tem facilidade em encontrar sites ou bases de dados correspondentes às pesquisas acadêmicas? Sim Não

2 - FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA 3 - FONTES FORMAIS DE INFORMAÇÃO JURÍDICA.	Caso negativo, descreva a sua dificuldade.
	Quais as fontes de informação que você julga essenciais para a área ou disciplina ministrada?

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Para realizar o procedimento de tabulação dos dados quantitativos dividiu-se o questionário em 4 áreas e foram criadas 4 categorias, *a priori*, para a área 2 do questionário e 3 categorias, *a posteriori*, para a área 4 conforme o quadro 3.

Todas as partes foram analisadas separadamente seguindo hierarquicamente a ordem das questões dispostas no questionário. A interpretação dos dados também segue a ordem hierárquica das questões com exceção para os índices que foram interpretados a partir da maior quantidade de frequência.

Com relação à análise quantitativa os dados foram tabulados utilizando-se estatística descritiva que originou os quadros sumarizantes do questionário, nos quais estão demonstrando estatisticamente os resultados e a frequência (quantidade de vezes que aparece a resposta) de cada índice (resposta). As respostas das questões foram chamadas de “índice” e a quantidade de vezes que a resposta aparece foi denominada de “frequência”. Considerou-se nesta pesquisa, os cinco índices que obtiveram maior frequência, com exceção para o caso de frequência equivalente onde foram considerados os dois índices mais citados. Destaca-se que os resultados apresentam frequências diferentes, em virtude das perguntas terem sido elaboradas na forma de múltipla escolha, portanto, permitindo aos respondentes marcarem mais de uma resposta e nem todos os respondentes indicaram a mesma quantidade de resposta.

3. FONTES DE INFORMAÇÃO

Para Le Coadic (2004, p. 5) o objetivo da informação permanece sendo a apreensão de sentidos ou seres em sua significação, isto é, continua sendo o conhecimento, que tem como meio de transmissão o registro em um suporte estrutural. Ou seja, a informação deve expressar um significado, que precisa ser compreendido por alguém, precisa fazer sentido para o indivíduo que a recebe, caso contrário, este fica em um estado no qual, por não encontrar sentido, busca informações que sejam significativas para ele, e como consequência, produz novos conhecimentos, suprimindo assim a deficiência de conhecimento inicial.

Sem dúvida as fontes de informação proporcionam essas respostas, elas são a “[...] origem física da informação, ou lugar onde pode ser encontrada [...]”. (UNESCO - UNISIST II, 1979, apud CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 172).

Pode-se então dizer que as fontes de informação são recursos que respondem à necessidade de informação do indivíduo. O uso efetivo dessas fontes é a chave para se obter o sucesso na pesquisa como também em quaisquer atividades ligadas à ciência e à tecnologia e até mesmo na resolução de problemas cotidianos.

Para Cunha (2001, p. viii) o conceito de fontes de informação ou documento é muito amplo, pois pode abranger manuscritos e publicações impressas, além de objetos, como amostras minerais, obras de arte ou peças museológicas [...]. Desta forma, pode-se dizer que fontes de informação são tudo o que gera ou veicula informação. Pode ser descrita como qualquer meio que atenda a uma necessidade de informação por parte de quem a busca.

Nesse sentido a literatura apresenta uma divisão desses documentos ou fontes de informação em três categorias de acordo com Campello (2003):

- a) Primários: geralmente novas informações ou novas interpretações de ideias e/ou fatos acontecidos, a exemplo de livros, trabalho de conclusão de curso (TCC), dissertações, teses, artigos, enciclopédias, dicionários, manuais e as revisões de literatura e relatórios;
- b) Secundários: organizam a informação em registros que conduzem os usuários na busca por informações primárias: o catálogo da biblioteca e as bases de dados de periódicos;
- c) Terciários: sua principal função está em auxiliar o leitor na pesquisa de fontes primárias e secundárias, isto é, são sinalizadores de localização ou indicadores sobre os documentos primários ou secundários, por exemplo: bibliografias, guias de literatura e catálogos coletivos.

A partir desta divisão depreende-se que existem variados tipos de fontes e formatos de informação, a saber: impresso e o digital. Desse modo, Wensing (2010, p. 36) ressalta que as fontes de informação, no fim dos anos 90, eram sinônimas de formato impresso, porém com o uso intensivo da internet e a disseminação das tecnologias de informação e comunicação, as fontes de informação passaram a ser sinônimas de recursos informacionais e, portanto, disponíveis também no formato digital como, por exemplo, *Compact Disc* (CD), *pendrives* e *Digital Versatile Disc* (DVD).

A internet assume tanto características de fonte formal quanto informal, podendo apresentar informação organizadas e estruturadas a exemplo de *websites* e periódicos eletrônicos, e ainda, possibilitar a troca de informações de modo informal, através de *chats*, conferências, *e-mails*, etc. (VITAL, 2006).

Os livros, as revistas científicas, as teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, os catálogos de bibliotecas, as bases de dados (ou índices de periódicos), as patentes, as normas técnicas, os portais governamentais e de associações, dentre outras, são considerados tipos de fonte de informação científica e tecnológica que auxilia o aluno, o profissional, o professor e o pesquisador.

Dentro desse contexto estão as fontes de informação especializada, que diz respeito à informação de uma área específica, como, por exemplo, as fontes de informação jurídica.

3.1 FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

Passos (1994, p. 363) define informação jurídica como:

Toda unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de jurisconsultos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

A informação jurídica é um tipo de informação útil para a promoção da cidadania. Através dela, os profissionais de Direito produzem conhecimentos nos quais baseiam suas análises e tomam decisões que regularão a vida em sociedade. (PERILLO; GARBELINI, 2013).

As informações jurídicas são encontradas nas fontes de informação jurídica conceituada por Barros (2004, p. 209) como:

[...] o local onde o bibliotecário ou pesquisador adquire uma informação útil ao desenvolvimento de seu trabalho, indispensável que é para o bom desempenho de suas atividades. As fontes de informação jurídica podem ser representadas por pessoas, instituições, empresas, cartórios, obras de referência, serviços e sistemas de informações, bases de dados, etc., podendo estar fisicamente presentes ou não na biblioteca.

Segundo Passos (1994) existe três maneiras diferentes de gerar, registrar e recuperar a informação jurídica: a descritiva (por meio da doutrina); a normativa (pela legislação) e a interpretativa (com o emprego da jurisprudência).

Essas informações estão presentes nas diversas ramificações do Direito e produz três tipos de fontes de informação denominados pela literatura de doutrina, legislação e jurisprudência (SILVA, 2010). Conforme descreve o quadro 4 que cita os principais tipos de fontes de informação jurídica.

Quadro 4 - Principais tipos de fontes de informação jurídica

LEGISLAÇÃO	JURISPRUDÊNCIA	DOCTRINA
Constituição Emendas constitucionais	Acórdão	Registradas em livros, artigos de periódicos, textos diversos impressos ou meio eletrônico, vídeos e outras formas de registro do conhecimento
Código: código de leis	Decisão monocrática	
	Sentença	
Decretos: decreto legislativo, decreto reservado, decreto sem número	Súmula	
	Súmula vinculante	
Edital		
Emenda constitucional		
Instrução normativa		
Leis: lei complementar; lei delegada; lei ordinária		
Medida provisória		
Portaria		
Consolidação		
Estatuto		
Regulamento		
Regimento		
Resolução		
Ordem de serviço		
Circular		
Despacho		
Deliberação		

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

É possível notar, na área do Direito, o grande volume de documentos que é publicado anualmente. Leis e outros tipos de informação jurídica sofrem alterações e é comum o lançamento de nova edição de alguma obra jurídica. Segundo Cunha (2010, p. 130) a informação jurídica talvez seja uma das maiores produtoras de documentos no Brasil, e, portanto, este é um dos motivos que leva a rápida desatualização da informação jurídica, provocando, algumas vezes, o desuso da obra. Como resultado dessa produção, surge livros, artigos de periódicos, conferências, pareceres, normas jurídicas e etc.

No entanto essa desatualização, ou seja, o fato de a informação jurídica deixar de ser usada por um período de tempo, não significa que esse tipo de informação tenha perdido seu valor ou utilidade ou que não seja mais eficaz. A informação jurídica não perde sua usabilidade como explica Wolthers (1985, p. 13 apud PASSOS; BARROS, 2009, p. 96):

Ao contrário de outras ciências, em que as informações se tornam ultrapassadas e obsoletas, quando substituídas por outras mais atuais, o texto jurídico é eterno a nível de consulta, de referência e de precedente e também a nível de aplicação a fatos e situações ocorridas em épocas regidas por institutos legais distintos. Logo, nada pode ser destruído e o armazenamento é constante, contínuo e permanente.

Reafirmando o pensamento da autora acima López-Muñiz (1984) afirma que a validade da informação jurídica é quase permanente, ao jurista não interessa somente a última que foi publicada, a que foi legislada, mas também a anterior, mesmo que a revogação de uma norma legal deixe sem efeito essas disposições. Seus preceitos serão aplicáveis àqueles atos jurídicos que tenham surgido sob a sua vigência, e, assim sendo, a eficácia perdura além da própria revogação. Desse modo não se pode prescindir de documentos jurídicos sob o pretexto da antiguidade.

Em virtude do acima exposto, a produção dessas informações assume grandes dimensões sendo necessário o controle e a recuperação das informações contidas nesses documentos, principalmente, a partir dos anos 90 com o avanço das tecnologias de informação e comunicação. Sem os mecanismos de controle e recuperação, essa massa documental ficaria em um estado de desordem de tamanha magnitude que impossibilitaria a sua eficiente recuperação, sobretudo na internet.

Silva (2010, p. xvi) relata que:

O aumento na produção da informação proveniente dos tribunais, órgãos governamentais, escritórios de advocacia, editoras, jornais, pesquisadores, associações e prestadores de serviços, entre outros produtores da comunidade jurídica, é motivo de alerta, pois muitos documentos produzidos por essas

fontes podem se tornar inacessíveis ou irrecuperáveis, para o operador do Direito, se não forem selecionadas e organizadas adequadamente.

Como forma de proporcionar a organização das informações jurídicas os instrumentos utilizados para o controle de qualquer informação jurídica, de acordo com Passos (1994) são: catálogos de livros e de teses (ambos em fichas, em listagens ou automatizado), catálogos e coletâneas de legislação, catálogos e coletâneas de jurisprudência, bibliografias, ou bases de dados que permitam o armazenamento e a recuperação automática da informação, como também o *CD-ROM* e o hipertexto, importantes aliados no controle da informação.

A dinâmica da sociedade contemporânea movida pela evolução da internet passou a influenciar também o mundo jurídico com a propagação desse tipo de informação no formato digital e eletrônico. De modo que, atualmente, a organização, o controle e a recuperação da informação na internet se configuram como grandes desafios.

Dentre as principais fontes de informação jurídica na internet são excelentes fontes de pesquisa doutrinária conforme Silva (2010) a Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional - RVBI⁵ - que reúne o acervo bibliográfico de algumas bibliotecas, tais como: Câmara dos Deputados, Superior Tribunal de Justiça, Senado Federal, Advocacia Geral da União, Ministério da Justiça, e outras; a Biblioteca Digital do Superior Tribunal de Justiça- BDJur⁶; a base de dados de livros – Dedalus artigos de periódicos – Iusdata⁷ da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; e a Biblioteca do Conselho da Justiça Federal⁸.

Em relação a fontes legislativas, o que diz respeito à legislação federal, são os *sites* do Planalto⁹, do Senado Federal¹⁰, e do portal LEXML¹¹, Sistema de Legislação, Jurisprudência e Pareceres – SISLEX localizado no *site* do Ministério da Previdência Social¹². Com relação à legislação estadual pode ser pesquisada nos *sites* das Assembleias Legislativas ou no *site* Interlegis¹³. Já a legislação municipal pode ser acessada nos *sites* das prefeituras e câmaras municipais e no *site* LIZ¹⁴. Em se tratando de fontes jurisprudenciais é preciso saber a competência do tribunal, por exemplo, se for um assunto da justiça do trabalho dificilmente será encontrado na justiça comum (SILVA, 2010).

⁵ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

⁶ Disponível em: <<http://www.bdjur.stj.gov.br>>.

⁷ Dedalus e Iusdata – Disponível em: <<http://143.107.2.22/fdusp/biblioteca.htm>>.

⁸ Disponível em: <http://daleth2.cjf.jus.br/netahtml/bibl/pesquisa_facil.htm>.

⁹ Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

¹¹ Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br>>.

¹² Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br>>.

¹³ Disponível em: <<http://www.interlegis.gov.br>>.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br>>.

Ainda sobre legislação de acordo com Barros (2004) e Passos e Barros (2009) temos outros *sites* importantes como o Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON)¹⁵ – mantido pelo Senado Federal, a Legislação Federal do Brasil¹⁶ – mantida pela Presidência da República, o Sistema de Legislação Informatizada (LEGIN)¹⁷ – mantido pela Câmara dos Deputados, e um importante periódico eletrônico o Jus Navegandi¹⁸ – reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); além de textos de leis¹⁹ e teses e dissertações na área do direito²⁰.

Ante essa realidade, o crescimento das fontes de informação jurídica em meio eletrônico exige mais rigor no acesso e uso da informação o que requer cada vez mais, competências dos profissionais da área jurídica.

3.2 ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO

O acesso e uso da informação têm-se modificado sobremaneira nos últimos anos. Posteriormente ao avanço das TIC surgiram outras formas de circulação da informação assim como outros meios de obter informação. Diz-se “outras formas” e não “novas”, no sentido de já existirem desde o século XX, sendo a partir daí que a informação alcançou seu auge passando a circular nas redes eletrônicas e não apenas nos centros de documentação ou bibliotecas, além do formato em papel impresso e fitas k7, passou-se, também, a ter material em formato digital diversos, podendo ser acessado e disseminado remotamente e armazenado em dispositivos eletrônicos variados.

Conforme apresentado por Targino (2007), compreende-se que a explosão informacional não acontece a partir da Internet, mas sim, teve sua gênese ainda no século XV, graças ao advento da escrita e da imprensa de Gutenberg contribuindo para a popularização da informação.

É claro que depois da internet o fluxo informacional se intensificou e as pessoas se beneficiam com tudo isso, pois conseguem a informação que precisam com mais agilidade, e podem conseguir documentos por via eletrônica com economia de tempo e esforço. Todavia, não basta apenas ter acesso à informação, é importante que se tenha qualidade no acesso, de

¹⁵Disponível em: <www.senado.gov.br/sicon/PrepararPesquisaLegislacao.action>.

¹⁶ Disponível em: <legislação.planalto.gov.br>.

¹⁷ Disponível em: <www.camara.gov.br/legislação/pesquisa.html>.

¹⁸ Disponível em: <<https://jus.com.br/>>.

¹⁹ Disponível em: <www.soleis.adv.br>.

²⁰ Disponível em: <www.teses.usp.br>.

modo que, o acesso à informação de qualidade na internet é um dos principais desafios da atualidade.

Segundo Oletto (2006) diante do crescente acúmulo de informação e das diferentes formas de acesso a elas, o principal problema está em selecionar as informações que têm qualidade e saber quais são os parâmetros que indicam a qualidade dessas informações durante o processo de seleção.

Em relação às fontes de informação eletrônicas Tomaél et al. (2000 apud Tomaél et al, 2001) estabeleceram alguns parâmetros de qualidade:

- **Informações cadastrais:** identifica a instituição e a fonte, como: nome, *e-mail*, URL, título e objetivos da fonte, entre outros;
- **Consistência das informações:** detalha as informações que a fonte fornece, para analisar a completeza, verificando se desenvolve ou apresenta dados mais específicos;
- **Confiabilidade das informações:** analisa a responsabilidade do produtor da fonte, que deve ser reconhecido como autoridade no assunto. Foram coletados dados relativos à autoria, setor responsável, data de atualização, entre outros;
- **Adequação da fonte:** verifica a adequação da fonte em relação ao *site*, da linguagem aos objetivos e o nível do tratamento do assunto;
- **Links:** observa se estes recursos complementam as informações e se são constantemente revisados. Foram arrolados neste critério os tipos de *links*, sua atualização (se apontam para sites/informações que estão disponíveis), para isto foram verificados, no mínimo, cinco *links*;
- **Facilidade de uso:** analisa a facilidade de explorar o documento, como: a quantidade de *clics* do *site* à fonte e da fonte à informação; os recursos utilizados para encontrar a informação lógica, *links*, índice, entre outros; e os que a fonte dispõe para auxiliar na pesquisa: tesauros, listas, glossários, mapa do site/fonte, manuais, entre outros;
- **Mídias utilizadas:** verifica a coerência entre os vários recursos utilizados, tais como: quantidade de mídias, qualidade do texto e da imagem (nitidez, tamanho da letra/imagem);
- **Restrições percebidas:** observa aspectos que de alguma forma restringem o uso, como: quantidade permitida de acessos simultâneos, custo de acesso, mensagens de erro, entre outros;

- **Suporte ao usuário:** verifica se a fonte traz informações que permitem o contato com seu produtor (*e-mail*), informações de ajuda na interface (*help*) e outras.

Esses parâmetros auxiliam o indivíduo a selecionar fontes de informação confiáveis e o que é importante frente ao volume exponencialmente crescente de informações veiculadas na internet.

Com o movimento do acesso livre à informação científica, diversas bases de dados de acesso aberto estão disponíveis no Brasil a exemplo do Portal de periódicos CAPES que disponibiliza revistas internacionais e nacionais de publicações científicas em todas as áreas do conhecimento, além de diversas outras bases de dados de diferentes áreas a exemplo das bases de dados jurídicas citadas anteriormente. São bases consideradas confiáveis por atenderem parâmetros de qualidade direcionados às fontes eletrônicas.

Nesse contexto Targino (2007) ressalta que as revistas de acesso aberto, não significam, necessariamente, gratuidade; acesso aberto significa a disponibilização livre na Internet de literatura de caráter acadêmico ou científico, permitindo a qualquer um o uso de textos integrais dos documentos. Explica ainda que as revistas eletrônicas de livre acesso são compostas por duas modalidades: as revistas gratuitas para o leitor e autor e as revistas gratuitas para os leitores, mas pagas pelos autores. As primeiras, em geral, são iniciativas não comerciais bastante simples, envolvendo instituições acadêmicas ou sociedades científicas e profissionais. No segundo caso, os custos são pagos pelos autores ou por suas instituições, o que garante o acesso ao público e um padrão elevado de qualidade.

Targino (2007, p. 101) sintetiza as vantagens e desvantagens do acesso livre à informação como sendo:

Maior rapidez do fluxo informacional; maior visibilidade dos trabalhos publicados e do impacto dos resultados, com ampliação das possibilidades de maior número de citação; comunicação mais eficaz entre os sistemas e os repositórios, ou seja, maior interoperabilidade entre os arquivos; recuperação e compartilhamento mais eficientes das informações; e menor custo de divulgação. Desvantagens: possibilidade maior de informações inconsistentes; dificuldade crescente na triagem das informações existentes; complexidade de armazenamento e do controle bibliográfico; banalização da autoria; desrespeito à propriedade intelectual; uso não-ético do conteúdo disponibilizado; invasão da privacidade; e ênfase a relações impessoais.

Desse modo, observa-se que, ao mesmo tempo, que a Internet, como representante-chave das TIC, beneficia o fluxo informacional, não garante, de forma alguma, a qualidade das informações disponibilizadas.

Outro ponto importante, diante do excesso informacional, é a super valorização do acesso irrestrito, abundante e colaborativo, onde há o perigo de não se privilegiar a qualidade da informação, corre-se o risco de negligenciar a legitimidade e confiabilidade das fontes, com prejuízo para a obtenção de informações capazes de produzir o conhecimento, já que essas podem estar descomprometidas com a educação para a cidadania, com o letramento informacional (competência em informação) e, conseqüentemente, com a análise crítica da sociedade (SAEGER et al, 2016).

Por isso é necessário avaliar criticamente os tipos de fontes fazendo sempre uso de alguns parâmetros para não correr o risco de usar e disseminar informações comprometidas prejudicando a produção de novos conhecimentos.

A qualidade da informação está diretamente relacionada ao uso, ou seja, ao sujeito que dela necessita e sempre é avaliada a partir de suas necessidades de informação. Portanto, para que uma fonte seja de qualidade deve atender propósitos específicos de uma comunidade de usuários ou de usuários individuais. Por isso que bases de dados científicos e profissionais, algumas já mencionadas em seção anterior são consideradas de qualidade.

Como o grande número de publicações eletrônicas não é sinônimo de produção científica e muito menos de informações confiáveis, isto requer do indivíduo uma série de cuidados, no sentido de identificar, com mais rigor, o nível de fidedignidade dos muitos *sites*, exigindo capacidade de discernimento e bom senso, mas também, domínio de técnicas de busca no espaço virtual (TARGINO, 2007).

Vale salientar que o acesso à informação vai além da simples manipulação do seu suporte, exigindo competências para que se saiba qual informação é necessária, onde ela está disponível e se ela é de fato válida para o objetivo ao qual se deseja alcançar.

Nessa perspectiva é fundamental ao indivíduo conhecer as bases de dados, as fontes de informação pertinentes à sua área e/ou a informação que deseja, e escolher a mais apropriada.

Antes do uso efetivo da informação faz-se necessário algumas habilidades em relação às estratégias de busca da informação.

Os sistemas de recuperação da informação (SRI), geralmente utilizados em bibliotecas são responsáveis por facilitar o processo na recuperação da informação. Segundo Cardoso (2004) os componentes do sistema incluem documentos, necessidades do usuário, gera a consulta formulada, e finalmente o processo de recuperação e, a partir das estruturas de dados e da consulta formulada, recupera uma lista de documentos considerados relevantes, afirma ainda que, no campo da recuperação da informação, a estratégia de busca pode ser definida

como uma técnica ou conjunto de regras para tornar possível o encontro entre uma pergunta formulada e a informação armazenada em uma base de dados.

Esses sistemas possibilitam o planejamento de estratégias de busca com maior nível de complexidade envolvendo diversos conceitos na mesma estratégia; admitem a utilização de busca de palavras apenas dos títulos e resumos dos documentos, buscam os termos específicos de linguagens controladas, nos campos de descritor; buscam por autores; por ano de publicação; por títulos de periódicos; por classificação; permitem, também, a busca de conceitos compostos ou simples e a possibilidade de truncagem de raízes de palavras e de substituição de caracteres no meio dos termos, dentre outros recursos de recuperação (CARDOSO, 2004).

Uma vez encontrada a informação desejada, outras fases são necessárias para completar com eficiência o processo do uso da informação, bem como a seleção da informação importante e o processo de interpretação dessa informação

Sobre o uso da informação e suas atividades Gasque (2008, p.154) explica que:

O uso da informação compõe-se de atividades em que o indivíduo se engaja para apreender a informação e transformá-la em conhecimento. Compreende habilidades intelectuais como decodificação, interpretação, controle e organização do conhecimento. A decodificação e a interpretação, por sua vez, incluem atividades de leitura, estabelecimento de relações entre o conhecimento prévio e as novas informações, comparação de vários pontos de vista e avaliação. Controle e organização relacionam-se propriamente à organização da informação por meio do uso de instrumentos cognitivos como resumos, esquemas, mapas conceituais e elaboração de texto.

Desse modo o uso da informação só acontece se os processos de acesso e organização forem inteiramente realizados.

Segundo Choo (2003, p. 107) o uso da informação é:

O conjunto entre seleção e processamento da informação. Ele se configura como uma visível mudança no estado do conhecimento e, consequentemente, na capacidade de o indivíduo utilizar a informação para executar alguma ação efetiva, “responder alguma pergunta, resolver algum problema, tomar uma decisão ou entender uma situação”.

Assim sendo, usar a informação significa aplicá-la em um contexto ou situação específica, de maneira que ela possa transformar o *status* de uma determinada lacuna informacional, com a finalidade de satisfazer totalmente as demandas das pessoas envolvidas além de usá-la empregando os princípios éticos e legais.

A ética na informação diz respeito aos problemas éticos envolvendo seres humanos e a informação no âmbito da criação, organização, disseminação e uso da informação. Enquanto a

ética está diretamente ligada à experiência cotidiana dos indivíduos, aos valores que orientam nossas ações e relações na sociedade. O “legal” envolve um conjunto de leis destinadas a serem cumpridas. Corresponde a tudo que é previsto e aplicável por lei numa sociedade em determinada época (BARBOSA, 2007).

Para entender com mais propriedade o uso da informação pelas pessoas, Taylor (1991) propõe oito categorias baseadas na importância que os indivíduos dão à informação, a saber:

- O esclarecimento: a informação é usada para desenvolver um contexto adequado ou para criar sentido a uma situação. É usada para responder questões;
- O entendimento do problema: a informação é usada para desenvolver melhor compreensão de um problema particular;
- A parte instrumental: descobre-se o que fazer e como fazer alguma coisa, como exemplo, as instruções são uma forma comum de informação instrumental;
- A questão factual: a informação é usada para determinar os fatos de um fenômeno ou evento, usada para descrever a realidade e depende de dois fatores: a qualidade e atualidade da informação e a percepção da qualidade por parte do usuário;
- A confirmação: necessidade de confirmar um determinado trecho da informação pedindo uma segunda opinião, caso essa nova opinião não se confirmar, o usuário pode reformular o problema para tentar reinterpretar a informação ou escolher outra fonte mais fidedigna;
- Uso projetivo da informação: serve para verificar o que irá acontecer no futuro, sendo utilizada geralmente para previsões e probabilidade em sentidos mais amplos;
- A categoria motivacional: utiliza a informação para manter as pessoas em uma atividade contínua, através do envolvimento interpessoal em torno de um objetivo,
- Questões pessoais e políticas: utilizada para melhorar o envolvimento e o desenvolvimento de relacionamentos aumenta seu status e reputação diante de situações diárias e/ou do trabalho.

Todas essas categorias se complementam, não se distanciam, são interligadas e uma não se sobrepõe a outra.

O uso adequado da informação é condicionado à qualidade e à relevância das fontes de informação identificadas pelo indivíduo. O uso da informação encontrada também depende de como o usuário avalia a relevância cognitiva e emocional da informação recebida e seus atributos, capazes de determinar a pertinência da informação a uma determinada situação problemática (CHOO, 2003).

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

No panorama da sociedade contemporânea torna-se cada vez mais indispensável “dominar” o universo informacional, de modo que as pessoas sejam capazes de reconhecer e definir as suas necessidades informacionais, buscar e acessar a informação (tanto física quanto intelectualmente), avaliá-la, organizá-la, transformá-la em conhecimento (a partir dos processos reflexivos), aprender a aprender, aprender ao longo da vida (DUDZIAK, 2002, p. 2).

Nessa perspectiva Belluzzo (2007, p.34) expõe que a Competência em Informação (CoInFo) precisa ser observada como um aspecto proeminente no contexto social, advindos de duas dimensões:

[...] a primeira, um domínio de saberes e de habilidades de diversas naturezas que permite a intervenção prática na realidade, e a segunda, uma visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades mais concretas que emergem e caracterizam o atual contexto social.

Dentro deste contexto, surgiu e se popularizou o conceito da *Information Literacy* (ou alfabetização informacional (em sua tradução literal). Sua origem é americana e surgiu pela primeira vez na literatura em 1974, através do bibliotecário americano Paul Zurkowski. O termo deu origem a várias traduções uma delas é conhecida pela expressão Competência em Informação (DUDZIAK, 2003, p. 24). A ideia propagou-se rapidamente e recebeu denominações diferentes, guardando em si sua essência precípua que é de ressaltar a importância da alfabetização informacional. Assim,

muitos são os termos e as expressões utilizados para traduzir o termo original – *Information Literacy*. Na Espanha, por exemplo, usa-se frequentemente ‘Alfabetização Informacional’ – ALFIN – (MARZAL; PRADO, 2007; TIRADO, 2010) e, em Portugal, ‘Literacia da Informação’ (SILVA; MARCIAL; MARTINS, 2007; TIRADO, 2010). No Brasil, foram publicados vários artigos e pesquisas, a partir de 2000, que utilizaram expressões como ‘*Information Literacy*’, ‘letramento informacional’, ‘alfabetização informacional’, ‘habilidade informacional’ e ‘competência informacional’ para se referir, em geral, à mesma ideia ou grupo de ideias (GASQUE, 2010, p. 83).

O termo “Competência em Informação” foi a opção mais apropriada para a tradução do termo em inglês que segundo Belluzzo (2014, p. 55-56) não apresenta adjetivação do ponto de vista semântico. Além disso, a autora ressalta que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na publicação de autoria de Horton Júnior em 2013,

que definiu essa terminologia como sendo a que melhor representa a tradução do termo para o português do Brasil implantando essa expressão oficialmente em seu logo de representação dos diferentes países envolvidos com essa temática.

Além disto, Belluzo e Feres (2013) concordam com esse termo, pois explicam que esse conceito representa nitidamente a combinação e a mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes para o domínio do universo informacional.

Esse motivo levou-nos a escolha da expressão Competência em Informação corroborada por Basseto (2013, p. 140), que diz que essa expressão é a melhor que representa a ideia, porque não é uma adjetivação semântica, ou seja, a expressão está compatível com o significado semântico da palavra, além disso, ajuda a entender melhor o objeto ou foco de análise: o acesso e uso da informação.

Por meio da literatura sobre essa temática observa-se que a CoInfo evoluiu consideravelmente desde o seu surgimento. É possível identificar a década de 70 como o período de emergência dessa temática nos Estados Unidos. A década de 80 foi marcada pelo crescimento dos estudos empíricos nesta área promovendo seu desenvolvimento e consolidação; somente nos anos 90 é que se constata sua institucionalização nos Estados Unidos (XAVIER et al, 2013, p. 50).

De maneira que a partir dos anos 90 houve um avanço das organizações difundindo o conceito de competência em informação a nível mundial.

Várias organizações se estabeleceram nos anos 90, e a Information literacy ganhou dimensões universais, disseminando-se nos vários continentes havendo uma busca constante pela elucidação do conceito, procurando torná-la acessível a um número cada vez maior de pessoas (DUDZIAK, 2003, p. 28).

Nos anos 2000 a UNESCO criou o programa intergovernamental *The Information for All Programme* (IFAP), com o objetivo de criar novas oportunidades de acesso à informação a nível mundial. Após a criação desse programa, vários encontros vêm acontecendo, nos últimos anos, para a divulgação e a exposição de trabalhos que estão sendo desenvolvidos sobre a CoInfo (BELLUZO, 2014, p. 57).

A CoInfo tem suas fundações na Biblioteconomia e Ciência da Informação, porém atualmente apresenta grande transdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, a saber: a educação, as ciências sociais, a psicologia cognitiva, a comunicação, o marketing, o direito e a informática. Este progresso é consequência das demandas da Sociedade da Informação, que também proporcionou novas bases conceituais, estruturas físicas e virtuais e tecnologias para

o aprendizado e para a aquisição de conhecimento, em sentido amplo (HATSCHBACH; OLINTO, 2008).

A importância da *Information Literacy* para as pessoas, trabalhadores e cidadãos foi destacada no relatório da ALA em 1989, intensificando o papel da informação na resolução de problemas e tomada de decisão. As indicações se concentraram na implantação de um novo modelo de aprendizado, com a redução da lacuna existente entre sala de aula e biblioteca. Essa implantação só seria possível a partir de uma reestruturação curricular, onde fosse privilegiado o uso dos recursos informacionais disponíveis, para a aprendizagem e resolução de problemas, de maneira contextualizada, com o intuito de incutir nos aprendizes o hábito de buscar e utilizar a informação como também à biblioteca física. (DUDZIAK, 2001).

A partir daí o tema Competência em Informação foi se desenvolvendo e provocando o interesse de diferentes profissionais como professores, psicólogos, coordenadores de curso e diretores, além daqueles legitimamente envolvidos, ou seja, os bibliotecários e profissionais da informação. Diversos aspectos foram se somando ao seu estudo através de novos públicos/usuários, trabalho em rede (resultado, em grande parte, do avanço das novas tecnologias), desenvolvimento de material instrucional, dentre eles os tutoriais (HATSCHBACH, 2002; SULLIVAN, 2004).

Bruce (2003, p. 289, tradução nossa) afirma que a competência em informação é entendida normalmente como um conjunto de ações para localizar, manipular e utilizar a informação de maneira eficaz para uma ampla variedade de finalidades. Ressalta ainda, que se trata de uma “habilidade genérica” muito importante e que possibilita aos indivíduos confrontar com eficácia a tomada de decisão, a solução de problemas ou a investigação além de permitir que o indivíduo se responsabilize pela sua própria formação e aprendizagem ao longo da vida nas áreas de seu interesse pessoal ou profissional.

A *American Library Association* (ALA, 1989, tradução nossa, p. 1) é a responsável, por um dos primeiros e mais utilizados, conceitos segundo o qual para ser competente em informação o indivíduo deve ser capaz de reconhecer quando necessita de informação e possuir habilidade para localizá-la, avaliá-la e usá-la efetivamente, de modo que os que estão em seu entorno, também possam aprender com ela. Indivíduos competentes em informação são aqueles que aprendem a aprender.

O entendimento de Lins (2007, p. 18) completa o sentido acima:

Information Literacy ou Competência em Informação é um conjunto de habilidades que abrangem o uso da informação de forma que possa ser recuperada e utilizada para tomada de decisão na vida social, no trabalho,

nas pesquisas acadêmicas, entre outras [...] têm-se antecipadamente que a sua definição base é o reconhecimento da necessidade de informação, além da habilidade efetiva na localização, avaliação e uso.

Com a relação às diversas concepções da CoInfo destaca-se a seguir uma abordagem mais abrangente. Percebe-se nesses conceitos a integração e internalização da informação entre as pessoas e nota-se que uma das atribuições para ser competente em informação é ter habilidade para o uso das TIC, todavia, entendemos que a CoInfo vai muito mais além do que apenas ter habilidade para as TIC, fato observado na mesma ideia de Coelho (2008, p. 4) quando ele enfatiza que:

Competência informacional não se refere apenas a saber usar um software ou uma fonte particular de informação, mas antes é relacionada à formação de pessoas capazes de com espírito crítico, utilizar técnicas e aplicá-las nas necessidades de informação em qualquer ambiente. Inclui aprendizado ao longo da vida e habilidade para atuar efetivamente na sociedade da informação.

Assim, pode-se afirmar que a CoInfo não se reduz apenas ao acesso eficiente e eficaz das informações disponíveis nos diversos suportes, uma vez que sua finalidade é a formação de indivíduos autônomos e conscientes diante das decisões que devem tomar cotidianamente.

São várias as concepções de CoInfo apresentadas na literatura com descrições que envolvem aspectos cognitivos, comportamentais e até situacionais, portanto, trata-se de um conceito dinâmico. No entanto, esta dissertação escolheu trabalhar com conceitos voltados para as habilidades e para a competência, uma vez que o foco da pesquisa está voltado para analisar a Competência em Informação dos docentes, mediadores, cujo território de amplificação deste novo conhecimento está imbricado diretamente com os aprendentes em sua formação acadêmica.

Para corroborar com essa escolha Belluzzo (2003apud Basseto; Belluzo, 2013, p. 10) afirma que a competência em informação é uma área de estudos e de práticas que trata das habilidades para reconhecer quando existe a necessidade de se buscar a informação; estar em condições de identificá-la, localizá-la e utilizá-la efetivamente na produção do novo conhecimento, unificando a compreensão e o uso de tecnologias e desenvolvendo a aptidão de resolver problemas com responsabilidade, ética e legalidade.

Mencionar o cuidado ético no uso da informação, como aspecto importante na CoInfo é visto, de acordo com Coelho (2008, p. 60), como uma prática indispensável “é o uso ético da informação, que diz respeito à capacidade de identificar ou definir propriedade intelectu-

al, o *copyright* e o direito de fotocópia além de evitar o plágio”. Para a autora a formação de uma sociedade guiada pela CoInfo deve estar fundamentada em princípios éticos e morais.

A Competência em informação contempla um conjunto de elementos que dizem respeito à habilidade (competência) que é a capacidade de produzir algo; a atitude que se traduz em ter iniciativa; o conhecimento que é a experiência pessoal no assunto, adquirida anteriormente ao longo da vida e a liberdade para decidir. A partir desses elementos os indivíduos constroem novos conhecimentos sendo possível aplicá-los na vida cotidiana, em várias áreas do conhecimento e nas organizações. O sujeito emancipa-se, ou seja, aprende a aprender, tornando-se capaz de identificar as suas próprias necessidades de informação.

A CoInfo trafega do âmbito teórico à prática possibilitando modelos de Competência em Informação que podem auxiliar no planejamento de ações mais eficazes no desenvolvimento e na avaliação das habilidades para o processo de busca e uso da informação. Na sociedade pós-moderna, possuir aderência às competências e às habilidades com as TIC, aporta para os sujeitos um diferencial irrefutável. Cuja funcionalidade se traduz no aumento de seus níveis de empregabilidade.

4.1 MODELOS DE COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO

Conforme o histórico da CoInfo, o interesse de vários profissionais pela temática motivou o desenvolvimento de múltiplos modelos de Competência em Informação que vêm sendo desenvolvidos com a finalidade de capacitar e sensibilizar as pessoas a serem competentes em informação.

Conforme Vitorino e Piantola (2011) estes modelos surgiram para o desenvolvimento das habilidades exigidas, em sua maioria, direcionada às escolas e às universidades. De tal modo, que se pode dizer que os modelos representam de modo simplificado e funcional as características essenciais ao processo, com vistas a uma interpretação melhor deste ou à previsão de sua evolução, adotando como base as variáveis observadas nas pesquisas.

Dentre os vários modelos de CoInfo, existem duas perspectivas, segundo Lins e Leite (2011): os modelos de Comportamento informacional que apresentam as etapas de busca da informação a partir da identificação das necessidades, e os modelos de Competência em Informação direcionados para as características que consideram os processos de busca e uso da informação.

Vale observar que existem diversos outros modelos de Competência em Informação, dentre eles o 8Ws (LAMB, 1990); *Follets Pathways to knowledge* (PAPPAS; TEPE, 2002);

Information Process (New South Walws, 2017); *Information skilss* (IRVING, 1985); *Research Process* (PITTS; STRIPLING, 1988); *Info Zone* (2005) e o *Research Cycle* (2000) (FURTADO; ALCARÁ, 2015, p. 82).

No caso da pesquisa, ora apresentada, focar-se-á nos principais modelos voltados para a Competência em Informação, a saber, *The Big 6*, *The Seven Pillars* da Competência em Informação – SCONUL e o *Empowering 8*. Uma vez que o campo de estudo, ora abordado, tem seu foco no desenvolvimento e na avaliação das habilidades para o processo de busca e uso da informação.

4.1.1 *The Big 6*

O *Big 6* é considerado como um dos principais modelos de Competência em Informação. Foi desenvolvido pelos bibliotecários Mike Eisenberg e Bob Berkowitz nos Estados Unidos em 1987. Descrito por seus proponentes como uma abordagem de resolução de problemas e utilizado para o ensino das habilidades informacionais e tecnológicas (SAYERS, 2006, p. 77, tradução nossa).

Em diversos casos, o *Big 6* tem sido utilizado como um modelo de pesquisa comum no ambiente escolar de forma a propiciar a uniformização de critérios e procedimentos que fazem com que os alunos se habituem gradualmente com a metodologia e o rigor do processo de pesquisa e de tratamento da informação (FURTADO e ALCARÁ, 2015, p. 79). Desse modo, percebe-se que o uso ético da informação faz parte das etapas desse modelo.

O *Big 6* é um modelo simples de entender e promover os ensinamentos relativos às TIC'S. Apresenta duas desvantagens. A primeira, diz respeito aos recursos e exemplos, em sua maioria, relacionados com escolas e projetos nos Estados Unidos; e a segunda, talvez menos significativa, aponta para o fato, de que, o *Big 6* por ser um produto comercial está sujeito à proteção das políticas de direitos autorais e de marcas registradas (SAYERS, 2006, p. 78, tradução nossa).

O referido modelo compreende seis etapas fundamentais ou fases de resolução de problemas, e em cada etapa estão agrupados 2 componentes de ação conforme o quadro 5.

Quadro 5 – Etapas do *Big 6*

ETAPAS		AÇÕES	
1	Definição de tarefas	1.1	Definir o problema de informação;
		1.2	Identificar a informação necessária.
2	Estratégia de busca de informação	2.1	Considerar todas as fontes possíveis;
		2.2	Selecionar as melhores fontes.

3	Localização e acesso	3.1 Localizar as fontes (intelectuais e físicas); 3.2 Recuperar as informações nas fontes localizadas.
4	Uso da informação	4.1 Consultar (ler, ouvir, olhar, tocar), listar informações de uma fonte; 4.2 Extrair informação relevante.
5	Síntese	5.1 Organizar informações a partir de diversos recursos (fontes); 5.2 Apresentar a informação (resultado).
6	Avaliação	6.1 Julgar o resultado (eficácia); 6.2 Julgar a eficiência do processo de resolução de um problema informacional.

Fonte: Adaptado de Sayers (2006, p. 77-78, tradução nossa).

Desta forma nota-se que o objetivo desse modelo é permitir que as pessoas possam localizar, usar e avaliar a informação com o auxílio das ações que correspondem a cada etapa servindo como um canal ou estratégia de facilitação do processo de localização, uso e busca da informação juntamente com o uso adequado das tecnologias da informação e comunicação com o intuito de proporcionar a satisfação da necessidade informacional e a resolução de problemas.

Apesar de ter sido idealizado para ser utilizado em ambientes educacionais, as características desse modelo permitem que seja implantado, também, em diversos setores da sociedade e utilizado por pessoas de todas as idades.

Para reforçar o exposto acima, Furtado e Alcará (2015) afirmam que o *Big 6* apresenta uma flexibilidade que possibilita sua adaptação em qualquer contexto social, uma vez que suas etapas não são lineares, ou seja, não é necessário seguir as etapas, da forma como elas foram propostas. Sua utilização dependerá da situação de cada indivíduo, visto que, cada um segue por caminhos diferentes no processo de tomada de decisão e resolução de problemas.

Neste contexto, fica realçado que o modelo de Competência em informação “O Big 6” auxilia os indivíduos na recuperação adequada da informação e propicia o desenvolvimento da competência em informação em ambientes organizacionais e educacionais.

4.1.2 Empowering 8

Modelo desenvolvido pelo *National Institute of Library and Information Sciences, University of Colombo*, no Sri Lanka em 2004 para ser utilizado na Ásia e por isso contempla, sobremaneira, a cultura e as condições locais do país (SAYERS, 2006, p. 82, tradução nossa).

O E8 como o próprio nome sugere descreve a Competência em Informação através de oito habilidades, a saber: identificar, explorar, selecionar, organizar, criar, apresentar, avaliar e aplicar cada habilidade. A descrição de seus resultados de aprendizagem, são dirigidos principalmente às crianças nas escolas, mas também pode ser adaptado para a formação da competência em adultos.

O modelo trata de oito habilidades e os seus respectivos resultados de aprendizagem, relacionados aos processos de busca e uso da informação, no qual se constata que as etapas, os componentes e os resultados de aprendizagem comprovados, apontam para o desenvolvimento de habilidades, cujas competências se relacionam intimamente com a possibilidade de cada um acessar, usar, triar e amplificar o cenário aprendente que o modelo possibilita e indica (SAYERS, 2006, p. 82, tradução nossa).

As oito habilidades e os seus respectivos trinta e oito (38) resultados de aprendizagem, são relacionados aos processos de busca e uso da informação como disposto no quadro 6.

Quadro 6 – Etapas de competências *Empowering 8*

ETAPAS	COMPONENTES	RESULTADOS DE APRENDIZAGEM COMPROVADOS
1	IDENTIFICAR	➤ Define o tópico / assunto; ➤ Determina e compreender o público; ➤ Escolhe o formato relevante para o produto final; ➤ Identifica as palavras-chave; ➤ Planeja uma estratégia de busca; ➤ Identifica diferentes tipos de recursos onde a informação pode ser encontrada.
2	EXPLORAR	➤ Localiza os recursos apropriados ao tema escolhido; ➤ Encontra informações apropriadas ao tema escolhido; ➤ Faz entrevistas, pesquisas de campo, dentre outras pesquisas.
3	SELECIONAR	➤ Escolhe informações relevantes; ➤ Determina quais fontes são muito fáceis, muito difícil, ou apenas a adequada; ➤ Registra as informações relevantes através de anotações ou ➤ Organizando visualmente por meio de quadros, gráfico, esquema, etc.; ➤ Identifica as etapas do processo; ➤ Coleta as citações adequadamente.
4	ORGANIZAR	➤ Classifica as informações; ➤ Distingue entre fato, opinião e ficção; ➤ Verifica se há viés nas fontes; ➤ Ordena as informações em uma sequência lógica; ➤ Usa recursos visuais para comparar ou contrastar informações.
5	CRIAR	➤ Elabora as informações em suas próprias palavras, de maneira significativa; ➤ Revisa e edita, sozinho ou com um par; ➤ Finaliza o formato bibliográfico.
6	APRESENTAR	➤ Pratica para apresentar atividade; ➤ Compartilha as informações com o público de interesse; ➤ Exibi as informações no formato adequado ao público-alvo; ➤ Instala e utiliza o equipamento adequadamente.
7	AVALIAR	➤ Aceita o feedback de outros alunos; ➤ Auto-avalia o seu desempenho em resposta ao trabalho de avaliação do professor; ➤ Reflete sobre a forma como eles têm feito; ➤ Determina se novas habilidades foram aprendidas; ➤ Considera o que poderia ser feito de melhor na próxima vez.
8	APLICAR	➤ Revê o feedback e avaliação fornecidos; ➤ Utiliza o feedback e a avaliação como fonte de aprendizagem para a próxima atividade/tarefa;

		➤ Esforçar-se em utilizar os conhecimentos adquiridos em uma variedade de novas situações; ➤ Determinar em que outros assuntos estas competências podem agora ser utilizadas; ➤ Adicionar o que foi produzido a uma pasta de produções.
--	--	---

Fonte: Adaptado de Sayers (2006, p. 101-102, tradução nossa).

O *Empowering 8* ou E8 tem o propósito de utilizar a abordagem de resolução de problemas para a aprendizagem baseada em recursos para a recuperação e o uso da informação, sensibilizando para a Competência em Informação (SAYERS, 2006, p. 82-83, tradução nossa). Possui uma série de atributos que explicam e qualificam a competência gerada de acordo com o que o aprendente obtendo de forma satisfatória rendimentos, etapa a etapa.

4.1.3 *The Seven Pillars* da Competência em Informação

O modelo Sete Pilares (*The Seven Pillars*), foi desenvolvido em 1999 no Reino Unido por um grupo de pesquisadores ligado à *Society of College, National and University Libraries* (SCONUL). A SCONUL é uma associação que envolve as principais instituições de ensino superior bem como suas bibliotecas com objetivo de promover a qualidade nos serviços oferecidos pela biblioteca (SCONUL, 2011, p. 2, tradução nossa).

Esse modelo particularmente eficaz, apresenta sete características básicas para que uma pessoa possa ser considerada competente em informação. Assim como o *Big 6* os Sete Pilares é uma progressão de habilidades básicas, e possui uma estrutura prática composta por 7 habilidades que tem o objetivo de desenvolver a competência informacional nas pessoas através de formas mais sofisticadas de compreensão e do uso de informação através das quais pode-se identificar e examinar as habilidades necessárias para que um indivíduo seja considerado competente em informação em toda a sociedade (SAYERS, 2006, p. 79-80, tradução nossa).

O Modelo dos Sete Pilares pode ser dividido em dois grupos principais de habilidades e em 7 categorias que representam os pilares como se encontra ilustrado no quadro 7, abaixo.

Quadro 7 – Modelo *The Seven Pillars*

PILARES		HABILIDADES		COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO
1	Reconhecer a necessidade de informação	Saber como localizar e acessar a informação	Habilidades básicas	
2	Distinguir formas para preencher a lacuna (gap)			
3	Construir estratégias para localizar a informação			
4	Localizar e acessar a informação			
5	Comparar e avaliar			

6	Organizar, aplicar e comunicar	Saber como compreender e utilizar a informação	Habilidades avançadas	
7	Sintetizar e criar			

Fonte: Adaptado de Sayers (2006, p. 79, tradução nossa).

O modelo dos Sete Pilares passou por uma atualização em 2011 para acompanhar a dinamicidade e a complexidade do conceito Competência em Informação. Vale ressaltar que as habilidades básicas inerentes ao modelo inicial permanecem válidas. A flexibilidade é uma das vantagens deste modelo, o que permite adotá-lo nos mais diversos contextos sociais (SCONUL, 2011, p. 2-3, tradução nossa).

A diferença da versão atualizada está na forma circular do modelo que indica que o processo de desenvolvimento da competência em informação acontece de forma contínua e não-linear. O indivíduo competente em informação está situado no centro do círculo, relacionando suas experiências pessoais com o desenvolvimento de cada habilidade (SCONUL, 2011, p. 4, tradução nossa).

A partir do exposto podemos dizer que o pilar **Identify** (*Identifica*), consiste no indivíduo ter a consciência do que é conhecido e do que não é conhecido, identificando as lacunas existentes. Dessa forma, o reconhecimento da necessidade informacional é fundamental no processo de recuperação e uso da informação, pois envolve fatores de motivação do indivíduo para preencher determinadas lacunas e solucionar seus problemas informacionais.

O pilar **Scope** (Escopo): avalia o nível de conhecimento atual e identifica a necessidade de novos conhecimentos, a saber: distinguir formas para preenchimento das lacunas informacionais, ou seja, ter a capacidade de identificar as fontes adequadas de informação sabendo que estas são capazes de satisfazer a necessidade informacional e possuem a finalidade de preencher as lacunas; por sua vez, o preenchimento dessas lacunas pode ser comprometido caso a pessoa não tenha habilidade para utilizar os diversos tipos de suportes informacionais e selecionar as possíveis fontes de informação. Dessa forma é importante para os indivíduos conhecerem os problemas que afetam a eficiência e eficácia da recuperação da informação.

O pilar **Plan** (Planeja) está relacionado à construção de estratégias para localizar a informação, ou seja, ter a habilidade de desenvolver e aperfeiçoar estratégias eficazes de busca. O indivíduo deve saber utilizar os recursos disponíveis, e estes devem estar articulados com suas necessidades de informação. Para isso, faz-se necessário que o indivíduo tenha conhecimento das funcionalidades desses recursos, assim como, aprenda a utilizar as bases de dados, o que permite desenvolver estratégias mais eficazes para a localização da informação.

Passando para o pilar **Gather** (Reunir), habilidades mais primárias, enquadrado nas habilidades básicas, e consiste em saber como localizar e acessar a informação. Entende-se que é preciso saber como acessar fontes de informação e utilizar ferramentas de busca (por exemplo: uso de operadores booleanos: or, and, not) para acessar e recuperar a informação. Desse modo o conhecimento e a habilidade no uso das tecnologias de informação e comunicação são fatores potencializadores da capacidade humana para buscar e recuperar a informação.

A partir do pilar **Evaluate** (Avalia) são os pilares de habilidade avançada. O quinto pilar aborda a comparação e a avaliação da informação, o mesmo, envolve o avaliar da pertinência e da qualidade da informação recuperada. É necessário averiguar se as informações recuperadas correspondem à necessidade pessoal, sendo que para isso a pessoa precisa desenvolver sua percepção crítica e tomada de decisão.

O pilar **Manage** (Gerencia), diz respeito a organização, a aplicação e a comunicação da informação. Está relacionado à habilidade de saber como associar novas informações às já existentes, com o propósito de construir ações e tomar decisões e finalmente compartilhar os resultados ou decisões. A organização interfere na facilidade e na agilidade da recuperação da informação. Quanto a aplicação, o sujeito deve utilizar a informação recuperada para preencher suas lacunas informacionais e na resolução de problemas.

O pilar **Present** (Apresenta), refere-se a sintetização e a criação da informação, ou seja, relaciona-se com a capacidade de assimilação das informações a partir de uma multiplicidade de fontes com a finalidade de criar novos conhecimentos.

De acordo com Sayers (2006, p. 81, tradução nossa), as competências básicas da Competência em Informação, que são os 4 primeiros pilares, são comuns a todas as questões e temas podendo ser ensinado em todos os níveis de ensino, inclusive em programas de formação informal dirigidos a adultos. Interessante que o autor afirma ainda, que as habilidades também poderão ser reforçadas e melhoradas ao serem usadas regularmente e em curso de aprendizagem ao longo da vida, na maioria das vezes, através de programas e recursos fornecidos para os indivíduos e para as comunidades pelas bibliotecas.

Já os pilares de habilidades avançadas são mais desafiadores, em grande parte por causa de sua ampla diversidade, que requer uma imersão maior em comunicação e em campanhas de sensibilização.

Em relação aos modelos apresentados, observou-se que enquanto o *Big 6* é utilizado para ensinar habilidades informacionais e tecnológicas, os Sete Pilares possibilitam identificar e examinar as habilidades necessárias para ser um cidadão competente em informação.

4.2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO JURÍDICA

Assim como a explosão da informação passou a exigir novas competências para lidar com o grande volume informacional disponibilizado na internet, o crescimento da informação jurídica eletrônica também exige que as pessoas envolvidas na área jurídica tenham uma *performance* mais eficiente em relação àquelas que não trabalham em uma área específica, pois a informação jurídica é singular no que diz respeito ao seu conteúdo e formato, ou seja, é composta por vários tipos de documentos.

Diante dessa conjuntura, Tjaden (2005, apud Barreira e Santiago, 2013) assegura que combinando esses elementos com a tendência de pesquisa multidisciplinar da erudição jurídica, tem-se uma situação complexa. Esta exigirá dos estudantes de direito a aquisição de competências especiais de informação, que possibilitará destaque nos estudos e nas atividades profissionais, adquirindo assim a competência informacional jurídica.

Para Gire (2010, p. 31, tradução nossa) a competência informacional [jurídica] fundamenta-se em preparar seus usuários com habilidades para localizar, avaliar e efetivamente usar informações ao longo de suas vidas, incluindo suas trajetórias em firmas jurídicas, corporações, agências governamentais, tribunais, como também escolas de direito.

Tal competência deve ser desenvolvida, e por fim, entendida como um diferencial da área do direito como um todo, em todos os seus ramos, em todos os seus fazeres, da formação do profissional à atuação deste na busca de informações, na capacidade de sintetizá-las e aplicá-las de uma maneira significativa e prática a favor de uma sociedade mais justa.

Não basta apenas pesquisar em um livro, mas, identificar questões e fatos pertinentes, levando em consideração as melhores fontes possíveis de informações, utilizando diferentes fontes de informação em diferentes formatos, avaliar e atualizar a informação e, em seguida, sintetizar as informações e gravá-las com precisão e ética na forma de um texto escrito, um memorando ou outro formato aceitável de redação jurídica (TJADEN, 2005, apud BARREIRA; SANTIAGO, 2013).

De acordo com Santiago (2012), a competência informacional jurídica foi inicialmente aplicada com forte aceitação nos currículos das faculdades e escolas de direito na Nova Zelândia e predominantemente na Austrália. Em algumas faculdades de direito nos Estados Unidos e na Inglaterra também estão utilizando este método de pesquisa, embora com pouca aceitação.

No Brasil, nota-se também que a literatura específica sobre competência informacional jurídica é insipiente ou praticamente inexistente conforme afirmam Santiago e Barreira (2011)

e que existe um desafio a ser enfrentado, o de até o momento não se encontrar na literatura brasileira o tema competência em informação jurídica.

Nenhum registro que versa exclusivamente sobre competência em informação jurídica ou que faça qualquer alusão à existência da competência informacional jurídica foi encontrado, com exceção da dissertação de Santiago²¹, na qual ele aborda as habilidades de pesquisa jurídica no contexto da competência informacional jurídica com o objetivo de identificar e analisar, no contexto da competência informacional jurídica, as habilidades de pesquisa jurídica dos operadores do direito. Especificamente analisar a percepção desses profissionais no que se refere à sua prática cotidiana de acesso e uso da informação para sanar as necessidades informacionais decorrentes do fazer jurídico.

Empregando-se a definição de competência em informação de Belluzzo (2003 apud Basseto; Belluzo, 2013, p. 10) já mencionada anteriormente nesta pesquisa e que descreve a competência em informação como uma área de estudos e de práticas que trata da "capacidade de localizar, avaliar, gerenciar e utilizar informações de uma variedade de fontes para a resolução de problemas, tomada de decisão e de pesquisa" e aplicando-a para o estudo e a prática do direito. Configura-se segundo Carroll e Wallace (2002, p. 136, tradução nossa) como competência em informação jurídica as capacidades de localizar materiais jurídicos (primário e secundário), utilizando ferramentas e técnicas apropriadas de recuperação; avaliar a relevância, aplicabilidade e valor dos materiais localizados para a questão a ser resolvida. Isto inclui a avaliação da relevância, o valor precedente e outros fatores que afetam a autoridade do material; gerenciar as informações, ou seja, para classificar, categorizar e classificar as informações e utilizar as informações para a tarefa em mãos, tais como aconselhamento sobre a lei, formulando um argumento político ou identificação de perspectivas teóricas apresentadas nos materiais.

O objetivo desta competência informacional jurídica é evitar as consequências negativas do conhecimento jurídico inadequado, que pode variar desde práticas inadequadas de pesquisa jurídica, estilo pobre de redação, plágio e redação antiética, até a incapacidade de encontrar e avaliar informações confiáveis relacionadas ao direito. (TJADEN, 2005, p. 1, apud BARREIRA; SANTIAGO, 2013).

²¹SANTIAGO, Antonio Edilberto Costa. **Competência informacional jurídica e as habilidades em pesquisa**. 2012. 261 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012.

Face à evolução da internet e ao aumento da pesquisa jurídica informatizada, tem aumentado a importância de ensinar aos estudantes a aplicar as habilidades de pensamento crítico tanto no ambiente *web*, quanto em outros sistemas de pesquisa.

Devido à crescente complexidade da literatura jurídica e da necessidade de pesquisadores capazes de encontrar informações em várias fontes e em vários formatos, em seguida, avaliar e sintetizar essa informação há uma necessidade de ensinar ativamente a competência informacional jurídica (TJADEN, 2005, apud SANTIAGO; BARREIRA, 2013).

Dentro desse contexto, Valentine (2009, p. 177, tradução nossa) afirma que se torna tarefa das escolas de direito, a adoção de programas de pesquisa jurídica para inclusão das habilidades de competência informacional em seus currículos, para que os alunos cheguem à escola de direito com melhores habilidades de pesquisa em geral.

Dessa forma, é preciso que, bibliotecários e docentes da área jurídica reflitam sobre o conceito de competência em informação jurídica, uma vez que é um conceito importante, na proporção em que, possibilita um novo cenário ou uma nova mentalidade para o ensino de habilidades de pesquisa jurídica, o que faz com que se repense como essas habilidades estão sendo ensinadas, como também, em novas formas de ensinar.

A competência informacional é a chave para o aluno localizar, classificar e gerenciar os grandes volumes de informação que irão enfrentar ao longo das suas carreiras jurídicas. Dela depende a construção de peças processuais que poderão refletir a essência do fazer jurídico. Portanto, não se trata mais apenas de "encontrar" a lei em questão ou os comentários a ela, mas também é a compreensão e avaliação da informação e sua confiabilidade que importam (TJADEN, 2005, apud BARREIRA; SANTIAGO, 2013).

Nessa perspectiva, merece uma maior atenção, o fato de não confundir as boas habilidades em tecnologia de informação e comunicação que possuem a atual geração Y de estudantes que ingressam nas faculdades de direito, pois o fato de serem competentes no uso das TIC em suas pesquisas eletrônicas (por exemplo: *Google*, *Google* acadêmico, Wikipédia) não significa que possuem habilidades para a pesquisa jurídica. Podem possuir habilidades para as TIC, e por outro lado serem deficientes em competência informacional.

[...] a falta de competência informacional e as habilidades de processamento de informações, juntamente com a competência técnica limitada relacionada à tecnologia da informação, pode resultar em ansiedade sobre a compreensão de como avaliar as informações acessadas através de uma variedade de fontes, produzindo uma incapacidade ou capacidade limitada de tomar decisões eficazes. (LLOYD; LIPU; KENNAN, 2010, p. 47, tradução nossa).

Dito isto, fica evidente que a falta dessas habilidades pode gerar incompetência em informação jurídica. De modo que é fundamental, a “efetivação de uma nova prática informacional, tanto na formação dos novos bacharéis em direito, quanto dos bacharéis que já estão em pleno exercício de suas atividades profissionais. ” (SANTIAGO; BARREIRA, 2011, p. 10).

Portanto para se tornar um profissional do direito competente, é preciso adquirir competências para o acesso e o uso eficaz dos recursos jurídicos disponíveis na atualidade.

4.2.1 Competência em informação dos profissionais do Direito

O trabalho com a informação no contexto da competência informacional “requer várias habilidades que, de forma genérica, estão relacionadas ao uso das tecnologias, à utilização da informação propriamente dita, e à clareza quanto ao papel e o impacto social da informação” (CÓL; BELLUZZO, 2011, p. 17). Entretanto, além das habilidades gerais, conforme as autoras, as específicas são fundamentais para tornar o profissional competente no acesso e uso da informação.

As competências informacionais dos profissionais do direito (discentes e docentes do curso de direito, advogado, promotor, magistrado etc.), estão relacionadas diretamente aos contextos da competência informacional jurídica propriamente dita, no entanto, serão contextualizadas a partir da Estrutura da *Association of College & Research Libraries* –ACRL (2016) e dos padrões de competência informacional da *Law & Political Science Section* (LPSS) e *Law Student Information Literacy* (LSIL) ambos derivados do “*Information Literacy Competency Standards for Higher Education*” (Padrões de competência em informação para o Ensino Superior da ACRL, 2000).

Contudo esses Padrões de Competência em Informação para o Ensino Superior proposto pela ACRL publicado nos anos 2000 foram revogados pela Diretoria da ACRL em 25 de junho de 2016, na Conferência anual da ALA no mesmo ano, em Orlando, Flórida, o que significa que eles não estão mais em vigor (ACRL, 2016, tradução nossa).

Transcorridos dezessete anos, após a publicação dos Padrões de Competência em Informação para o Ensino Superior, indicado pela ACRL, nos anos 2000, a ACRL acredita que a competência em informação (alfabetização da informação), deverá ser vista como um movimento de reforma educacional que irá realizar seu potencial, apenas, através de um conjunto mais rico e mais complexo de ideias centrais (ACRL, 2016, tradução nossa).

Desse modo o Conselho da ACRL propôs a partir de 2015 uma nova estrutura de competências em informação para o ensino superior com atributos capazes de alcançar o atual ecossistema da informação e as competências necessárias aos indivíduos para lidar com a dinamização da informação e com a geração de novos conhecimentos. Essa nova estrutura é chamada de *Framework for Information Literacy for Higher Education* (Estrutura para a competência em Informação no Ensino Superior).

Segundo a ACRL (2016, tradução nossa) essa estrutura é chamada intencionalmente de “Estrutura” porque se baseia num conjunto de conceitos nucleares interligados, com opções flexíveis de implementação em vez de um conjunto de padrões ou resultados de aprendizagem, ou qualquer enumeração prescritiva de competências. A *Framework for Information Literacy for Higher Education* é composta por conceitos que organizam muitos outros conceitos e ideias sobre informação, pesquisa e erudição em um todo coerente.

A estrutura foi moldada com novas ideias e com ênfase para os conceitos de limiar. Dois elementos adicionais ilustram importantes objetivos de aprendizagem relacionados a esses conceitos: práticas de conhecimento, que são demonstrações de maneiras pelas quais os alunos podem aumentar sua compreensão desses conceitos e disposições de competências em informação, que descrevem maneiras de abordar os aspectos afetivos, ou valorizando a dimensão da aprendizagem.

A *Framework for Information Literacy for Higher Education* está organizada em seis estruturas, cada uma delas constituída por um conceito central para a competência em informação; um conjunto de práticas de conhecimento e um conjunto de disposições, dispostas da seguinte maneira conforme a ACRL (2016, tradução nossa):

Estrutura 1- Autoridade é construída e contextual: os recursos de informação refletem a experiência e a credibilidade de seus criadores e são avaliados com base na necessidade de informação e no contexto em que a informação será usada. Autoridade é construída no sentido de que várias comunidades podem reconhecer diferentes tipos de autoridade. É contextual no sentido de que a necessidade de informação pode ajudar a determinar o nível de autoridade requerido.

Esta estrutura envolve **práticas de conhecimento e disposição**, de acordo com os aprendentes que estão desenvolvendo suas habilidades de competência em informação e sob as seguintes diretrizes:

a) Definir diferentes tipos de autoridade, tais como a especialização do sujeito (por exemplo, bolsa de estudo), posição social (cargo público ou título) ou experiência especial (participar de um evento histórico);

- b) Utilizar ferramentas de pesquisa e indicadores de autoridade para determinar a credibilidade das fontes, entendendo os elementos que podem amenizar essa credibilidade;
- c) Entender que muitas disciplinas reconheceram autoridades no sentido de conhecidos eruditos e publicações que são amplamente consideradas "padrão", e mesmo assim, mesmo nessas situações, alguns estudiosos desafiariam a autoridade dessas fontes;
- d) Reconhecer que o conteúdo autoritário pode ser embalado formalmente ou informalmente e pode incluir fontes de todos os tipos de mídia;
- e) Reconhecer que estão desenvolvendo suas próprias vozes autoritárias em uma área particular e reconhecem as responsabilidades que isso implica, inclusive buscando precisão e confiabilidade, respeitando a propriedade intelectual e participando de comunidades de prática,
- f) Compreender a natureza cada vez mais social do ecossistema de informação onde as autoridades se ligam ativamente entre si e as fontes se desenvolvem ao longo do tempo.

Quanto à Disposição, aprendentes que estão desenvolvendo suas habilidades de formação alfabetizada, a estrutura propugna que:

- a) Desenvolver e manter uma mente aberta ao encontrar perspectivas variadas e às vezes conflitantes;
- b) Motivar-se a encontrar fontes autorizadas, reconhecendo que a autoridade, pode ser conferida ou manifestada, de maneira inesperada;
- c) Desenvolver a consciência da importância de avaliar conteúdos com uma atitude cética e com uma autoconsciência de seus próprios preconceitos e visão de mundo;
- d) Questionar as noções tradicionais de concessão de autoridade e reconhecer o valor de diversas ideias e cosmovisões,
- e) Estar consciente de que a manutenção dessas atitudes e ações exige auto avaliação frequente.

Estrutura 2 - Criação de informação como um processo: as informações em qualquer formato são produzidas para transmitir uma mensagem e são compartilhadas por meio de um método de entrega selecionado. Os processos iterativos de pesquisa, criação, revisão e divulgação de informações variam, e o produto resultante reflete essas diferenças. Esta estrutura envolve práticas de conhecimento e disposição:

Práticas de conhecimento, aprendentes que estão desenvolvendo suas habilidades de competência em informação, nas seguintes perspectivas:

- a) Articular as capacidades e restrições da informação desenvolvida através de vários processos de criação;

- b) Avaliar a adequação entre o processo de criação de um produto de informação e uma determinada necessidade de informação;
- c) Articular os processos tradicionais e emergentes de criação e disseminação de informação em uma determinada disciplina;
- d) Reconhecer que a informação pode ser percebida de forma diferente com base no formato em que é embalada;
- e) Reconhecer as implicações de formatos de informação que contenham informações estáticas ou dinâmicas;
- f) Monitorar o valor que é colocado em diferentes tipos de produtos de informação em diferentes contextos;
- g) Transferir conhecimentos de capacidades e restrições para novos tipos de produtos e de informação,
- h) Desenvolver, em seus próprios processos de criação, um entendimento de que suas escolhas impacta os objetivos para os quais o produto de informação será usado e a mensagem que transmite.

Disposição, aprendentes que estão desenvolvendo suas habilidades de informação alfabetizada:

- a) Buscar características de produtos de informação que indiquem o processo de criação subjacente;
- b) Valorizar o processo de adequar uma necessidade de informação a um produto apropriado;
- c) Aceitar que a criação de informação pode começar, inicialmente, através da comunicação numa variedade de formatos ou modos;
- d) Aceitar a ambiguidade em torno do valor potencial da criação de informação expressa em formatos ou modos emergentes;
- e) Resistir à tendência de igualar o formato com o processo de criação subjacente;
- f) Entender que diferentes métodos de disseminação de informações com diferentes propósitos estão disponíveis para seu uso.

Estrutura 3 - A informação tem valor: a informação possui várias dimensões de valor, inclusive como mercadoria, como meio de educação, como meio de influência e como meio de negociação e compreensão do mundo. Os interesses jurídicos e socioeconômicos influenciam a produção e disseminação da informação. O valor da informação se manifesta em vários contextos, incluindo práticas de publicação, acesso à informação, mercantilização de informações pessoais e leis de propriedade intelectual.

Práticas de conhecimento, aprendentes que estão desenvolvendo suas habilidades de competência em informação:

- a) Dar crédito às ideias originais dos outros através da atribuição e citação apropriadas;
- b) Entender que a propriedade intelectual é uma construção jurídica e social que varia de acordo com a cultura;
- c) Articular o propósito e as características distintivas do direito de autor, do uso justo, do acesso aberto e do domínio público;
- d) Compreender como e por que alguns indivíduos ou grupos de indivíduos podem estar sub-representados ou sistematicamente marginalizados dentro dos sistemas que produzem e disseminam informação;
- e) Reconhecer questões de acesso ou falta de acesso a fontes de informação;
- f) Decidir onde e como as suas informações são publicadas;
- g) Entender como a mercantilização de suas informações pessoais e interações afeta a informação que eles recebem e que produzem *on-line*;
- h) Fazer escolhas informadas sobre suas ações *on-line* em plena consciência de questões relacionadas com a privacidade e a mercantilização de informações pessoais.

Disposição, aprendentes que estão desenvolvendo suas habilidades de informação alfabetizada:

- a) Respeitar as ideias originais dos outros;
- b) Valorizar as habilidades, o tempo e o esforço necessários para produzir conhecimento;
- c) Ver-se como contribuintes para o mercado da informação e não apenas para os consumidores,
- d) Estar inclinado a examinar seu próprio privilégio de informação.

Estrutura 4 - Pesquisa como investigação: a pesquisa é interativa e depende de fazer perguntas cada vez mais complexas ou novas, cujas respostas, por sua vez, desenvolvam questões adicionais ou linhas de pesquisa em qualquer campo.

Práticas de conhecimento, aprendentes que estão desenvolvendo suas habilidades de competência em informação:

- a) Formular perguntas para a pesquisa com base em lacunas de informação ou no reexame de informações existentes, possivelmente conflitantes;
- b) Determinar um âmbito adequado de investigação;

- c) Lidar com pesquisas complexas, quebrando questões complexas em simples, limitando o escopo das investigações;
- d) Utilizar vários métodos de pesquisa, com base na necessidade, circunstância e tipo de investigação;
- e) Monitorar a informação recolhida e avaliar as lacunas ou fraquezas;
- f) Organizar a informação de forma significativa;
- g) Sintetizar ideias reunidas a partir de múltiplas fontes;
- h) Tirar conclusões razoáveis com base na análise e interpretação da informação.

Disposição: aprendentes que estão desenvolvendo suas habilidades de informação alfabetizada:

- a) Considerar a pesquisa como uma exploração aberta e engajamento com informações;
- b) Apreciar que uma pergunta pode parecer simples, mas ainda perturbadora e importante para a pesquisa;
- c) Valorizar a curiosidade intelectual no desenvolvimento de questões e na aprendizagem de novos métodos de investigação;
- d) Manter uma mente aberta e uma postura crítica;
- e) Efetivar valor de persistência, adaptabilidade e flexibilidade e reconhecer que a ambiguidade pode beneficiar o processo de pesquisa;
- f) Buscar múltiplas perspectivas durante a coleta e avaliação de informações;
- g) Procurar ajuda apropriada quando necessário;
- h) Seguir diretrizes éticas e legais na coleta e uso de informações,
- i) Demonstrar humildade intelectual (isto é, reconhecer suas próprias limitações intelectuais ou experienciais).

Estrutura 5 - Bolsa como conversa: comunidades de estudiosos, pesquisadores ou profissionais envolvem-se em discurso sustentado com novas percepções e descobertas que ocorrem ao longo do tempo como resultado de perspectivas e interpretações variadas. Os especialistas estão, portanto, inclinados a buscar muitas perspectivas, não apenas aquelas com as quais estão familiarizados. Essas perspectivas podem estar em sua própria disciplina ou profissão ou podem estar em outros campos. Envolve, também, **práticas de conhecimento** (aprendentes que estão desenvolvendo suas habilidades de competência em informação), sob o seguinte olhar:

- a) Citar o trabalho contributivo de outros na sua própria produção de informação;

- b) Contribuir para a conversa acadêmica em um nível apropriado, como comunidade on-line local, discussão guiada, jornal de pesquisa de graduação, apresentação de conferência/sessão de cartaz;
- c) Identificar barreiras para entrar na conversa acadêmica através de vários locais;
- d) Avaliar criticamente contribuições feitas por outros em ambientes de informação participativa;
- e) Identificar a contribuição que determinados artigos, livros e outras peças acadêmicas trazem para o conhecimento disciplinar;
- f) Resumir as mudanças na perspectiva acadêmica ao longo do tempo em um tópico específico dentro de uma disciplina específica,
- g) Reconhecer que um determinado trabalho acadêmico pode não representar a única ou mesmo a perspectiva da maioria sobre o assunto.

E quanto à disposição dos aprendentes que estão desenvolvendo suas habilidades de informação alfabetizada, é preciso:

- a) Reconhecer que eles estão frequentemente entrando em uma conversa acadêmica em curso e não uma conversa acabada;
- b) Procurar conversas que ocorram em sua área de pesquisa;
- c) Ver-se como contribuintes para a erudição e não apenas para os consumidores;
- d) Reconhecer que as conversas acadêmicas acontecem em vários locais;
- e) Suspender o julgamento sobre o valor de uma determinada obra até que o contexto maior para a conversa acadêmica seja mais bem compreendido;
- f) Compreender a responsabilidade que advém ao entrar na conversação através de canais participativos;
- g) Valorizar o conteúdo gerado pelo usuário e avaliar contribuições feitas por outros,
- h) Reconhecer que os sistemas privilegiam as autoridades e que não ter uma fluência na linguagem e processo de uma disciplina desacredita sua capacidade de participar e se envolver

Estrutura 6 - Pesquisando como exploração estratégica: a procura de informação é muitas vezes não-linear e interativa, exigindo a avaliação de uma gama de fontes de informação e flexibilidade mental para prosseguir caminhos alternativos à medida que a nova compreensão se desenvolve, através de:

Práticas de conhecimento com aprendentes que estão desenvolvendo suas habilidades de competência em informação:

- a) Determinar o âmbito inicial da tarefa necessária para satisfazer as suas necessidades de informação;
- b) Identificar partes interessadas, tais como académicos, organizações, governos e indústrias, que possam produzir informações sobre um tópico e, em seguida, determinar como acessar essas informações;
- c) Utilizar pensamentos divergentes (por exemplo, *brainstorming*) e convergentes (por exemplo, selecionar a melhor fonte) ao pesquisar;
- d) Adequar as necessidades de informação e as estratégias de pesquisa às ferramentas de pesquisas apropriadas;
- e) Projetar e refinar as necessidades e estratégias de busca conforme necessário, com base em resultados de pesquisa;
- f) Compreender como os sistemas de informação (ou seja, coleções de informação registrada) são organizados de forma a acrescentar informação relevante;
- g) Usar diferentes tipos de linguagem de busca (por exemplo, vocabulário controlado, palavras-chave, linguagem natural) apropriadamente,
- h) Gerenciar processos de busca e resultados de forma eficaz.

E de disposição dos aprendentes que estão desenvolvendo suas habilidades de informação alfabetizada:

- a) Exibir flexibilidade mental e criatividade;
- b) Compreender que as primeiras tentativas de busca nem sempre produzem resultados adequados;
- c) Perceber que as fontes de informação variam muito em conteúdo e formato e têm relevância e valor variável, dependendo das necessidades e da natureza da pesquisa;
- d) Buscar orientações de especialistas, como bibliotecários, pesquisadores e profissionais;
- e) Reconhecer o valor da navegação e outros métodos acidentais de recolha de informação;
- f) Persistir em face dos desafios de busca e sabem quando têm informações suficientes para completar a tarefa de informação.

A ACRL afirma que nem as práticas de conhecimento nem as disposições que suportam cada conceito pretendem prescrever o que as instituições locais devem fazer na utilização da *Framework for Information Literacy for Higher Education*; cada biblioteca e seus parceiros no campus precisarão implantar essas estruturas para melhor se adequarem à sua própria situação, incluindo a concepção de resultados de aprendizagem. Pelas mesmas razões, essas

listas não devem ser consideradas exaustivas. As estruturas também não sugerem uma sequência particular em que eles devem ser aprendidos e, portanto, sua flexibilidade permite que sejam adequados conforme a situação.

A *Framework for Information Literacy for Higher Education* abre o caminho para bibliotecários, professores e outros parceiros institucionais para redesenhar sessões de instruções, atribuições, cursos e até currículos para conectar o conhecimento da informação com as iniciativas de sucesso dos alunos; colaborar na pesquisa pedagógica e envolver os próprios alunos nessa pesquisa; e para criar conversas mais amplas sobre a aprendizagem dos alunos, a bolsa de ensino e aprendizagem e a avaliação da aprendizagem em campus locais e distantes (ACRL, 2016).

Nessa perspectiva podemos afirmar que mesmo que a *Framework for Information Literacy for Higher Education* seja uma nova proposta para a competência em informação no ensino superior, ainda assim, existe contextualização dos textos base dessa estrutura com a estrutura da LPSS e com a da LSIL devido a sua flexibilidade. A diferença é que a *Framework for Information Literacy for Higher Education* expandiu seus conceitos aos conceitos da metaliteratura e da metacognição.

A LPSS da ACRL estabeleceu em 2008 diretrizes que esboçam a aplicação dos padrões de competência informacional para pesquisa em ciências políticas e disciplinas afins, incluindo administração pública, direito, justiça criminal e educação cívica e apresenta 5 padrões para as ciências políticas, todavia extensivas também ao direito (SANTIAGO, 2012). São eles:

- a) Padrão 1; conhecer e planejar:** determina a natureza e a extensão da necessidade de informação;
- b) Padrão 2:** acesso (acessa a informação necessária de forma eficaz e eficiente);
- c) Padrão 3:** avaliar (avalia as informações e suas fontes criticamente e incorpora informação selecionada em sua base de conhecimento e sistema de valores);
- d) Padrão 4:** uso (usa a informação de forma eficaz par alcançar o propósito específico),
- e) Padrão 5:** ética (entende muitas das questões econômicas, legais e sociais que envolvem o uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente).

Os cinco padrões da LPSS/ACRL (2008) acompanham indicadores de *performance* descritos por um grande elenco de habilidades expostas a seguir e segundo Santiago (2012) se assemelham às habilidades organizadas, resumidas e apresentadas por Belluzzo (2007), observe-se:

a) Padrão 1 - Conhecer e planejar:

- Define e articula a necessidade de informação;
- Identifica uma variedade de tipos e formatos de fontes potenciais de informação;
- Considera os custos e benefícios ao adquirir a informação necessitada,
- Reavalia a natureza e a extensão de uma necessidade de informação.

b) Padrão 2 - Acesso:

- Seleciona os métodos investigativos mais apropriados ou sistemas de recuperação de informação para acessar a informação necessitada;
- Constrói e implementa as estratégias de busca efetivamente concebidas;
- Recupera a informação on-line ou pessoalmente, usando métodos variados;
- Refina a estratégia de busca, se necessário,
- Extrai, grava e gerencia as informações e suas fontes.

c) Padrão 3 - Avaliar:

- Resume as principais ideias a serem extraídas das informações selecionadas;
- Articula e aplica critérios iniciais para avaliar ambas a informação e sua fonte;
- Sintetiza as ideias principais para construir novos conceitos;
- Compara o novo conhecimento com seus conhecimentos pré-existentes para determinar valores adquiridos, contradições e outras características únicas da informação;
- Determina se o novo conhecimento tem algum impacto no seu sistema de valor e age para reconciliar diferenças;
- Valida o entendimento e interpretação das informações através do discurso de outros indivíduos, especialistas e/ou profissionais da área,
- Determina se a consulta inicial precisa ser revisada.

d) Padrão 4 - Uso:

- Aplica previamente as informações novas para planejar e criar um produto ou atividade particular;
- Revisa o processo de desenvolvimento de um produto ou atividade particular,
- Comunica eficazmente o desenvolvimento de um produto ou atividade particular.

e) Padrão 5 - Ética:

- Diz respeito às muitas das questões éticas, socioeconômicas, jurídicas e políticas relacionadas à informação e as tecnologias da informação.
- Segue as leis, regulações, políticas institucionais e etiqueta relacionadas ao acesso e uso das fontes de informação,
- Reconhece o uso das fontes de informação na comunicação do produto ou atividade.

Nesse enfoque tem-se ainda outro conjunto de padrões e indicadores de desempenho fundamentado nos padrões ACRL que serão exibidos a seguir, o *Law Student Information Literacy* (LSIL), ele foi ajustado para encaixar as habilidades, ferramentas e produtos de trabalho que os estudantes de direito possam adquirir, usar e criar com os treinamentos. Os responsáveis pela elaboração do LSIL foram os membros da *Joint SIS Committee on the Articulation of Law Student Information Literacy Standards* (o Comitê), da *American Association of Law Libraries* (AALL) entre os anos letivos de 2009-2010 (KIM-PRIETTO (2011, p. 609, tradução nossa).

De acordo com Kim-Prietto (2011, p. 607, 610, tradução nossa) os padrões LSIL de competência informacional jurídica são compostas por 5 padrões que estão estruturados de acordo com uma hierarquia lógica: saber, acessar, avaliar, usar e ético/legal. A saber:

a) Padrão I - Identificar o tipo e as fontes de informação adequada ao problema ou assunto em questão.

O que o aluno do curso de Direito precisa fazer:

- 1. Identificar se o assunto em questão exige a aplicação do estatuto, a jurisprudência, a regulação, ou outras informações relevantes;
- 2. Determinar quais as ferramentas de pesquisa mais apropriadas para o problema em questão,
- 3. Considerar os custos e benefícios de adquirir as informações necessárias.

b) Padrão II - Acesso à informação apropriada de forma eficaz e eficiente.

O que o aluno do curso de Direito precisa fazer:

- 1. Selecionar as fontes mais adequadas para acessar e obter as informações necessárias;
- 2. Construir, implementar e refinar estratégias de busca bem concebidas que usem uma variedade de métodos para encontrar a informação,
- 3. Manter o controle das informações e de suas fontes.

c) Padrão III - Avaliar criticamente as informações e suas fontes, a fim de incorporar adequadamente as informações apropriadas em produto de trabalho confiável.

O que o aluno do curso de Direito precisa fazer:

- 1. Identificar e sintetizar os elementos principais do produto reunidos nos trabalhos de investigação, e sintetizar estes elementos para a construção de novos conceitos aplicáveis à resolução do problema em mão;
- 2. Aplicar critérios adequados para avaliar tanto a informação como sua fonte;
- 3. Comparar o conhecimento novo com o conhecimento prévio para determinar o valor acrescentado, contradições, ou outras características únicas da informação e tomar medidas para reconciliar as diferenças;
- 4. Validar a compreensão e interpretação da informação por meio do discurso com outros indivíduos, área sujeita-especialistas ou profissionais,
- 5. Determinar se as consultas iniciais devem ser revistas.

d) Padrão IV - Aplicar informação de forma eficaz para resolver um problema ou necessidade específica.

O que o aluno do curso de Direito precisa fazer:

- 1. Aplicar as informações jurídicas e os resultados de pesquisa para o planejamento, criação e revisão de um argumento, ou breve análise;
- 2. Procurar informações fundamentais para ajudar a entender o problema jurídico em questão;
- 3. Aplicar dados de outras disciplinas além do direito, quando apropriado, para o planejamento, criação e revisão de um argumento ou uma breve análise;
- 4. Saber quando realizar mais pesquisas para melhor resolver um problema ou uma necessidade específica,
- 5. Comunicar o argumento ou a breve análise efetivamente para os outros.

e) Padrão V - Distinguir entre usos éticos e antiéticos usos de informação, e compreender as questões jurídicas decorrentes da descoberta de informações, utilização ou aplicação.

O que o aluno do curso de Direito precisa fazer:

- 1. Articular os fatores que determinam a ética do uso da informação, bem como a legalidade do uso da informação, a fim de utilizar as informações em conformidade com as obrigações de um advogado, no tribunal, na ordem, e na sociedade,

- 2. Aplicar as leis, regras e autoridade legal que rege o uso de informação por um advogado no âmbito de suas práticas.

Enquanto as normas da ACRL publicada em 2000 contemplam um início útil e essencial para o ensino de graduação, uma vez que, no contexto da educação superior ela foi a responsável pela formação das diversas categorias profissionais de nível superior e por se tratar de uma série de padrões e diretrizes com o objetivo de constituir parâmetros para o desenvolvimento de competências associadas à informação; o Comitê partiu do entendimento da natureza particularizada da pesquisa jurídica, quanto ao conteúdo material, às estratégias de pesquisa e as ferramentas. Esse entendimento especializado exige uma articulação dos assuntos específicos com padrões e habilidades de competência informacional igualmente específico (KIM-PRIETO, 2011, p. 609, tradução nossa).

Nesse contexto o Comitê iniciou em 2009 um trabalho para articular e aperfeiçoar os padrões de competência LSIL, utilizando os antigos padrões de nível superior da ACRL como um referencial, com a finalidade de criar normas de competência informacional para os estudantes de direito, que poderiam ser usados por bibliotecas membros da AALL e pelos instrutores destas bibliotecas (KIM-PRIETO, 2011, p. 609, tradução nossa).

O formato dos padrões LSIL é semelhante à forma geral dos padrões aprovados pela ACRL (2000), contudo, existe uma distinção fundamental entre as normas ACRL e as normas LSIL, vez que estas são explicitamente relacionadas ao trabalho de resolução de problemas no “coração” da análise jurídica e da pesquisa jurídica (KIM-PRIETO, 2011, p. 610, tradução nossa). Esta abordagem pragmática é pujante nas competências e indicadores de desempenho que explicam cada padrão LSIL.

Conforme Abrão e Torelly (2005), a contribuição mais efetiva, em relação às competências e habilidades dos profissionais do direito foi o estabelecimento das diretrizes curriculares que devem regular a formação do graduando em Direito, com a aprovação e a homologação da Resolução nº 9, em 2004, da Câmara de Ensino Superior/Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), dentre as quais se destaca aquelas diretamente relacionadas à competência informacional:

I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; [...] III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; [...] VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito. (CONSELHO..., 2004, p. 2).

A comunicação contínua e a colaboração entre as faculdades de direito, os empregadores jurídicos, e os organismos de reconhecimento dos cursos jurídicos são fundamentais para qualquer esforço que possa resolver e aprimorar as competências em pesquisa dos estudantes de direito e, conseqüentemente, dos profissionais do direito. Como também os programas curriculares das faculdades de direito devem refletir as realidades do campo jurídico e, em particular, a compreensão dos modelos empresariais dos escritórios jurídicos. (AALL, 2011).

Santiago e Barreira (2013) afirmam que estas diretrizes curriculares representam uma nova fase para a formação do graduando em direito. Trata-se do distanciamento do modelo conteudista para um modelo de habilidades e competências.

Assim sendo, é notório que o fazer jurídico na contemporaneidade demanda competências pertinentes ao uso de instrumentos de pesquisa que possam auxiliar o profissional do Direito no empenho de seu exercício acadêmico e profissional capacitando-os para o uso eficaz da informação, tendo como ferramentas facilitadoras as tecnologias de informação e comunicação.

4.3 INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE DE APRENDIZAGEM

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação assumiu ritmo cada vez mais crescente durante as últimas décadas, levando a sociedade a trilhar novos rumos, não só tecnológicos, mas também sócio-econômico-cultural.

Esse progresso tecnológico que envolve o mundo, as organizações e as pessoas afeta praticamente todas as atividades e favorece a veiculação livre e rápida de grande volume de informação por vários meios, principalmente pela Internet, o que significa um novo contexto para a educação, tanto social quanto tecnológico.

O avanço das TIC também provocou mudanças no comportamento do ser humano. Sob a ótica de Assmann (2000, p. 9):

As tecnologias ampliam o potencial cognitivo do ser humano, [...] e possibilitam mixagens cognitivas complexas e cooperativas. E os próprios sistemas interagentes artificiais se transformaram em máquinas cooperativas, com as quais podemos estabelecer parcerias na pesquisa e no aviamento de experiências de aprendizagem.

Isto significa dizer que ao estar em contato com as tecnologias, o indivíduo tem sua percepção mental aumentada, seu raciocínio ampliado, ou seja, a aquisição de conhecimento para

o desenvolvimento intelectual se expande. O ser humano passa a ter uma relação de interação com as tecnologias com as quais pode estabelecer parcerias no desenvolvimento de pesquisas uma vez que os sistemas que compõem essa tecnologia se transformaram em máquinas cooperativas.

A importância e a influência das TIC não estão apenas na mudança sócio-econômico, mas principalmente, na mudança cognitiva e comportamental do ser humano. Todavia, é fundamental estar familiarizado com as TIC que estimulam o aprendizado e a constante atualização sem esquecer, do contexto social e da diversidade cultural.

O progresso das tecnologias de informação de comunicação e suas aplicações em diversas áreas, inclusive na educação, possibilitou uma relação direta e interativa dos indivíduos, tornando-os mais autônomos em relação ao processo de busca da informação. Por outro lado, exige num mesmo ritmo, habilidades no tocante ao aprendizado das TIC para que haja a apropriação dos conhecimentos oferecidos pelas informações.

No caso da educação as TIC facilitam o processo interdisciplinar, pois oferecem uma série de vantagens em relação aos métodos convencionais de aprendizagem e facilitam a troca imediata de informações. A visualização de subtarefas como parte de tarefas mais globais, a adaptação da informação aos costumes individuais de aprendizagem, o encorajamento à exploração, maior e melhor organização das ideias, maior integração e interação, agilidade na recuperação da informação, maior poder de distribuição e comunicação nos mais variados contextos, são aportes das TIC que facilitam e enriquecem os processos de apropriação do conhecimento. (PERRENOUD, 2000).

A sociedade atual impõe à escola um grande desafio, no que diz respeito a que ela seja capaz de desenvolver nos estudantes, competências para participar e interagir em um mundo globalizado, altamente competitivo que valoriza no indivíduo, a flexibilidade, a criatividade, a capacidade de encontrar soluções inovadoras para problemas futuros, ou melhor, a capacidade de compreender que a aprendizagem não é um processo estático, mas algo que deve acontecer ao longo de toda a vida (COUTINHO; LISBÔA, 2011).

Nessa perspectiva os avanços tecnológicos fizeram emergir um novo paradigma social, descrito por alguns autores como sociedade da aprendizagem (ASSMANN, 2000; HARGREAVES, 2003; POZO, 2004).

Para Assmann (2000) o que caracteriza a sociedade aprendente é o desencadeamento de um vasto e contínuo processo de aprendizagem, cuja importância se configura a partir da sociedade contemporânea, de informação e de aprendizagem, na qual as políticas públicas têm um papel de importância vital para viabilizar o acesso a essa sociedade da informação.

Conforme Fabela (2005) sociedade da aprendizagem ou “cultura aprendente”, é um ambiente no qual a multiplicidade de pessoas contribui para que haja a construção do conhecimento de forma compartilhada, numa perspectiva contínua e processual, quer a nível individual ou coletivo, e em todos os domínios da sociedade. Como questão crucial, nota-se, neste tipo de sociedade a possibilidade de os indivíduos desenvolverem competências e habilidades que possibilitem o exercício da sua criatividade, pautados pelos seus anseios e necessidades.

Articula-se que na sociedade aprendente, exista um maior envolvimento dos indivíduos em investir na sua própria aprendizagem, com vista ao desenvolvimento de seu projeto pessoal e da sua cidadania. Mas para que isso aconteça, o sujeito que aprende serve-se dos mais variados recursos disponibilizados pelas TIC, procurando melhorar o seu desempenho pessoal e profissional através de redes de suporte e de apoio, visando a busca da sua excelência pessoal através de uma formação contínua e ao longo de toda a vida (COUTINHO; LISBÔA, 2011).

Assmann (2000) afirma que as tecnologias da informação e da comunicação se transformaram em elemento constituinte (e até instituinte) do nosso modo de ver e organizar o mundo.

Neste contexto, em que múltiplas transformações se processam a sociedade aprendente demanda profissionais tecnicamente competentes, éticos, capazes de desenvolver ações tanto no âmbito individual como no coletivo e em contextos situacionais diferentes, cujos saberes avançam com o desenvolvimento científico e tecnológico, desafiando as pessoas em suas diversas áreas profissionais.

Trata-se de uma nova realidade que exige dos indivíduos competências e habilidades para lidar com a informatização do saber que “tornou muito mais acessíveis [...], mais horizontais e menos seletivos a produção e o acesso ao conhecimento” (POZO, 2004, p. 34).

É neste cenário, sob a influência das TIC, que se insere a Competência em informação como meio de possibilitar a capacitação dos indivíduos e prepará-los para essa realidade através do desenvolvimento de suas habilidades informacionais. Nesse processo de desenvolvimento, as TIC são de grande importância, pois, podem ser utilizadas como um instrumento facilitador da aprendizagem.

Considerando, pois que a partir dos modelos de competências em informação e da competência em informação jurídica, isto em um aspecto macro, e aqui especialmente na discussão da influência das tecnologias de informação e de comunicação na sociedade da

aprendizagem, considerou-se pertinente uma elucidação sobre o aspecto aprendente da biblioteca.

4.4 A BIBLIOTECA COMO ORGANIZAÇÃO APRENDENTE

O conhecimento é um dos principais ativos das organizações e a capacidade de mantê-lo e aumentá-lo se constitui num desafio. Este desafio sustenta-se, basicamente, na qualificação dos recursos humanos e na habilidade de reter e fazer circular o conhecimento na organização criando condições que favoreçam o desenvolvimento das competências dos colaboradores. Uma condição indispensável é o envolvimento de todas as pessoas da organização, na construção de uma cultura de aprendizagem coletiva, que forme uma organização aprendente, onde a chave são os conceitos de colaboração, de partilha, de aprendizagem e de conhecimento.

Na biblioteca não seria diferente, assim como nas organizações, a biblioteca envolve uma série de etapas organizacionais, com o objetivo de mediar os processos de busca e uso da informação, conduzindo o usuário a construir seus próprios significados a partir da informação. Essas etapas organizacionais abrangem o processamento da informação que são realizados através dos sistemas de informação, que por sua vez, reúnem ações relacionadas à apresentação de dados e informações para o uso de alguém que está fora do sistema (DUDZIAK, 2001).

Seu principal objetivo é planejar e implementar processos e produtos apropriados aos seus clientes/usuários, dentro das proposições definida pelo contexto. Essas ações agregam valor à informação e são traduzidas nos processos de planejamento e implementação de políticas e atividades de seleção e aquisição de documentos, incorporações ao acervo, classificação, indexação, catalogação, resumo, edição, apresentação, disseminação de dados e informação (DUDZIAK, 2001).

Desde a antiguidade o papel das bibliotecas tem sido o de coletar, preservar e propagar a informação. Resultante das inovações tecnológicas e das constantes modificações nos cenários políticos, sociais, econômicos e educacionais novas realidades têm invadido os sistemas de informação, exigindo a transformação dos paradigmas de funcionamento das bibliotecas. Porém, seu modelo administrativo continua o mesmo, fechado em suas rotinas, procedimentos e regulamentos (DUDZIAK, 2001). Sua cultura organizacional tem sido resistente à mudança.

O objetivo da biblioteca, em consonância com a visão tradicional, é suprir a necessidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e para tanto deve manter coleções organizadas e atualizadas que satisfaçam as necessidades de seus usuários.

Todavia, como afirma Dudziak (2001) a biblioteca é um organismo vivo e dinâmico, cheio de atividades, relacionamentos, complexas tomadas de decisão, o que nos leva a considerá-la mais do que um espaço, um lugar, ou mesmo entendê-la como o simples acesso físico à informação.

É necessário, pois, mudar a visão que ainda se tem dos objetivos e das funções da biblioteca, pois, segundo Dudziak (2001), a chave para um novo conceito de biblioteca que mais se adequa ao momento atual e consonante com a competência em informação é a sua transformação de organização taylorista em organização aprendente, isto é, da organização tradicional para o aprendizado enquanto processo.

Segundo Guimarães (2012) em meados do final dos anos 80 e início dos anos 90 o termo Organizações Aprendentes (Organização em constante Aprendizagem) foi cunhado por Chris Argyris e diz respeito às empresas que aprendem à medida que os seus colaboradores vão adquirindo novos conhecimentos.

Posteriormente Peter Senge, em 1990 divulgou o conceito através do seu livro *A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende*. O que Senge difundia com este tipo de afirmação seria uma das bases das Organizações Aprendentes. Ao pensar no sucesso estratégico, as empresas em passo acelerado tomaram conhecimento que, para se manterem competitivas, teriam que se preocupar em realizar ações de desenvolvimento em prol dos seus profissionais.

Nesse sentido Senge (1990) define organização aprendente como organizações onde as pessoas estão focadas na aprendizagem coletiva e empenhadas com resultados motivadores. De modo que as organizações que se propõem a construir estruturas e estratégias visando a dinamização e avanço do potencial de aprendizagem têm sido designadas por organizações aprendentes ou *Learning Organizations*.

Em linhas gerais as organizações que aprendem são aquelas nas quais as pessoas ampliam continuamente a sua capacidade de criar os resultados que realmente desejam, onde se estimulam padrões de pensamentos novos e abrangentes, a aspiração coletiva ganha liberdade e onde as pessoas aprendem continuamente a aprender em conjunto (SENGE, 1990).

Corroborando com o autor acima Friedman; Hatch e Walker (2000) observam que organização aprendente é aquela que está num processo permanente de mudança, porque os colaboradores são estimulados a realizar continuamente modificações e adaptações. Uma or-

ganização aprendente concentra-se na criação, na aquisição e na transmissão de conhecimentos e na adaptação dos comportamentos em função desses conhecimentos.

Isto posto percebe-se que o objetivo fundamental da aprendizagem é a obtenção de alguma habilidade ou competência. Contudo o ambiente familiar, escolar e social pode ser considerado como os lócus principais desse processo, nos quais é construído um saber diário. A dinâmica da sociedade atual demanda cada vez mais o aumento do conhecimento nas pessoas bem como das organizações para que se conservem competitivas.

O perfil que as organizações buscam atualmente deve ser dinâmico e aberto ao processo de aprendizagem, conforme a necessidade dessa sociedade. Em razão disso o processo de aprendizagem pode ser considerado como essencial não só para os indivíduos, mas também para as organizações que almejam alcançar suas metas e, por conseguinte, atingir os objetivos obtendo o sucesso da organização.

Nesse contexto, Senge (2009, p. 28) assegura que:

À medida que o mundo se torna mais interconectado e os negócios se tornam mais complexos e dinâmicos, será mais fácil aprender no trabalho. Não basta ter uma única pessoa aprendendo pela empresa. Simplesmente não é mais possível encontrar soluções na alta gerência e fazer com que todos os outros sigam as ordens do ‘grande estrategista’. As organizações que realmente terão sucesso no futuro serão aquelas que descobrirem como cultivar nas pessoas o comprometimento e a capacidade de aprender em todos os níveis da organização.

Sendo assim, as Organizações Aprendentes estão associadas a um conjunto-chave de condições e processos que suportam a capacidade de uma organização de valorizar, adquirir e utilizar a informação e conhecimento tácito dos colaboradores e *stakeholders* para planejar, para implementar e para avaliar com sucesso estratégias para atingir os objetivos (BOWEN et al; 2006, p. 98-99, tradução nossa).

Não obstante, não é somente o conhecimento existente na organização, por si só, que forma a base para alcançar vantagem competitiva dos ativos baseados no conhecimento, mas a capacidade da organização de promover de forma eficaz o desenvolvimento das competências individuais e coletivas.

Portanto, uma organização aprendente, deve ter o clima propício para a criação de um ambiente de aprendizagem contínuo para que o desenvolvimento das competências seja uma realidade, estimulando o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem dos membros da organização.

A tendência, pois, é que as organizações se adaptem continuamente às novas situações se almejam sobreviver e prosperar, tornando-se organizações aprendentes (ZACCARO, 2003). E para acompanhar os processos inovadores que demandam a sociedade contemporânea, as bibliotecas enquanto organizações, devem procurar os caminhos necessários para mudar sua imagem tradicional estereotipada em meros depósitos de livros e um simples espaço apenas para estudo, pois, apesar do seu conceito ter evoluído ao longo do tempo, ainda é nítido que devem acompanhar com mais urgência as modificações em torno da aprendizagem.

Para tanto, as bibliotecas devem estar atentas às atividades que acontecem ao seu redor. Mais do que centrar-se em seus usuários no sentido de desenvolver ações relacionadas apenas à satisfação de suas necessidades, procurar educá-los no uso das bibliotecas como espaço de aprendizagem. Como tem sido proposto, ao longo dos anos pela ciência da informação e a partir das evidências aqui relatadas, os usuários deverão ser vistos em seu comportamento de busca e em seu uso da informação. Postura moderna, à luz dos fenômenos políticos, sociais e educacionais, transformando assim, a biblioteca, em sua percepção da realidade e criando mecanismos de interação ativa e progressiva com a comunidade e o mundo, criando uma nova identidade. (DUDZIAK, 2001).

E, ainda segundo a autora acima, somente a partir da construção dessa nova identidade, a começar do planejamento e da implementação de mudanças organizacionais, culturais e de relacionamento com a comunidade, será possível implantar uma educação voltada para a competência em informação, valendo tanto para a escola, universidade quanto para a biblioteca.

De acordo com Amaral e Freire (2014) as bibliotecas universitárias estão sendo consideradas por muitos como centros de recursos e promoção da aprendizagem e do conhecimento não só para comunidade acadêmica, mas, também para os interessados em geral, no caso das universidades públicas.

Nessa perspectiva, as bibliotecas universitárias, enfrentam grandes desafios: se adaptarem frente às exigências inerentes aos avanços tecnológicos, frente às transformações dos paradigmas, econômicos, produtivos e educacionais.

4.4.1 Biblioteca setorial Professora Maria do Carmo de Miranda

Nesses moldes apresenta-se a Biblioteca setorial Professora Maria do Carmo de Miranda do Campus III da UEPB onde a pesquisadora atua como bibliotecária. A biblioteca do Campus III faz parte do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) que é formado pelo conjunto

das dezesseis (16) bibliotecas integradas da UEPB e que são organizadas de modo funcional e operacionalmente interligadas.

A biblioteca setorial Professora Maria do Carmo de Miranda conta com o setor de circulação: que disponibiliza os serviços de empréstimo/devolução, renovação, reserva, guarda-volumes, cabines de estudos, visita orientada/dirigida; setor de processos técnicos/restauração e setor de periódicos.

O sistema de automação empregado na biblioteca do campus III é o Siabi²², utilizado para gerenciar as bibliotecas do SIB desde 2010, composto pelos módulos de administração, catalogação, estatística e de circulação. O sistema é responsável, por auxiliar diversas atividades como: pesquisa aos materiais do acervo, empréstimo, renovação, devolução, reserva de materiais, disseminação seletiva da informação (DSI), consulta dos empréstimos atuais e históricos que foram realizados. Conta também com o Sistema Informatizado para Emissão e Controle de Fichas Catalográficas (SISCOBIB), um sistema automatizado que auxilia na emissão e controle das fichas catalográficas e no fornecimento de nada consta. Foi idealizado pela equipe central de informática da UEPB com o apoio dos bibliotecários, além do Banco Digital de Dissertações e Teses (BDTD). DSPACE repositório, onde ficam alocados todos os trabalhos finais de conclusão de curso da graduação e pós-graduação *Lato Sensu*. Além do acesso das diversas bases como o Portal de Periódicos da Capes, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos (SCAD), Arquivo Nacional (NA), Biblioteca Nacional (BN) e Portal Domínio Público.

Com 2.969 usuários cadastrados, entre alunos, servidores e professores, e frequentada também pelo público externo, a biblioteca atua com um acervo de aproximadamente 31.437 materiais. Além dos serviços oferecidos, a biblioteca promove *workshops* sobre as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas para entrega de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e do uso da Biblioteca Digital da UEPB – DSPACE, como fonte de pesquisa acadêmica voltada ao atendimento das necessidades informacionais demandadas por seus usuários e de promoção da competência em informação. Em todos os *workshops* são fornecidos certificados.

Foi desenvolvido pelas bibliotecárias responsáveis pela biblioteca do campus III um projeto intitulado “Ações para o desenvolvimento de competências informacionais dos usuá-

²²Sistema de Automação de Bibliotecas, Arquivos, Museus e memoriais. Ele é compatível com padrões nacionais e internacionais da Biblioteconomia: **MARC-21, ISO-2709, AACR2, NBR-6023 e Z39.50.**

rios da biblioteca do campus III da UEPB” que será submetido a UEPB como projeto de extensão para o Campus III, com o intuito de obter os recursos necessários para a realização das atividades propostas. O projeto propõe várias atividades distribuídas em 3 eixos, a saber: Eixo 1 – Profissional: possui 2 minicursos a serem executados: Uso do google drive: armazenamento de dados e organização da informação; Criação e atualização do currículo lattes; Eixo 2 – Científico: possui 6 minicursos: Acesso e uso do portal de periódicos da Capes e Qualis Capes, Fontes de Informação na internet para pesquisadores, O uso da NBR 6023/2003 para elaboração de referências, O uso da NBR 10520/2003 para elaboração de citações, O uso da NBR 14.724/2011 para elaboração de trabalhos acadêmicos, O uso da NBR 6022/2003 para elaboração de Artigos científicos e Eixo 3 – Cultural: que possui 2 atividades culturais a serem desenvolvidas: O CineBiblio e a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca.

O objetivo desse projeto é favorecer o desenvolvimento de competências em informação nos discentes do Campus III, com a finalidade de atingir as seguintes metas: tornar os usuários aptos a utilizarem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); ensiná-los a utilizarem o google drive e suas aplicações; capacitá-los a criar e atualizar seu Currículo *Lattes*; torná-los aptos a utilizarem diversas fontes confiáveis de pesquisas na internet e, promover atividades culturais que insiram os usuários como agentes ativos e modificadores da sociedade. A coordenação do projeto será de responsabilidade das bibliotecárias do campus III, idealizadoras do projeto, contará com a colaboração de outros profissionais do Campus da área de informática e sua execução terá a duração de 12 meses.

Esse projeto foi baseado e adaptado do projeto educativo apresentado por Jobson Louis Santos de Almeida²³ em sua dissertação intitulada “A Biblioteca como organização aprendente: o desenvolvimento de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba” apresentada em 2015.

Desse modo a biblioteca tenta avançar em relação à competência em informação como afirma Amaral e Freire (2014, p. 84):

Tendo em vista atual era da Informação, onde a necessidade de aprendizagem contínua prevalece, as bibliotecas buscam ampliar e maximizar suas ferramentas para que seja possível alcançar seus objetivos. Para isso, as bibliotecas buscam oferecer novos serviços que possam suprir as demandas que surgem juntamente com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), que proporcionam ao mesmo tempo recursos para a biblioteca extrapolar os serviços convencionais, ligados prioritariamente ao

²³Jobson Louis Santos de Almeida é bibliotecário no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Sousa. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, 2015.

material impresso, passando oferecer serviços online, onde o material digital é disponibilizado para atender as novas demandas.

A biblioteca universitária passou a assumir papel crucial e necessário para que haja qualidade do ensino e da educação; transformaram-se em centros de informação que antecipam as necessidades de seus usuários na busca da informação.

Sendo assim, deve centralizar seus esforços na formação de pessoas, cidadãos que sejam capazes de pensar criticamente, aprender de maneira independente, isto é, que aprendam a aprender, capacitadas a buscar e a usar a informação no seu cotidiano, na resolução de problemas ou na realização de projetos, de tarefas, ou meramente em função de uma curiosidade pessoal, de forma a incutir-lhes o gosto pelo aprendizado ao longo da vida. Esta é a própria tradução da expressão competência em informação. (DUDZIAK, 2001).

Desse modo é preciso que os profissionais bibliotecários repensem formas de ensinar e aprender, mesmo porque os novos modos de se relacionar com a aquisição do saber, do fazer e do aprender batem à porta e a biblioteca deve proporcionar um ambiente de interaprendizagem aproximando-se da sociedade.

Enquanto organização aprendente, as bibliotecas devem ter:

- a) Uma ideologia flexível, que contemple vários pontos de vista, sendo capaz de se adaptar às mudanças;
- b) A liberdade de investigação e do acesso democrático à informação, em conjunto com a responsabilidade cidadã como valor superior;
- c) Como meta, o entendimento e o atendimento a todo e qualquer indivíduo, dispensando-lhe um tratamento igualitário de amplo acesso e disponibilização de recursos informacionais e humanos, cooperando para a remoção de barreiras de maneira a facilitar igual oportunidade a todos;
- d) Como missão, integrar ensino/aprendizagem/informação;
- e) Como princípio pedagógico e como objetivo, a promoção do desenvolvimento do indivíduo em busca de sua competência em informação, enquanto princípio educativo construído a partir das práticas investigativas, do pensamento crítico, independente, do aprendizado ao longo da vida, buscando sua atuação para o bem comum valorizando o significado e os fins moralmente importantes;
- f) O direcionamento ao mundo, olhando com respeito para o passado com respeito e, com paixão para o futuro,
- g) O respeito à diversidade, procurando valorizar as trocas culturais (DUDZIAK, 2001).

Existe, portanto, uma concordância desta pesquisa com Amaral e Freire (2014) que os profissionais bibliotecários, precisam providenciar os recursos necessários para atender aos interesses dos usuários tentando trabalhar em conjunto com os docentes da instituição desenvolvendo assim a competência em informação. Colaborando, desta maneira, no processo de construção do conhecimento, e, conseqüentemente, no aumento da produção cultural e intelectual, promovendo e inserindo as bibliotecas no contexto das organizações que aprendem.

5 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção os dados foram quantificados e descritos buscando uma relação entre eles, tendo por base a técnica de análise de conteúdo seguindo uma trajetória com vistas a atender os propósitos desta pesquisa conforme previsto na **seção 2**.

5.1 COLETA DOS DADOS

Conforme descrito anteriormente na metodologia desta pesquisa o questionário foi estruturado em 4 áreas: **Área 1**- Perfil social dos docentes do curso de direito da UEPB - Campus III, **Área 2** – Etapas do processo de localização, acesso, e uso da informação, sendo esta área dividida em 4 categorias, a saber: **categoria 1** – Fontes de informação, **categoria 2** – Recuperação da informação em bases de dados eletrônicas, **categoria 3** – Tratamento da informação e **categoria 4** – Comunicação e uso da informação; **Área 3** – Uso de Tecnologias/Internet e **Área 4** – Necessidade e demanda informacional.

A **primeira área** do questionário contendo 4 questões possibilitou realizar o mapeamento do perfil da população pesquisada, permitindo o estabelecimento de relacionamentos desses perfis com as demais partes do questionário.

A **segunda área** composta por 10 perguntas trata da temática de localização, acesso e uso da informação pelos docentes do curso de direito do CH da UEPB. O intuito desta área foi de conhecer os procedimentos de busca e uso da informação utilizada pela população pesquisada, com o objetivo de identificar suas competências nessa atividade informacional.

A **terceira área** contendo 5 questões diz respeito ao uso de tecnologias e internet. Esta área permite conhecer a capacidade e a frequência de uso de tais ferramentas em processos autorais, de compartilhamento de informações e de colaboração em rede. Busca-se, também obter informações sobre o uso dessas tecnologias no ambiente acadêmico.

Por fim a **quarta área** do questionário composta por 4 questões permitiu conhecer as necessidades e demandas informacionais por parte dos docentes pesquisados possibilitando o estudo para ações futuras com o intuito de suprir as demandas. Todas as questões deste questionário receberam o mesmo tratamento como delineado anteriormente na metodologia da presente pesquisa.

5.1.1 Procedimentos de coleta e análise de dados

Com a aplicação do instrumento de coleta de dados dos 28 questionários enviados obteve-se um retorno de 18 questionários respondidos. Uma porcentagem considerável de 64,28%. Os resultados obtidos com a aplicação do questionário *online* originaram as subseções seguintes.

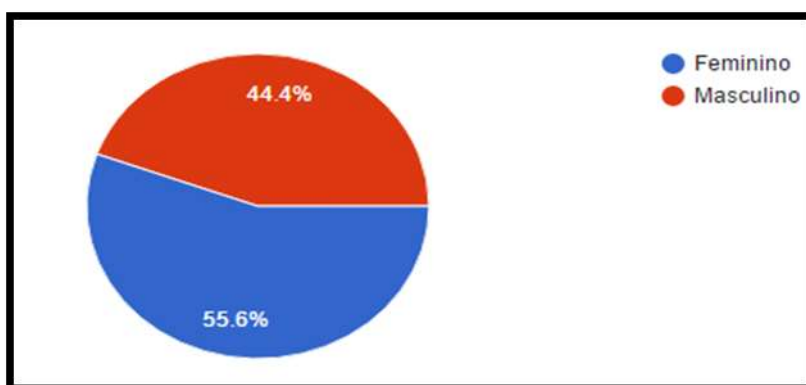
5.2 ANÁLISE DOS DADOS

A competência em informação dos docentes nos processos de busca e uso da informação e no uso das tecnologias foi analisada, nesta pesquisa, com base nas concepções da competência em informação voltadas para a informação (busca e uso), habilidades (tecnologias), atitude (iniciativa) e conhecimento (aprendizagem ao longo da vida) apontados por Belluzzo e relacionados ao modelo de competência em informação *Seven Pillars da SCOUNUL* (2011). Esse modelo possibilita identificar e examinar através de sete características básicas as habilidades necessárias para ser um cidadão competente em informação.

5.2.1 Área 1 – Perfil social dos docentes do curso de Direito/UEPB/CH

Para identificar o perfil dos docentes do curso de direito do CH – Campus III da UEPB com a intenção de apresentar o contexto da população pesquisada para melhor compreensão coletou-se informações sobre gênero, idade, nível de pós-graduação e tempo de atuação na instituição. Os resultados obtidos com relação ao gênero mostraram uma predominância do sexo feminino; 55,6% dos docentes pesquisados ao lado de 44,4% do sexo masculino conforme o gráfico 1.

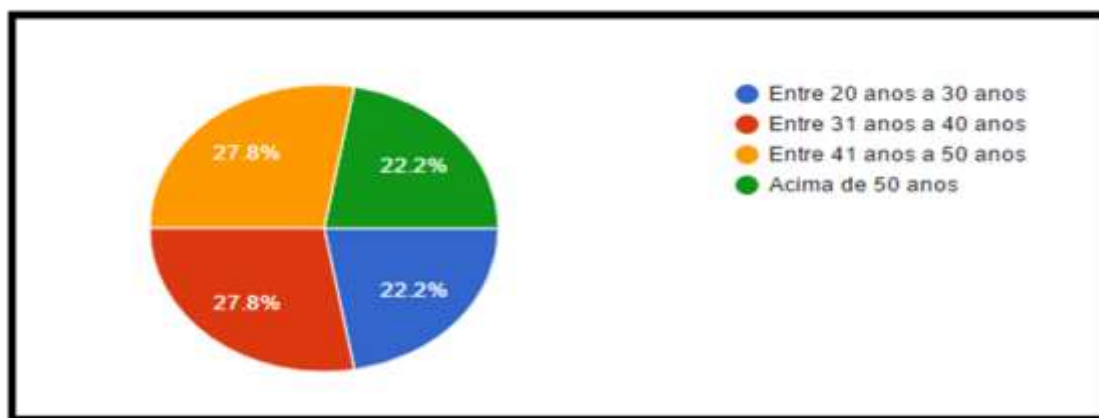
Gráfico 1 – Sexo da população pesquisada



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Quanto à idade encontrou-se um equilíbrio entre as faixas etárias. A faixa etária de 31 a 40 anos apresentou 27, 8 % dos docentes e a de 41 a 50 anos apresentou um percentual equivalente. O mesmo acontece com a faixa etária de 20 a 30 anos e a faixa acima de 50 anos, ambos apresentam resultados equivalentes de 22, 2% como mostra o gráfico 2.

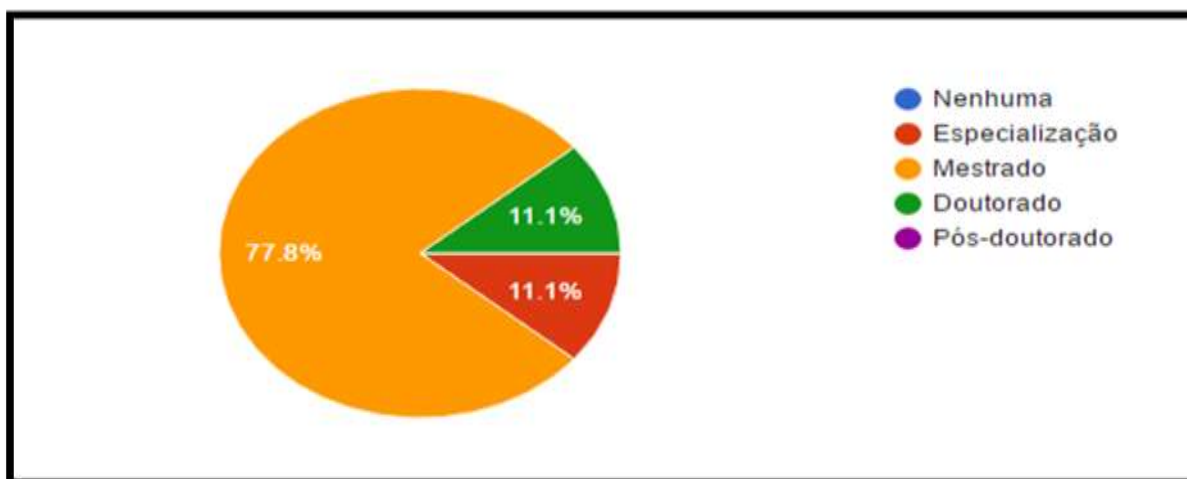
Gráfico 2 – Faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No nível de Pós-graduação evidencia-se que 77, 8% dos docentes pesquisados são mestres; 11, 1% são doutores e 11, 1% possuem especialização de acordo com o gráfico 3.

Gráfico 3 – Nível de pós-graduação

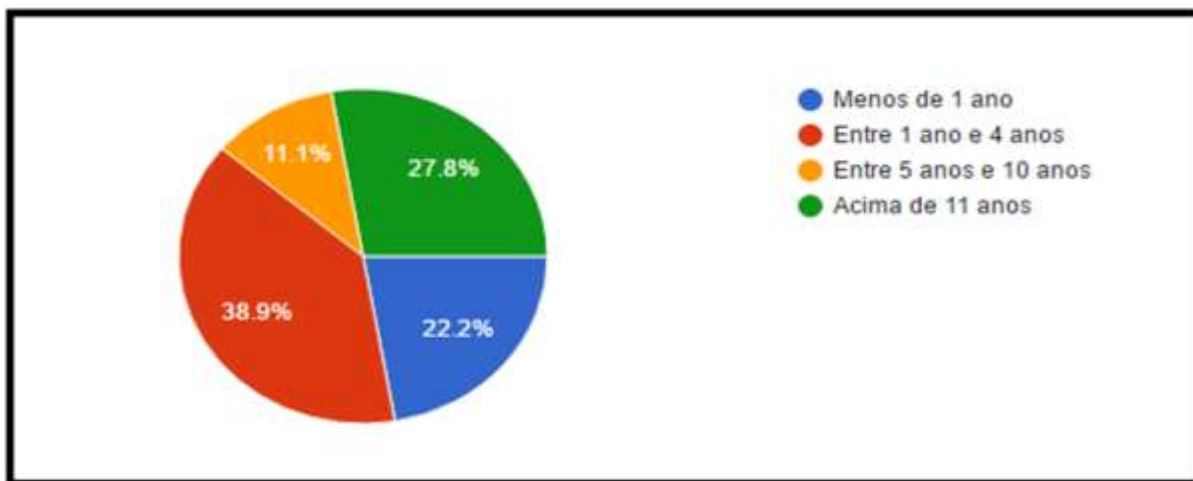


Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O tempo que os docentes exercem suas atividades na instituição obteve sua representação mais expressiva na faixa de 1 a 4 anos com 38, 9% dos docentes, seguidos da faixa acima de 11 anos com 27, 8% dos docentes; 22, 2% representam os docentes que estão há

menos de 1 ano na instituição e 11, 1% são os que estão entre 5 a 10 anos segundo o gráfico 4.

Gráfico 4 –Tempo que exercem suas atividades na instituição



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os resultados obtidos na **Área 1** do questionário – **Perfil dos docentes do curso de Direito do CH/UEPB**, evidenciaram que o sexo feminino predomina entre os participantes, sobressaindo-se os de faixa etária entre 31 a 50 anos, com nível de pós-graduação predominante de mestrado, seguido do doutorado e da especialização, revelando que os pesquisados ampliaram suas formações e estabeleceram um foco profissional através da pós-graduação (aprendizagem formal); o que estabelece estreita relação com o conceito de competência em informação, onde destaca-se o aprendizado ao longo da vida. A maioria dos participantes estão na instituição entre 1 a 4 anos seguidos dos que estão acima de 11 anos.

Depois de traçar o perfil dos docentes do curso de direito do CH/UEPB, prosseguiu-se para análise das demais categorias que evidenciou os outros objetivos do estudo.

5.3 ÁREA 2 – ETAPAS DO PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO, ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO

A busca e o uso da informação são atividades indispensáveis à produção do conhecimento científico e exigem por si só, competências, cujo desenvolvimento requer formação específica, denominada competência em informação (GASGUE, 2008).

Como visto anteriormente a competência em informação é uma área de estudos e de práticas que trata das habilidades para reconhecer quando existe a necessidade de buscar a informação, ter condições de identificá-la, localizá-la e utilizá-la efetivamente na produção do

novo conhecimento, unificando a compreensão e o uso de tecnologias e a aptidão de resolver problemas com responsabilidade, ética e legalidade (BELLUZO, 2003 apud BASSETO, 2012).

Deste modo, buscar e usar a informação constituem competências cruciais na sociedade da aprendizagem e envolve a definição de canais ou fontes de informação potenciais, estratégias de pesquisa, competência para usar tecnologias da informação, além de leitura, análise e interpretação da informação, comparação de vários pontos de vista, avaliação, síntese e organização da informação, através de instrumentos cognitivos como resumos, esquemas, mapas conceituais, bem como, visão crítica e atitudes responsável e ética (GASGUE, 2008).

Assim para analisar a competência informacional dos docentes do curso de direito do Campus III da UEPB quanto ao acesso e uso da informação jurídica fez-se necessário atingir os objetivos específicos b e c desta pesquisa identificando os processos de acesso e uso da informação bem como o tipo de fonte de informação mais utilizada pelos docentes para a execução de suas atividades, com o intuito de identificar suas competências nessa atividade informacional.

Os dados foram analisados em 4 etapas e divididos em 4 categorias temáticas criadas a partir do conjunto de questões da Área 2 do questionário: Categoria 1 – Fontes de informação; Categoria 2 – Recuperação da informação em bases de dados eletrônicas; Categoria 3 – Tratamento da informação e Categoria 4 – Comunicação e uso da informação. Ressaltando que as respostas dos participantes são chamadas de índices e a quantidade de vezes em que as respostas aparecem são chamadas de frequência, isso vale para todas as respostas do questionário.

Lembrando que se considerou nesta pesquisa os 5 índices que obtiveram maior frequência, com exceção para o caso de frequência equivalente onde foram considerados os dois índices mais citados. Importante lembrar também que os resultados apresentam frequências diferentes pois as perguntas são de múltipla escolha o que permitiu aos respondentes marcar mais de uma resposta, nem todos os respondentes indicaram a mesma quantidade de resposta (QUADRO 8).

5.3.1 Área 2 - Categoria 1 - Fontes de informação

Nessa subseção foram analisados os procedimentos dos docentes em relação a Categoria 1 – Fontes de informação.

Segundo Cunha (2001) o conceito de fontes de informação é muito amplo. Ele considera como fontes de informação todos os meios e suportes que contém informação ou

documento. Dessa forma, pode-se dizer que fontes de informação são tudo o que gera ou veicula informação. Pode ser descrita como qualquer meio que responda a uma necessidade de informação por parte de quem necessita, incluindo produtos e serviços de informação, pessoas ou rede de pessoas, programas de computador, meios digitais, sites e portais.

De acordo com Campello (2003) as fontes de informação apresentam diferentes tipos e podem ser classificadas como: primárias (novas informações ou novas interpretações de ideias e/ou fatos acontecidos, a exemplo de livros, artigos, dissertações, etc.); secundárias: organizam a informação em registros que conduzem os usuários na busca por informações primárias: o catálogo da biblioteca e as bases de dados de periódicos; terciárias: auxilia o leitor na pesquisa de fontes primárias e secundárias: catálogos, bibliografias.

O intenso fluxo de informação disponível atualmente e os variados tipos de fontes de informação exige do indivíduo o conhecimento das fontes adequadas para identificar a informação de qualidade.

Assim sendo, a **questão 5** buscou revelar quais fontes os docentes recorrem quando sentem necessidade de informação. Identificou-se que 16 participantes recorrem a Internet, para satisfazer suas necessidades informacionais; 12 recorrem a acervo particular; nove dos entrevistados recorrem a biblioteca; seis ao portal de periódicos da CAPES; cinco recorrem a conversa com os pares, e com resultados equivalentes estão bases de dados e livrarias com apenas uma pessoa conforme exposto no Quadro 8.

Quadro 8 – Frequência dos índices para quais fontes de informação recorrem quando sentem necessidade de informação

ÍNDICES	Conversa com os pares	Internet	Biblioteca	Portal de periódicos da CAPES	Acervo particular	Bases de dados	Livraria
FREQ.	5	16	9	6	12	1	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

- **Índice “Internet”:** os resultados mostraram que a grande maioria dos participantes recorre à internet quando sentem necessidade de informação. Resultados que confirmam a mudança de comportamento, desde os anos 90, depois do desenvolvimento das TIC em relação à pesquisa do tipo “físico” para o virtual”. A comodidade do acesso, a diversidade e a rapidez em se obter as informações podem ser um dos fatores que contribuem para o crescimento do uso da internet.

A internet assume tanto características de fonte formal quanto informal, podendo apresentar informação organizadas e estruturadas a exemplo de *websites* e periódicos eletrônicos, e ainda, possibilitar a troca de informações de modo informal, através de *chats*, conferências, *e-mails*, etc. (VITAL, 2006).

No entanto, segundo Targino (2007), o grande número de publicações eletrônicas não é sinônimo de produção científica e muito menos de informações confiáveis, isto requer do indivíduo uma série de cuidados, no sentido de identificar, com mais rigor, o nível de fidedignidade dos muitos *sites*, exigindo capacidade de discernimento e bom senso, mas também, domínio de técnicas de busca no espaço virtual.

- **Índice “acervo pessoal”**: ocupa o segundo lugar. Este índice apresenta mais da metade dos participantes. Pode estar relacionado a um tipo de informação que ainda não foi disponibilizada na rede, ou por ser de acesso restrito na internet a exemplo das bases de dados pagas, ou por existirem apenas no formato impresso ou ainda pelo interesse do próprio docente em construir seu próprio acervo, como um instrumento de apoio tanto para a atividade docente quanto para a profissional. Revela também que os docentes possuem um bom acervo particular.
- **Índice “Biblioteca”**: a biblioteca está em terceiro lugar como fonte de informação utilizada pela metade dos participantes. Isto pode ser atribuído ao novo conceito de biblioteca. Com a necessidade de aprendizagem contínua devido a sociedade da aprendizagem as bibliotecas buscam oferecer novos serviços que possam suprir as demandas que surgem juntamente com as TIC, que possibilitam ao mesmo tempo, recursos para a biblioteca superar os serviços convencionais, relacionados prioritariamente ao material impresso, passando oferecer serviços online, onde o material digital é disponibilizado para atender novas demandas (AMARAL; FREIRE, 2014). A complexidade das diversas fontes disponíveis torna a biblioteca um elo para o acesso à informação científica, nos diferentes formatos disponíveis.
- **Índice “Portal de Periódicos da CAPES”**: foi citado por menos da metade dos participantes como fonte de suas pesquisas. O Portal da CAPES é considerado uma importante ferramenta de pesquisa que permite amplo acesso à produção científica mundial, atualizada e de qualidade. Disponibiliza um grande conteúdo informacional com bases de dados de textos completos de revistas internacionais e nacionais em todas as áreas do conhecimento científico, por esse motivo esperava-se uma frequência mais significativa. Essa frequência pode ser atribuída à necessidade específica de informação que esses docentes procuram, como também, a conscientização sobre a importância e a qualidade dessa fonte de informação. Outros fatores ainda podem ser atribuídos, como a pouca habilidade no uso dessa ferramenta, o que representa a falta

de competência por parte de mais da metade dos participantes, a falta de habilidade para elaborar estratégias de busca e/ou também a barreira da língua inglesa.

- **Índice “conversa com os pares”:** apresentou baixa frequência, apenas 5 dos participantes recorrem a seus pares quando sentem necessidade de informação. Esse tipo de recurso é importante, pois, possibilita o compartilhamento de informações através das experiências adquiridas em eventos e pesquisas relativas a área de atuação.
- **Índices bases de dados e livreria:** foi marcado cada um apenas por um participante. O que chama atenção é o raro uso das bases de dados para atividade docente, já que existem diversas bases jurídicas, a exemplo, das já citadas neste trabalho e que podem auxiliar os docentes em suas pesquisas e em sua necessidade de informação; o desconhecimento das bases existentes na área também pode ser outro fator que influencia a pouca frequência no uso das bases de dados.

Evidencia-se, pois, com esses dados, que a internet aumenta as opções de fontes de informação, no entanto, não substitui totalmente o uso de fontes tradicionais de informação, como a biblioteca e o acervo pessoal, fundamentais no apoio às atividades docentes. Para aqueles que também atuam como profissional jurídico, as informações que necessitam não estão integralmente disponibilizadas na internet.

Quadro 9 – Frequência dos tipos de fontes de preferência dos docentes

ÍNDICES	FREQUÊNCIAS
Livros	16
Periódicos científicos	14
Teses e dissertações	6
Relatórios de pesquisa	1
Bases de dados	5
Jornais e revistas atuais (mídias de massa)	7
Jurisprudências	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A **questão 6** trata dos tipos de fontes de informação que os docentes do curso de direito do CH preferem para realizar suas pesquisas. Os resultados mostraram que 16 respondentes ainda preferem pesquisar em livros; 14 preferem periódicos científicos; sete preferem jornais e revistas atuais (mídias de massa); seis preferem teses e dissertações; cinco preferem as bases de dados referenciais; um participante prefere relatórios de pesquisas e um prefere jurispru-

dência (Quadro 9). O índice “**jurisprudência**” surgiu da marcação da opção “**Outros**” por um participante.

Seguindo hierarquicamente os índices de maior frequência, em primeiro lugar ainda permanecem os livros seguidos dos periódicos científicos, dos jornais e revistas, das teses e dissertações, bases de dados, relatórios de pesquisa e jurisprudências.

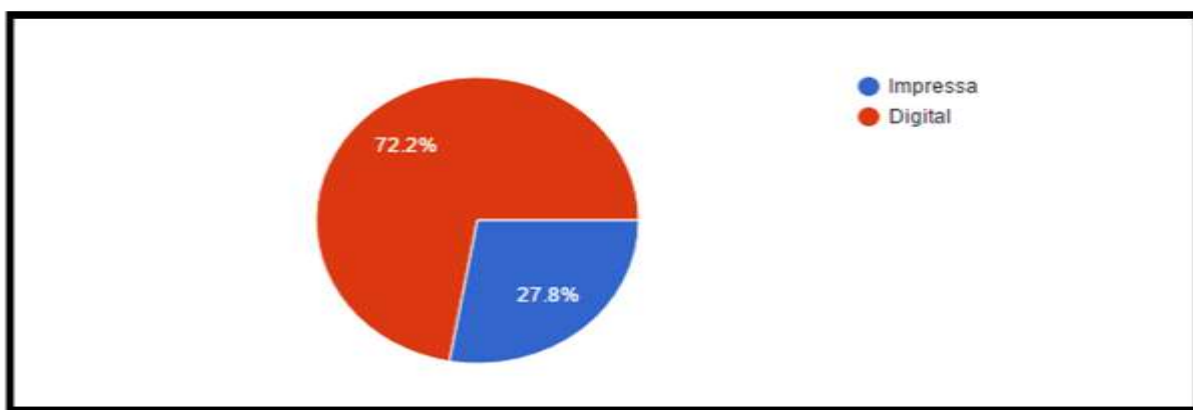
- **Índice “livros”**: quase a totalidade dos respondentes prefere o livro. Essa preferência pode estar relacionada à importância dessa fonte formal, por se tratar de fontes seguras do conhecimento, contendo informações mais precisas sobre determinado assunto, a exemplo de livros didáticos/científicos, *vade mécuns*, utilizado como suporte para elaboração das aulas e sistematização do conteúdo, outro fator já citado é que nem todas as informações estão disponíveis na internet.
- **Índice “Periódicos científicos”**: preferência de mais da metade da população pesquisada. Pode estar associada com a importância que essa fonte formal representa aos participantes como fonte de produção científica nacional e internacional; visto que o periódico científico se constitui como o principal veículo de divulgação das pesquisas científicas, além da qualidade das informações e credibilidade desse tipo de fonte.
- **Índice “Jornais e revistas”**: está em terceiro lugar na preferência dos participantes. Pode estar atribuído ao fato de que esse tipo de fonte de informação considerada como mídia de massa traz informações atuais e instantâneas sobre o mundo e inclui a análise dos fatos pelos jornalistas, comentaristas e outros profissionais envolvidos com uma matéria, o que dá um aprofundamento maior ao leitor.
- **Índice “Teses e dissertação”**: essa preferência foi escolhida apenas por 6 participantes, esperava-se mais. Pode estar associada ao nível de detalhamento das informações que elas trazem, como o estado da arte de uma determinada área do conhecimento científico, problema abordado, metodologia utilizada, os resultados alcançados além de uma ampla bibliografia que remete a uma vasta literatura.
- **Índices “bases de dados”, “relatórios de pesquisa” e “jurisprudência”**: apresentaram baixos índices em sua frequência. Destaque para a relação entre as frequências dos índices, base de dados, aqui discutidos, com os da questão

5; possivelmente revelando o pouco interesse dos pesquisados por essa fonte de informação.

Os resultados alcançados evidenciam que os participantes ao utilizarem diversos recursos ampliam seu alcance para obter a informação desejada além de enriquecerem seus conhecimentos e suas práticas docentes, o que contribui para uma formação mais crítica e mais consciente.

A **questão 7** pergunta se os docentes do curso de Direito do CH utilizam com mais frequência fontes de informação impressa ou digital. Os resultados encontrados revelam que 72, 2% correspondentes a 13 participantes utilizam com mais frequência fontes de informação digital e 27, 8% que correspondem a 5 participantes responderam que utilizam as fontes de informação impressa (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Representação da preferência das fontes impressa e digital



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

- **Índice “Fonte de informação digital”:** os dados mostram que a maioria dos participantes, ou seja, 13, como se vê no quadro 10, prefere as fontes de informação digital. Pode-se atribuir essa preferência ao fato da comodidade no acesso à informação, maior número de informação recuperada em menor tempo gasto e amplo leque de fontes de informação disponíveis na rede.

Quadro 10 – Frequência de preferência das fontes impressa e digital

ÍNDICES	FREQUÊNCIA
Fontes de informação impressa	5
Fontes de informação digital	13

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

- **Índice “Fontes de informação impressa”:** apenas cinco dos participantes, conforme o quadro 10, preferem esse tipo de fonte de informação. Pode estar associada a dificuldades no uso das TIC, no domínio das técnicas de busca na *web* e a própria preferência pessoal.

A **questão 8** trata dos critérios utilizados pelos docentes para selecionar as fontes de informação. Os resultados mostraram que 15 participantes utilizam como critério de seleção a qualidade da fonte; nove utilizam como critério a atualidade; sete a autoridade; cinco utilizam o critério da facilidade de uso e o critério pertinência (Quadro11).

Quadro 11 – Frequência dos Critérios de seleção das fontes de informação

ÍNDICES	FREQUENCIAS
Facilidade de uso	5
Qualidade da fonte	15
Autoridade (por autor)	7
Atualidade	9
Pertinência	5

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Diante do crescente acúmulo de informação e das diferentes formas de acesso a elas, o principal problema está em selecionar as informações que têm qualidade e saber quais são os parâmetros que indicam a qualidade dessas informações durante o processo de seleção (OLETO, 2006). O excesso informacional e as diversas fontes de informação disponibilizadas na internet exigem mais rigor nos critérios de avaliação, vejamos os critérios mais utilizados:

- **Índice “Qualidade da fonte”:** esse critério foi escolhido pela maioria dos participantes e está ligado ao conteúdo e a forma de apresentação da fonte. A qualidade está diretamente relacionada ao uso, ou seja, ao indivíduo que dela necessita e sempre é avaliada a partir das necessidades de informação. Por possuir características abrangentes esse índice pode comportar os índices de “atualidade” e “autoridade”, que são indicadores pertencentes aos parâmetros de avaliação das fontes de informação na internet do critério “qualidade”.
- **Índice “Atualidade”:** citado pela metade dos respondentes, esse índice relaciona-se à crescente produção da informação e a velocidade com que a informação é disponibilizada na internet, o que causa mais rápido a obsoles-

cência da informação e a preocupação do indivíduo que necessita da informação sempre atualizada. É necessário que a fonte tenha a data sempre atualizada, observar sempre a data da última atualização, observar se a informação é atual se acompanha os avanços tecnológicos e científicos e se os links estão ativos.

- **Índice “Autoridade”:** a autoridade/confiabilidade também é um dos critérios importantes, foi citada por menos da metade dos participantes. Associa-se a procedência do autor, se sua credibilidade é reconhecida em sua área, se sua produção é consistente, identificação do domínio (governamental, educacional, comercial); os sites acadêmicos e governamentais têm maior credibilidade.
- **Índice “pertinência” e “facilidade de uso”:** os dados mostraram que tiveram frequência equivalentes. Também contemplam as características de uma informação de qualidade. Estão ligados respectivamente à coerência na abordagem do conteúdo e a pertinência ao tema e a área e a facilidade no manuseio.

Observou-se na **Categoria 1 – Fontes de informação** nas quais os resultados se conectam. A maioria dos respondentes recorre à internet quando sentem necessidade de informação, o que demonstra que as fontes digitais são as de maior preferência entre os participantes, que elegeram os periódicos científicos como os mais preferidos, cujo acesso é realizado através da internet e considerados como fontes de informação atualizada e confiável, portanto de qualidade, índice eleito pela maioria dos respondentes como um dos mais considerados critérios de seleção das fontes de informação.

Dessa forma o uso adequado da informação é condicionado à qualidade e à relevância das fontes de informação identificadas pelo indivíduo. O uso da informação encontrada também depende de como a pessoa avalia a relevância cognitiva e emocional da informação recebida, seus atributos objetivos e sua capacidade de determinar a pertinência da informação relativa a uma determinada situação problemática (CHOO, 2003).

Evidencia-se, pois, na população estudada que a Internet pode ser considerada como uma ferramenta válida para a pesquisa desde que sejam observados seus critérios de atualidade, de confiabilidade e de qualidade das fontes. Por outro lado, a preferência por fontes formais e primárias de informação, como o livro, as pesquisas em acervos particulares, bibliotecas e boas conversas com seus pares ainda se constituem em práticas de consultas entre os participantes.

Os resultados obtidos nesta área, revelam como ponto positivo que os participantes estão acompanhando as mudanças que a sociedade da aprendizagem requer com o advento das TIC.

5.3.2 Área 2 - Categoria 2 –Recuperação da informação em bases de dados eletrônicos

A recuperação da informação está ligada ao armazenamento e à recuperação automática de documentos em computador, geralmente textos, são os Sistemas de Recuperação da Informação (SRI). Segundo Cardoso (2004) os componentes do sistema incluem documentos, necessidades do usuário, gera a consulta formulada, e finalmente o processo de recuperação que, a partir das estruturas de dados e da consulta formulada, recupera uma lista de documentos considerados relevantes.

O objetivo de um SRI é permitir que o indivíduo recupere documentos por meio de elementos que compõem suas características, como autor, título, assunto, utilizando adequadas estratégias ou técnicas de busca.

Esses sistemas possibilitam o planejamento de estratégias de busca com maior nível de complexidade envolvendo diversos conceitos na mesma estratégia. Admitem a utilização de busca de palavras, de busca apenas dos títulos e de resumos dos documentos. Permitem a busca de termos específicos de linguagens controladas, nos campos de descritor; busca por autores; por ano de publicação; por títulos de periódicos; por classificação e permitem, também, a busca de conceitos compostos ou simples e a possibilidade de truncagem de raízes de palavras e de substituição de caracteres no meio dos termos, dentre outros recursos de recuperação (CARDOSO, 2004).

A quantidade de informação que se tem disponível sobre determinado assunto influencia a escolha dos campos de busca. Quanto mais informação sobre o assunto desejado mais rápido se dá o acesso ao documento.

A **questão 9** refere-se aos campos de busca mais utilizado pelos docentes ao fazerem uma pesquisa. Os resultados revelaram que 16 dos docentes do curso de Direito do CH buscam suas informações pelo campo assunto, 10 buscam pelo campo autor, cinco buscam pelo campo título e nenhum dos pesquisados utiliza o campo resumo para buscar suas informações (Quadro 12).

Quadro 12 – Frequência dos Campos de busca de pesquisa

ÍNDICES	FREQUENCIAS
Autor	10
Título	5
Assunto	16
Resumo	0

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

- **Índice “assunto”:** os dados mostraram que a maioria dos docentes utiliza o campo “assunto” para buscar seus documentos. Pode-se atribuir esse resultado ao fato do campo “assunto”, permitir resultados mais abrangentes, pois permite recuperar documentos de títulos diferentes de periódicos e de diferentes autores. É bastante utilizado quando não se tem a referência ou a fonte específica e quando se deseja realizar levantamento de assuntos específicos.
- **Índice “autor”:** esse índice foi citado por mais da metade dos pesquisados e pode ser associado ao conhecimento da necessidade de informação, pelos professores e profissionais do direito, que além de reconhecerem suas necessidades informacionais, têm conhecimento também dos autores da área, da qualidade da fonte autoral, sendo isto um dos critérios de qualidade como já visto anteriormente.
- **Índice “título do artigo”:** índice menos citado, trata-se de um tipo de busca mais precisa e que torna a pesquisa mais rápida e específica. Facilita o acesso e leva o usuário diretamente ao artigo ou ao documento específico desejado, no entanto, para isso, é preciso saber o título do artigo ou as palavras que compõem o título buscado.

Por fim, os resultados dessa categoria revelam que os pesquisados reconhecem suas necessidades informacionais como também conhecem a literatura da área ao buscarem as informações desejadas através das ferramentas de busca como assunto, autor e título. Entretanto, nenhum outro índice foi citado pelos participantes, o que sugere que eles não utilizam outros tipos de buscadores.

5.3.3 Área 2 - Categoria 3 - Tratamento da informação

O tratamento da informação relaciona-se ao processo de gerenciamento da informação e abrange a prática de avaliar, representar, organizar e armazenar a informação extraindo a informação mais relevante para facilitar sua interpretação e recuperação para uso posterior. Essa categoria é composta pelas questões 10 e 11 onde será pesquisada apenas a representação da informação e o suporte de armazenamento em meio eletrônico.

Os suportes de armazenamento da informação são utilizados para guardar a informação para o uso imediato ou futuro. Os suportes digitais e em nuvem são os mais usados

atualmente pela capacidade de armazenamento e por ser fácil de ser transportado, a exemplo dos CDs, DVDs, *Pen drives* e HD externo, *Google drive*, *dropbox*.

A **questão 10** pergunta aos docentes do curso de direito do CH em qual suporte preferem armazenar as informações obtidas. Os resultados mostraram que nove dos professores armazenam suas informações no e-mail; oito armazenam em *pen drive*; sete em nuvens (HD virtual, *dropbox*) e um em HD externo (Quadro 13). O índice “**HD**” ocorreu da resposta de um respondente que optou pela opção “Outros” do questionário citando o termo HD.

Quadro 13 – Frequência do Suporte para armazenar informações

ÍNDICES	FREQUÊNCIA
<i>E-mail</i>	9
<i>Pen drive</i>	8
Em nuvens (HD virtual, <i>dropbox</i>)	7
HD	1

Fonte: Dados da pesquisa, (2017).

- **Índice “*e-mail*”**: citado pela metade dos participantes pode estar associado a esse resultado expressivo, por ser um recurso que permite compartilhar, arquivar e localizar os documentos com facilidade e segurança e sem custos. Possibilita também grande capacidade de armazenamento e é muito parecido com o armazenamento em nuvem. Apesar do *e-mail* não ser um suporte, considerou-se esse índice na questão 13 apenas para compactar a quantidade de questões do questionário. Desse modo, ressalta-se que *e-mail* é um serviço disponibilizado através de um aplicativo de *e-mail* como por exemplo o *Gmail*, *Hotmail*, *Yahoo* e etc.
- **Índice “*pen drive*”**: citado por um número bastante significativo de participantes pode ser relacionado ao fato de ser uma mídia de fácil transporte, baixo custo, além de apresentarem capacidades variadas e elevadas de armazenamento.
- **Índice “em nuvens (hd virtual)”**: citado por um número relevante de respondentes pode ser atribuído ao fato de possibilitar armazenar e acessar a informação de forma mais rápida. Permitir o aumento da capacidade de compartilhamento, de *upload*, de *download*, e de armazenar e transferir

documentos, planilhas, vídeos, *e-mails*, fotos, jogos e etc., através de serviços gratuitos, embora tenha também a opção de servidores pagos. Em relação à proteção dos dados podem definir os pontos de acesso e limites para a criptografia de dados, além de favorecer o acesso que deixa de ser apenas local e em suportes físicos como os CDs, HDs externos, etc. passando a ser acessado remotamente.

- **Índice HD externo:** esse índice não contemplava essa questão surgindo *a posteriori* com a resposta de apenas 1 participante.

Sendo a informação digital armazenada primeiro na memória do computador, e só depois feito o *back-up* para outros suportes, os dados obtidos mostraram que os participantes têm conhecimento dos diversos meios de armazenamento da informação, preferindo armazená-los em mais de um suporte, observando a segurança e a capacidade destes. Entre a população pesquisada o uso da internet continua liderando através da utilização do *e-mail* e do armazenamento na nuvem, sendo o *pen drive* considerado como o suporte de mídia removível mais relevante.

Entretanto, existem algumas desvantagens em relação ao armazenamento na nuvem e no *e-mail*. O acesso a esses suportes só é possível se a internet for acessada, qualquer problema no acesso à internet também influenciará no acesso a nuvem, portanto para garantir o acesso à informação é preciso armazená-las em outros suportes como cópias de segurança a exemplo de *pen drive* e etc. Outro cuidado está em esvaziar a caixa de mensagem para não ficar sem espaço evitando que as mensagens voltem. Outra desvantagem é em relação à segurança, pois podem ocorrer invasões e violações de privacidade, apesar da senha e do *login* exigidos para acessar. Grandes empresas como o grupo *Google* afirmam que é quase impossível isso acontecer e trabalham constantemente para melhorar ainda mais a segurança dos dados de seus clientes.

A **questão 11** trata de como os professores do curso de direito representam a informação para apreendê-la. Observou-se que 10 participantes responderam que fazem resumos para apreender a informação; sete fazem esquemas e a utilização de mapas conceituais; elaboração de slides e leitura e apresentam resultados equivalentes com apenas 1 dos pesquisados para cada índice (Quadro 14).

Quadro 14 – Frequência dos Métodos para apreender a informação

ÍNDICES	FREQUÊNCIAS
Fazendo resumos	10
Esquemas	7
Mapas conceituais	1
Elaborando slides	1
Leitura	2

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Segundo Gasque (2008) o uso da informação compõe-se de atividades em que o indivíduo se engaja para apreender a informação e transformá-la em conhecimento. Compreende habilidades intelectuais como atividades de leitura, interpretação, relacionamento do conhecimento prévio com as novas informações, comparação dos diversos pontos de vista, avaliação, controle e organização da informação por meio do uso de instrumentos cognitivos como resumos, esquemas, mapas conceituais e elaboração de texto.

- **Índice “resumos”:** a maioria dos participantes utiliza esse instrumento para apreender a informação, o que significa que requer habilidade de leitura aprofundada e interpretação, atividades rotineiras dos docentes e profissionais da área do direito.
- **Índice “esquemas”:** citada por um número considerável de participantes. Esse índice também requer habilidades de interpretação e pode ser utilizada na área jurídica, em sua lógica própria e em seus esquemas de pensamentos de acordo com a situação.

Em relação aos outros índices “ **mapas conceituais, elaboração de slides e leitura**”, com exceção de “leitura” que obteve 2 frequências, os primeiros obtiveram resultados equivalentes com apenas 1 respondente para cada índice.

Desse modo os resultados obtidos em relação ao tratamento da informação - **categoria 3** - revelam que os pesquisados possuem habilidades quanto ao uso dos suportes tecnológicos, priorizam a informação e apresentam habilidades cognitivas na apreensão e no uso da informação, em seu contexto particular envolvendo interpretação e estabelecendo relações entre as diversas informações coletadas e compreendidas.

5.3.4 Área 2 - Categoria 4 – Comunicação e uso da informação

Conforme Targino (2007) o processo de comunicação científica se configura pela circulação de resultados, processo este, que propicia a soma dos esforços individuais dos membros da comunidade científica, por meio da troca de informações, estabelecendo um ciclo inesgotável de recepção e transmissão de dados. A divulgação de resultados das pesquisas científicas constitui-se em uma etapa, e não em um complemento, das investigações de teor científico. É a expressão mais elevada da função social do pesquisador onde só a comunicação científica permite somar esforços, intercambiar experiências e evitar duplicação de tarefas.

Nesse contexto a **categoria 4** aborda a **comunicação e o uso da informação** pelos docentes. A **questão 12** relaciona-se ao canal utilizado para a divulgação dos resultados de pesquisas realizadas pelos docentes do curso de direito do CH. Os resultados mostraram que 16 docentes divulgam suas pesquisas em artigos científicos, sete em comunicação em eventos, três em relatórios e um participante também divulga em sala de aula exposto no Quadro 15. O índice “**nas aulas**” surgiu da resposta de um participante em escolher a opção “**Outros**” e mencionando o referido termo.

Quadro 15 – Frequência dos Canais para comunicação de pesquisas

ÍNDICES	FREQUÊNCIAS
Artigos Científicos	16
Comunicação em eventos	7
Relatórios	3
Patentes	0
Nas aulas	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

- **Índice “artigos científicos”:** os resultados mostraram que esse canal é utilizado por quase todos os respondentes para comunicar o resultado de suas pesquisas. Os artigos científicos são fontes formais de informação que divulgam os resultados das pesquisas científicas e são publicados em revistas especializadas. Pode-se associar a frequência elevada deste canal ao fato de que esse tipo de fonte oferece ampla visibilidade dos trabalhos publicados como também ao autor e por ser o principal meio de divulgação das investigações científicas. Pode também estar associado às exigências de desempenho para

progressão funcional dos docentes que é medida pela produção intelectual, o que inclui os artigos científicos.

- **Índice “comunicação em eventos”:** menos da metade dos participantes preferem comunicar suas pesquisas nessa fonte informal. São congressos, encontros, seminários que publicam em seus anais artigos com resultados finais ou parciais de pesquisas. Esses tipos de eventos são importantes, pois proporcionam o encontro de profissionais de várias instituições e possibilitam a troca de experiências e informações.
- **Índice “relatórios científicos”:** são documentos que descrevem formalmente os resultados e os progressos obtidos em uma pesquisa científica. A pouca frequência desse índice pode ser atribuído ao fato de que os participantes não sejam pesquisadores ativos e, portanto, têm pouca participação em pesquisas, ou não participam de projetos de pesquisas.
- **Índice “nas aulas”:** esse índice não fazia parte dessa questão e surgiu da resposta de apenas 1 participante.

Os dados mostraram que a comunicação ocorre tanto em canais formais (artigos científicos) quanto informais (participação em eventos), contudo, os canais formais como os artigos científicos, são os mais utilizados pelos docentes pesquisados para comunicar suas pesquisas revelando que têm interesse em divulgar suas pesquisas no âmbito acadêmico e a atitude em compartilhar os resultados para o uso da informação na geração de novos conhecimentos.

A **questão 13** pergunta como os docentes do curso de direito do CH costumam fazer para utilizar a informação de forma ética e legal. Quinze docentes responderam citar o autor da obra consultada; 14 responderam referenciar a obra consultada; 12 citaram dar crédito para as fontes utilizadas nos trabalhos e pesquisas para evitar o plágio e três responderam respeitar o direito de exclusividade do autor sobre o trabalho, controlando sua reprodução (cópias) (Quadro 16).

Quadro 16 – Frequência dos Critérios para uso da ética e da legalidade na informação

ÍNDICES	FREQUÊNCIA
Dar crédito para as fontes utilizadas nos trabalhos e pesquisas para evitar o plágio	12
Citar o autor da obra consultada	15
Referenciar a obra consultada	14
Respeitar o direito de exclusividade do autor sobre o trabalho, controlando sua reprodução (cópias)	3

Fonte: Dados da pesquisa, (2017).

A ética na informação, no âmbito da criação, da organização, da disseminação e do uso da informação, é uma condição prevalente e relevante. Tanto a ética diretamente ligada à experiência cotidiana dos indivíduos, aos valores que orientam nossas ações e às relações na sociedade, como a ética que envolve o conjunto de leis destinadas a serem cumpridas e que normatizam as questões relacionadas ao mundo da informação. Corresponde a tudo que é previsto e aplicável por lei numa sociedade em determinada época (BARBOSA, 2007).

Os resultados revelam em proporções aproximadas que os pesquisados citam os índices “**citar o autor da obra consultada**”, “**referenciar a obra consultada**” e “**dar crédito para as fontes utilizadas nos trabalhos e pesquisas para evitar o plágio**”. Esses índices permitem a identificação individual da obra e, conseqüentemente, visibilidade ao autor. Os resultados refletem a preocupação dos pesquisados em citar o autor e referenciar a obra, o que pode indicar que eles compreendem bem e usam a informação eticamente.

O índice “**respeitar o direito de exclusividade do autor sobre o trabalho, controlando sua reprodução (cópias)**” foi citado por apenas 3 participantes. Pode-se associar ao fato de que a prática da xerox (cópia) é comum nas universidades brasileiras, apesar da Lei dos Direitos Autorais que permite a reprodução apenas de alguns trechos da obra. Outros fatores importantes que contribuem para a prática da xerox nas universidades são o alto custo das obras, a falta de determinadas obras ou a limitação de exemplares na biblioteca. É preciso, então, para uso legal da informação, a conscientização de que na impossibilidade de evitar a cópia, que o controle de sua reprodução tente ser mantido.

A **questão 14** pergunta o que os docentes fazem para se manter atualizados em sua área de conhecimento. Todos os 18 docentes responderam leituras especializadas; 11 participam de congressos, seminários, encontros, etc.; quatro conversam com os pares e dois participam de grupos de estudo para se atualizarem (Quadro 17).

Quadro 17 – Frequência das Fontes para Atualização na área de conhecimento

ÍNDICES	FREQUÊNCIAS
Leituras especializadas	18
Participa de congressos, seminários, encontros, etc.	11
Conversa com os pares	4
Grupos de estudo	2

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

- **Índice “leitura especializada”:** esse índice foi citado por todos os pesquisados. A leitura especializada compreende artigos de periódicos e livros de áreas

específicas do conhecimento científico, caracterizando-se como um canal formal de comunicação na comunidade científica. Sendo assim é bastante utilizado pelos docentes pesquisados para atualização de seus conhecimentos, especialmente os artigos científicos.

- **Índice “participa de congressos, seminários, encontros”**: apresenta mais da metade dos participantes. Caracteriza-se como um canal informal de comunicação, muito importante pelas comunicações orais e principalmente por promover a interação entre os pares. O conteúdo das comunicações realizadas em congressos e seminários atualiza o conhecimento produzido em um intervalo de tempo mais próximo dos participantes e originários dos resultados das pesquisas científicas.
- **Índices “grupos de estudos” e “conversa com os pares”**: apesar da baixa representatividade dos dois índices, o índice **“conversa com os pares”**, considerado como um canal informal de comunicação é muito comum no ambiente acadêmico utilizado desde os primórdios pelos cientistas para troca e atualização de conhecimentos, o que chamou a atenção para a baixa frequência desse índice.

Os resultados obtidos na **categoria 4** apontam que no processo de **Comunicação e uso da informação** o canal mais utilizado pelos participantes para a divulgação dos resultados de suas pesquisas são os artigos científicos e comunicação em eventos. Sobre a ética no uso da informação os resultados refletem a preocupação dos pesquisados em citar o autor e referenciar a obra, o que pode indicar que eles compreendem bem e usam a informação eticamente. Atualizam seus conhecimentos em sua área específica por meio de leitura especializada e participação em congressos, seminários e encontros da área.

Por fim, fundamentado no conceito de competência em informação já apresentado nesta pesquisa, voltado para a informação (busca e uso), habilidades (tecnologias), atitude (iniciativa) e conhecimento (aprendizagem ao longo da vida), aqui apontados por Belluzzo; bem como nas características de competência em informação subsidiados pelos autores que constituem a base teórica desta pesquisa e nos resultados obtidos nessa **segunda área do questionário** que trata das etapas do processo de localização, acesso e uso da informação; é possível considerar que os docentes do curso de direito do CH da UEPB, apresentam, de um modo geral, habilidades em:

- Reconhecer a necessidade informacional (*Identify Pillar*);

- Reconhecer fontes de informação (*Scope Pillar*);
- Determinar critérios adequados para avaliar a informação (*Evaluate Pillar*);
- Tratar a informação para um fim específico, resumindo, interpretando, organizando e armazenando para uso futuro (*Plan Pillar*);
- Transformar a informação em conhecimento válido (*Plan Pillar*),
- Usar e comunicar a informação de forma ética e legal (*Manage Pillar*).

A identificação dessas habilidades, ora constatadas, permite relacioná-las às habilidades indicadas no modelo de competência em informação *Seven Pillars*, que considera um indivíduo competente em informação quando é capaz de (SCONUL, 2011, tradução nossa):

- a) Identificar (*Identify Pillar*): habilidade para identificar uma necessidade pessoal de informação;
- b) Estabelecer um escopo (*Scope Pillar*): avaliar o nível de conhecimento atual e identificar necessidades de novos conhecimentos; saber distinguir formas para preenchimento das lacunas informacionais, e ter a capacidade de identificar as fontes adequadas de informação;
- c) Planejar (*Plan Pillar*): habilidade para construir estratégias para localizar informações, e ter a habilidade de desenvolver e aperfeiçoar estratégias eficazes de busca;
- d) Reunir (*Gather Pillar*): habilidade para localizar e acessar informação necessitada. É preciso saber como acessar fontes de informação e utilizar ferramentas de busca, como por exemplo, uso de operadores booleanos;
- e) Avaliar (*Evaluate Pillar*): habilidade para comparar e avaliar informações obtidas de fontes diferentes, conscientes das questões de autoridade e parcialidade das informações apresentadas; saber como avaliar a pertinência e a qualidade da informação recuperada;
- f) Gerenciar (*Manage Pillar*): organizar profissionalmente e eticamente as informações; está relacionado à habilidade de saber como associar novas informações às já existentes, com o propósito de construir ações e tomar decisões e finalmente compartilhar os resultados ou decisões,
- g) Apresentar (*Present Pillar*): aplicar o conhecimento adquirido, apresentando resultados de pesquisa, sintetizar velhos e novos dados para criar novos conhecimentos, ter

capacidade de assimilação das informações a partir de uma multiplicidade de fontes com a finalidade de criar novos conhecimentos.

Foram identificadas então como habilidades dos docentes pesquisados cinco pilares do modelo de competência em informação *Seven Pillars*, são eles: **identificar (*Identify Pillar*)**; **traçar escopo (*Scope Pillar*)**, **planejar (*Plan Pillar*)**, **avaliar (*Evaluate Pillar*)** e **gerenciar (*Manage Pillar*)**. Sendo que o pilar *Gather* (Reunir) não foi totalmente explorado na pesquisa em relação aos mecanismos de buscas muito específicos e o pilar *Present* (Apresentar), não fez parte da pesquisa por se tratar de conhecimentos adquiridos (apresentar resultados de pesquisa, sintetizar velhos e novos dados para criar novos conhecimentos, disseminando-os através de meios variados) pelo indivíduo competente em informação, o qual exigiria estudos mais específicos e aprofundados da produção científica dos pesquisados.

No entanto, verifica-se a necessidade de ampliação de outras habilidades como:

- Saber acessar de modo eficaz diversas fontes de informação a exemplo do portal de periódicos da Capes e principalmente bases de dados como observado na categoria 1 (*Gather*),
- Fazer uso de combinação de mais campos de busca para o refinamento e obtenção de resultados, uma vez que, não foi citado nenhum novo índice em relação aos campos de busca, o que sugere que os participantes não possuem conhecimento ou optam por não utilizar buscadores mais avançados (*Plan e Gather*).
- Conhecer outros meios de representar a informação para apreendê-la, como visto na categoria 3 – *Plan Pillar*.

Isso mostra a necessidade de treinamentos específicos nas habilidades descritas nos pilares *Plan e Gather* para melhorar a qualidade de busca da informação como visto na categoria 2 e na categoria 3, vez que não apresentaram, nenhuma frequência para o uso de mapas conceituais como forma de representação da informação.

Desse modo, pode-se dizer que os participantes desenvolveram algumas habilidades em relação ao uso e busca da informação, considerando a exigência da profissão que exercem como docentes e profissionais do direito, porém precisam ampliar outras habilidades para serem considerados competentes em informação.

5.4 ÁREA 3 – USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS/INTERNET

Essa área é composta das questões 15 a 19 e aborda o uso das tecnologias digitais pelos docentes, incluindo o uso da autoria e acesso a *Blogs* e *AVA*.

No processo de desenvolvimento da competência em informação nos indivíduos, uma das habilidades necessárias para lidar com a informação disponibilizada na internet é a habilidade para uso das TIC. Como afirma Belluzzo, a competência em informação trata das habilidades para o uso das tecnologias além de outras habilidades em relação à informação.

No caso da educação, as TIC podem facilitar o processo interdisciplinar, pois oferecem uma série de vantagens em relação aos métodos convencionais de aprendizagem e promovem a troca imediata de informações, a visualização de subtarefas como parte de tarefas mais globais, a adaptação da informação aos costumes individuais de aprendizagem, o encorajamento à exploração, maior e melhor organização das ideias, maior integração e interação, agilidade na recuperação da informação e maior poder de distribuição e comunicação nos mais variados contextos (PERRENOUD, 2000).

A **questão 15** diz respeito aos locais de acesso à internet, onde 18 docentes informaram acessar em casa e 13 dizem acessar também no trabalho conforme explicitado no Quadro 18.

Quadro 18 – Frequência do Local de acesso à internet

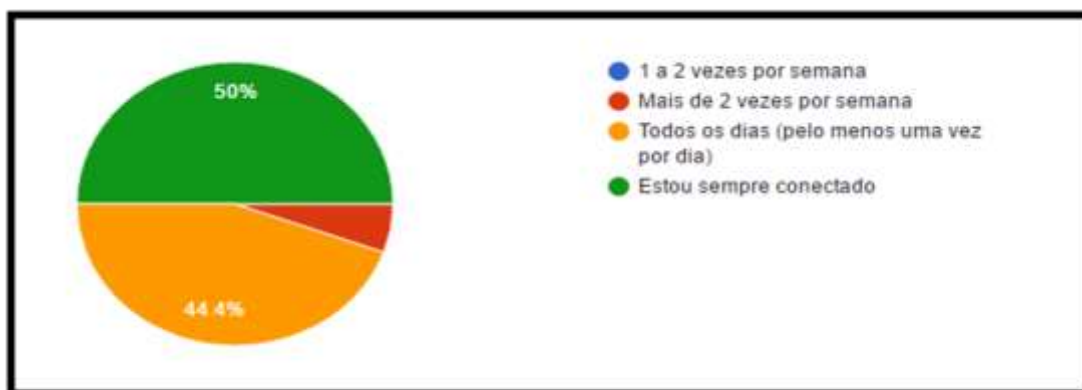
ÍNDICES	FREQUÊNCIAS
Em casa	18
No trabalho	13

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os resultados apresentados mostram que todos os pesquisados acessam a internet **em casa** e também **no trabalho**, porém nem todos acessam no trabalho, 13 participantes fazem uso no trabalho, mesmo assim representam mais do que a maioria. Evidencia-se, portanto, a disponibilidade de conectividade dos pesquisados nos dois locais, destacando que os participantes não apresentam problemas quanto ao acesso à essas tecnologias, utilizando acesso público ou pago, inclusive em sala de aula, vez que os participantes além de profissionais do direito são docentes.

A **questão 16** versa sobre a frequência de uso da internet pelos pesquisados. Foi constatado que 50% dos professores estão sempre conectados; 44, 4% acessam a internet todos os dias (pelo menos uma vez por dia) e 5, 6% acessam mais de 2 vezes por semana, conforme o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Números de acesso à internet



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observa-se pelos resultados obtidos que a totalidade dos participantes estão de algum modo conectados diariamente à internet. Apenas 5,6%, em média de 1 participante utiliza a internet mais de 2 vezes por semana. Esses resultados corroboram com os resultados da questão 15 em relação à disponibilidade de conectividade e pressupõe-se que tenham alguma habilidade em relação às TIC além de afirmar a importância da internet no dia-a-dia, para as atividades desempenhadas pelos pesquisados em função de sua profissão.

A **questão 17** relaciona-se à construção do conhecimento por meio do uso da autoria e acesso dos docentes aos *Blogs*. 61,1% responderam que sabem o que é um *Blog*, mas nunca acessaram; 33,3% não tem *Blog*, mas participam ou contribuem de alguma forma em *Blog* de outra pessoa e 1 participante que representa os 5,6%, publica em seu próprio; nenhum participante desconhece o que é um *Blog* (GRÁFICO 7).

Gráfico 7 – Uso de *Blogs*

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nota-se pelos resultados que a construção do conhecimento através da autoria nesse tipo de comunicação na internet é pequena, tendo entre a população pesquisada, apenas um

que publica em seu próprio *blog* e cinco que participam ou contribuem de alguma forma em *blogs* de outra pessoa, conforme exposto no quadro 19.

Quadro 19 – *Blogs* citados pelos docentes

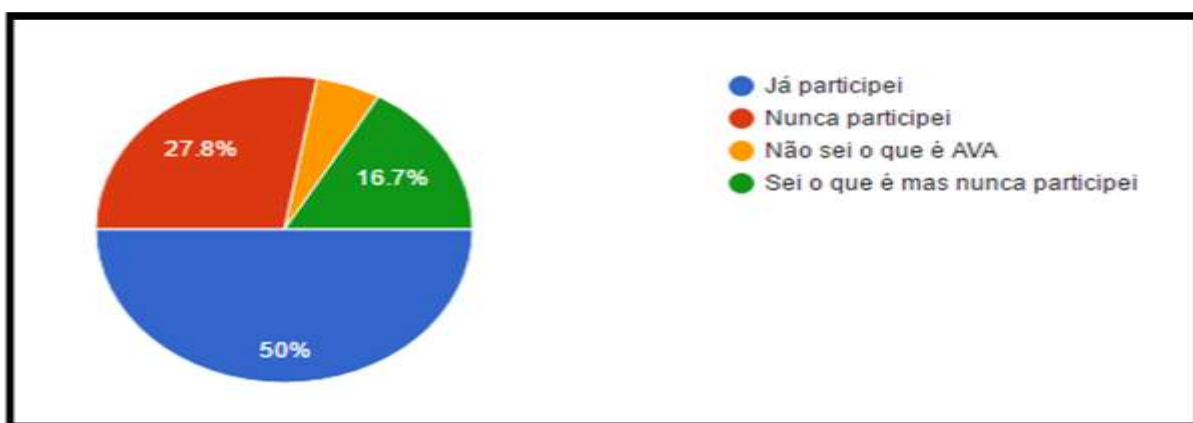
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	BLOGS CITADOS	FREQUÊNCIA
<i>Blog</i> de autoria própria	mitosemetaforas@blogspot.com	1
<i>Blogs</i> de outras pessoas	leticilanz.blogspot.com	5

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

É curioso que mais da metade da população pesquisada não tenha tido interesse em conhecer um *blog* principalmente devido a função que exercem como docentes e profissionais do direito, uma vez que, os *blogs* são criados para diferentes finalidades e por diferentes pessoas e são considerados ferramentas que auxiliam a comunicação da informação.

A **questão 18** trata da construção do conhecimento por meio da participação em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os resultados mostram que 50% dos pesquisados já participaram de um AVA, inclusive citaram os AVA que já participaram (Quadro 20); 27, 8% nunca participaram; 16, 7% dos pesquisados sabem o que é um AVA, porém, nunca participaram e 5, 5 % dos pesquisados não sabem o que é AVA (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Frequência de Participação em AVA



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os ambientes virtuais de aprendizagem são ferramentas de apoio a educação à distância, focados não só no sistema de ensino e aprendizagem pela internet, como também em outros interesses, a exemplo, de entretenimento e outros. É utilizado comumente para apoio às

disciplinas presenciais ou virtuais do Ensino Superior e cursos de capacitação. Pelos resultados obtidos, a metade dos pesquisados já participaram de AVA para cursos de capacitação buscando se atualizarem em assuntos específicos, procurando novos conhecimentos, se preparando para concursos ou como professor e/ou tutor, conforme mostra o Quadro 20.

Quadro 20 – AVA citados pelos docentes

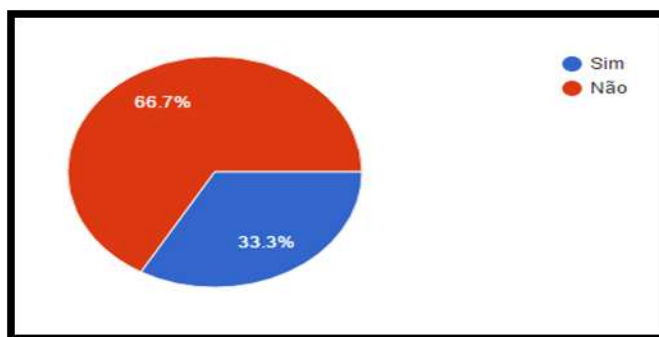
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)
UNIFACISA - Direito
EAD do STJ e CNJ
Educação em direitos humanos
EAD da UEPB
Preparação para concursos
Cursos do Observatório Nacional

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Essa atitude corrobora com o aprendizado ao longo da vida e com o aperfeiçoamento das habilidades nas tecnologias de informação e comunicação, características da competência em informação. Mesmo que apenas um dos pesquisados, de acordo com os resultados, não saiba o que é um AVA, é fato interessante devido a sua profissão como docente.

A **questão 19** última questão da **área 3** relaciona-se ao uso de ferramentas tecnológicas em sala de aula como Fóruns, Chats, Blog e AVA. Constatou-se que 66, 7% dos pesquisados não utilizam essas ferramentas em sala de aula e 33, 3% utilizam algumas dessas ferramentas conforme exposto no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Uso de ferramentas tecnológicas



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Apesar de não ter um programa ou projeto implementado que coordene essas iniciativas tecnológicas na IES, sob coordenação educacional, observou-se, embora em menor

número que, alguns docentes desenvolvem essa articulação tecnológica na prática de ensino-aprendizagem. No entanto, a grande maioria ainda não pratica essa interação em sala de aula o que pode estar ligado, ou não, a falta de recursos ou de interesse.

Os resultados obtidos na **área 3** do questionário, demonstram que os pesquisados apresentam disponibilidade de conectividade destacando que não apresentam problemas quanto ao acesso a essas tecnologias; possuem de um modo geral habilidades em relação às TIC e revelam a importância da internet no dia-a-dia e para as atividades desempenhadas pelos pesquisados em função de sua profissão. Apesar de verificada a falta de interesse em *Blogs*, ferramenta que poderia auxiliar na comunicação e discussões de determinados temas, a participação de alguns pesquisados nos AVA, mesmo sendo incipiente, condiz com o aprendizado ao longo da vida e com o aperfeiçoamento das habilidades nas tecnologias de informação e comunicação, características da competência em informação.

Portanto, de um modo geral, os pesquisados estabelecem um bom relacionamento com as ferramentas tecnológicas o que é um processo positivo, pois um dos passos para se tornar competente em informação está na instrumentação do indivíduo para o emprego das TIC no acesso à informação de qualidade.

Porém observa-se a necessidade de um maior envolvimento dos docentes em desenvolver habilidades relativas aos pilares, planejar (*Plan*) e reunir (*Gather*) nas:

- Práticas de interação tecnológica em salas de aula, o que proporciona expandir o conhecimento em relação a outras de fontes de informação como também o desenvolvimento das habilidades no uso das tecnologias,
- E na expansão da busca para autoria em *blogs*, contribuindo para a geração do conhecimento e de visibilidade do autor.

5.5 ÁREA 4 - NECESSIDADE E DEMANDA INFORMACIONAL

A **área 4** é a última parte do questionário e destinou-se a conhecer as necessidades e as demandas informacionais por parte dos docentes pesquisados, possibilitando o estudo para ações futuras com o intuito de suprir as demandas informacionais.

Os resultados obtidos mostram conforme o quadro 21 que o recurso mais utilizado é o que corresponde ao índice “**quadro**” com 17 participantes, quase a totalidade dos pesquisados. Com uma representação bastante significativa de 14 respondentes está o índice “**datashow**”. O resultado do índice “**internet**” é utilizado por seis respondentes e corrobora com os resultados da **questão 19** da **área 3** acerca das ferramentas tecnológicas utilizadas em

sala de aula. Portanto, confirmando que o uso da internet em sala de aula ainda é pequeno, o que pode ser atribuído a falta de recursos da instituição ou a falta de habilidade frente a essas tecnologias o que não condiz com resultados anteriores, onde a maior parte menciona o uso da internet, pelo menos, no trabalho e em casa. Do total de 18 participantes apenas uma pessoa respondeu não utilizar o quadro em sala de aula, porém mais do que a maioria utiliza os dois recursos “**quadro**” e o “**datashow**” como pode ser visualizado no quadro 21. O uso do **datashow** significa que os participantes possuem certas habilidades para lidarem com essa ferramenta tecnológica e mais uma vez o resultado é contraditório aos resultados referentes ao índice “**internet**”, o que prova que a pouca utilização em sala de aula não seja a falta de habilidades.

O **datashow** como recurso pedagógico permite que se escape do ritmo comum das aulas expositivas em quadros e também pode facilitar a apreensão dos conteúdos através da observação de imagens e a pesquisa revelou que os docentes pesquisados utilizam este recurso com uma frequência bastante expressiva, conforme observado no quadro 21.

Quadro 21 – Frequência dos Recursos utilizados em sala de aula

ÍNDICES	FREQUÊNCIAS
Quadro	17
<i>Datashow</i>	14
Internet	6

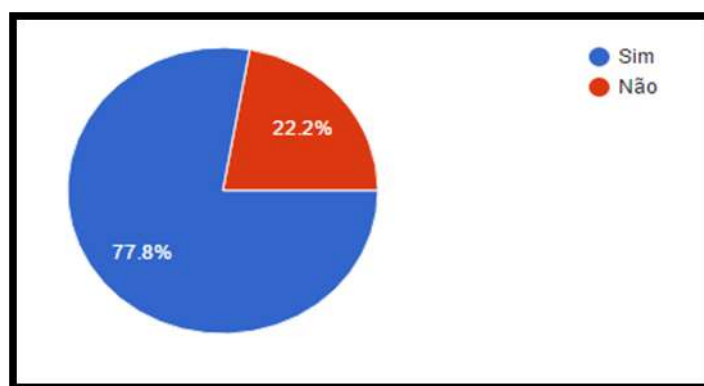
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Como explica Perrenoud (2000) no caso da educação as TIC podem facilitar o processo interdisciplinar, pois oferecem uma série de vantagens em relação aos métodos convencionais de aprendizagem e facilitam a troca imediata de informações, a visualização de subtarefas, como parte de tarefas mais globais, a adaptação da informação aos costumes individuais de aprendizagem, o encorajamento à exploração, a maior e melhor organização das ideias, a maior integração e interação, a agilidade na recuperação da informação, o maior poder de distribuição e de comunicação nos mais variados contextos.

A **questão 21** refere-se à habilidade no uso de computadores, isto é, na sua manipulação, de um modo geral, incluindo a manipulação de (*softwares*) programas. A pesquisa explorou especificamente se os docentes consideram suas habilidades suficientes para manusear o computador em suas atividades. Os resultados mostraram que 77, 8% representando 14

dos pesquisados consideram seus conhecimentos suficientes para a execução de suas atividades e 22, 2% correspondendo a 4 participantes não consideram suficientes; porém não citaram suas dificuldades no campo (Outros), o que impossibilita a identificação para ações posteriores de competência em informação na concepção tecnológica. (Gráfico 10).

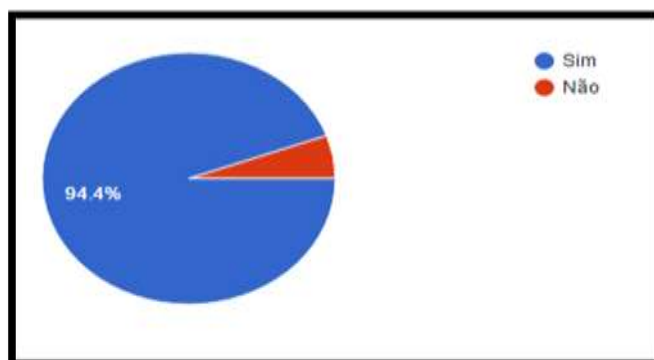
Gráfico 10 – Conhecimentos suficientes em informática



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A **questão 22**, com seus resultados explicitados no gráfico 11, verificou que os docentes pesquisados possuem facilidade em encontrar *sites* ou bases de dados que correspondam às suas necessidades de pesquisa. Os sites ou bases de dados são considerados sistemas de informação que armazenam grandes quantidades de informação. A referência nesta questão foi direcionada aos *sites* ou bases de dados profissionais e/ou científicos, pois que eles reúnem mais informações relevantes e de qualidade, abrangendo áreas específicas ou gerais de determinadas áreas do conhecimento, disponibilizando textos completos ou resumos.

Gráfico 11– Facilidade para encontrar *sites* ou bases de dados



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O **quadro 22** também se refere à **questão 22** do questionário e destina-se a descrição das dificuldades dos participantes em encontrar *sites* ou bases de dados. Como se vê no quadro 22, nenhum participante descreveu suas dificuldades, pois todos responderam que não possuem dificuldade, apenas o respondente 15 relatou precisar de “**mais prática**”, subtendendo-se que deseja desenvolver as habilidades que já possui.

Quadro 22 – Demonstrativo das respostas em relação a dificuldade em encontrar *sites* ou bases de dados

21 - Com relação as suas necessidades informacionais você tem facilidade em encontrar os <i>sites</i> ou bases de dados correspondentes as pesquisas acadêmicas? () Sim () Não. Caso negativo, descreva a sua dificuldade:	
Dificuldades descritas pelos participantes da pesquisa em encontrar sites ou bases de dados	RESPOSTAS
	1- Considero apropriado meu conhecimento
	2- Não tenho dificuldades
	3- Não tenho dificuldade
	4- Tenho facilidade
	5- A resposta a questão anterior foi “sim”
	6- Não tenho dificuldade
	7- Não possuo dificuldade
	8- Não tenho dificuldade
	9- Não tenho dificuldades nesse sentido
	10- Não tenho dificuldade, encontro-as facilmente
	11- Encontro
	12- Não é negativa
	13- Não tenho dificuldade
	14- Não tenho muitas dificuldades
	15- Mais prática
	16- Nenhuma
	17- Nenhuma
	18- Tenho facilidade

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

E por fim, a **questão 23**, do tipo aberta, explorou a utilização das fontes de informação consideradas essenciais à área jurídica e/ou disciplinas ministradas pelos docentes pesquisados.

Segundo Passos e Barros (2009) as fontes de informação jurídica desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das ações dos operadores do direito.

As fontes de informação jurídica podem ser todo e qualquer material no qual se busca subsídios para elaborar diferentes tipologias textuais; são todos os tipos de meios que contém informação passíveis de serem comunicadas, acessadas e avaliadas, para usos posteriores e podem ser representadas, por pessoas, instituições, empresas, cartórios, obras de referência, serviços e sistemas de informações, bases de dados, etc. (BARROS, 2004).

As respostas da população pesquisada estão representadas no quadro 23, e utilizou-se a nomenclatura **respondente** para indicar os sujeitos participantes da pesquisa e a numeração para indicar a ordem que aparecem no questionário totalizando os 18 respondentes. Ressalta-se que as somas da frequência dos índices das categorias não coadunam com a soma dos respondentes, pois os participantes responderam mais de uma fonte de informação gerando frequências diferentes para cada índice e suscitando a criação de categorias, *a posteriori*, para melhor compreensão.

Quadro 23 – Respostas sobre as fontes de informação essenciais para área jurídica ou disciplina de acordo com os participantes

23 – Quais as fontes de informação que você julga essenciais à área ou as disciplinas ministradas?
Respostas
1- Livros e artigos em revistas especializadas
2- Livros, periódicos e internet
3- Jurisprudência, Revistas científicas Qualis A, B, legislação atualizada
4- Sites de tribunais, decisões judiciais, sites de artigos
5- Internet: blogs e sites (sobretudo do judiciário)
6- Livros e sites especializados e de tribunais
7- Biblioteca BDJUR do STF
8- http://www.periodicos.capes.gov.br/
9- Livros jurídicos e na área de relações internacionais. Revistas especializadas: sou assinante das revistas internacionais <i>Foreign affairs e Foreign policy</i> . Atualização jurisprudencial sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal e Tribunais Internacionais, como a Corte Internacional de Justiça, o Tribunal Penal Internacional e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
10- Doutrinas atualizadas, Jurisprudências dos Tribunais, Artigos e publicações que tratam da disciplina e ter sempre ao alcance uma legislação atual.
11- Artigos
12- Internet e livros
13- Livros, artigos científicos e internet
14- Sites de legislação e jurisprudência
15- Livros e internet
16- Livros
17- Periódicos, livros, jurisprudenciais e códigos
18- Periódicos e teses

Fonte: Dados da pesquisa, (2017).

As categorias criadas foram: **Categoria 1 - Fontes de informação jurídica na web/internet**; **Categoria 2 - Fontes de informação jurídica**; e **Categoria 3 - Fontes formais de informação jurídica**.

5.5.1 Área 4 -Categoria 1 - Fontes de informação jurídica na web/internet

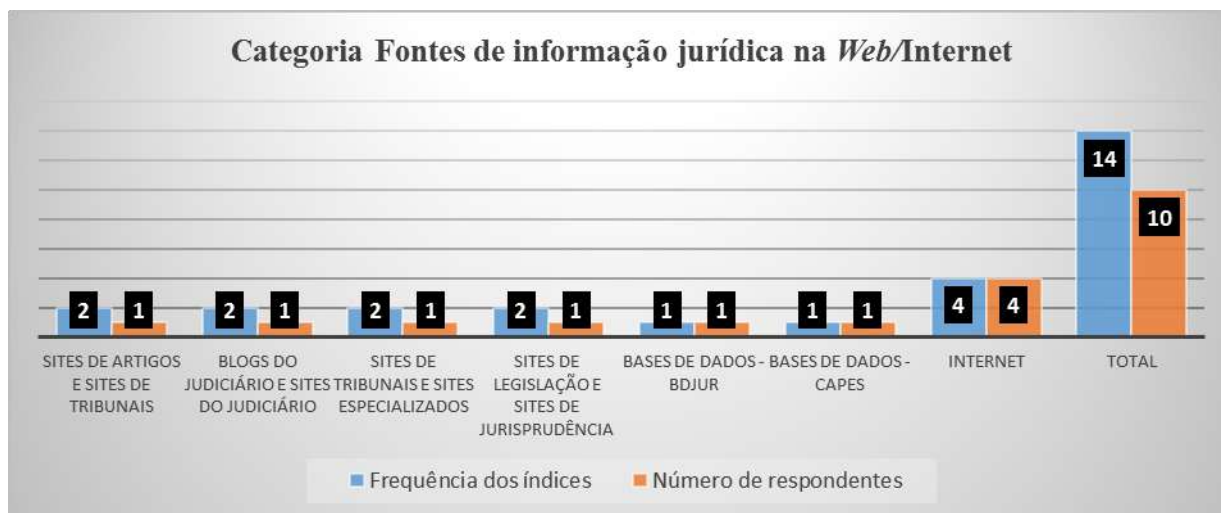
A partir das citações dos respondentes, os resultados obtidos na **área 4 -categoria 1** demonstram que a Internet é utilizada por mais da metade dos participantes sendo citada por 10 respondentes. Os índices “sites de artigos, de tribunais, de judiciário, blogs do judiciário, sites especializados, sites de legislação e sites de jurisprudência, bases de dados BDJur e CAPES obtiveram 1 citação cada, já o índice “Internet” foi mencionado por 4 respondentes conforme se vê no quadro 24 que demonstra a frequência dos índices e número de respondentes para cada índice.

Quadro 24 – Frequência dos índices e número de respondentes – Categoria 1 - Fontes de informação jurídica na Web/Internet

Índices	Freq.	Número de respondentes
Sites de artigos	1	1
Sites de tribunais	1	
Blogs do judiciário	1	1
Sites do judiciário	1	
Sites de tribunais	1	1
Sites especializados	1	
Sites de legislação	1	1
Sites de jurisprudência	1	
Bases de dados – BDJur	1	1
Bases de dados - Capes	1	1
Internet	4	4
Total	14	10

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Constatou-se que os resultados obtidos nessa categoria afirmam os resultados expressos em **6.2.1 Área 2 - Categoria 1** e em **6.3 Área 3** onde a internet lidera em relação ao acesso e ao uso das fontes de informação revelando que os respondentes possuem habilidades para lidar com as TIC. Os sites mencionados são considerados sites jurídicos com exceção do “índice portal CAPES e internet”. Neste sentido consideram-se sites jurídicos aqueles voltados para os interesses da comunidade jurídica. São, portanto, os que estão direcionados às instituições jurídicas acadêmicas e não acadêmica. Estes sites geralmente disponibilizam diversas matérias do âmbito jurídico, como textos doutrinários, legislação, jurisprudência, serviços, modelos de petições, modelos de contratos etc, conforme o gráfico 12.

Gráfico 12 – Representação da Categoria 1 - Fontes de informação jurídica na *Web/Internet*

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Percebe-se, portanto, com os resultados alcançados nesta categoria, que os respondentes se coadunam com os **pilares identificar, escopo e planejar**, resultados semelhantes às outras categorias **da área 2** e aqui evidenciados pelos pesquisados, que demonstraram:

- Conhecer a necessidade de informação que precisam para desempenhar suas funções;
- Reconhecer as fontes de informação necessária para satisfazerem sua necessidade de informação;
- Reconhecer a importância que essas fontes representam para a área em que atuam, pelo contexto da atualidade e também pela sua credibilidade;
- Utilizar constantemente essas fontes na *web*, de onde se depreende que possuem certas habilidades em relação às TIC.

No entanto, reafirma-se a necessidade de ampliação do conhecimento e habilidades em gerenciamento de outras fontes de informação e bases de dados jurídicos o que possibilitaria ampliar o leque de pesquisa e oportunizaria o acesso e o uso da informação com eficiência e eficácia, refletindo o pilar **Reunir (Gather)** do modelo Seven Pillars; visto que, são cada vez mais crescentes a disponibilização e a busca de informação na internet. Essa percepção também é dada pelo fato de apenas 1 dos respondentes mostrar conhecer em particular uma base de dados, a Biblioteca Digital Jurídica (BDjur), que é um repositório mantido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e que possibilita acesso a diversos conteúdos da área jurídica.

Considerando que a *web* possibilita o acesso a informações de forma rápida e sendo esses recursos amplamente usados para fins diversos, o fato de outro respondente mencionar apenas o Portal da CAPES pode ser provavelmente que não costume buscar informações rela-

cionadas ao seu fazer jurídico na internet, ou que não exerça a função jurídica, ou por falta de conhecimento, como também por ser esse o único canal importante para a sua disciplina.

Portanto é preciso desenvolver a habilidade **“Reunir”** dos 7 pilares que indica que o indivíduo competente em informação tem habilidades para localizar e acessar a informação necessitada, entendendo que é preciso saber como acessar as fontes de informação na *web* e também ampliar o pilar **“Avaliar”**, para desenvolver a cautela na busca de informação na internet.

5.5.2 Área 4 - Categoria 2 - Fontes de informação jurídica

Os resultados dessa categoria mostram que os índices **“artigos”**, **“artigos científicos”**, **“artigos que tratam das disciplinas e publicações que tratam das disciplinas”**, **“artigos em revistas especializada”**, **“revistas científicas”**, **“revistas especializadas”** e **“teses”** foram citados apenas 1 vez cada um, já o índice **“periódicos”** foi mencionado 3 vezes, por fim o índice **“livros”** com 5 frequências e **“livros jurídicos/especializados”** com 4 num total de 13 respondentes (Quadro 25). O índice **“publicações que tratam das disciplinas”** foi desconsiderado por assumir características abrangentes.

Quadro 25 - Frequência dos índices e números de respondentes – Área 4 - Categoria 2 - Fontes de informação jurídica

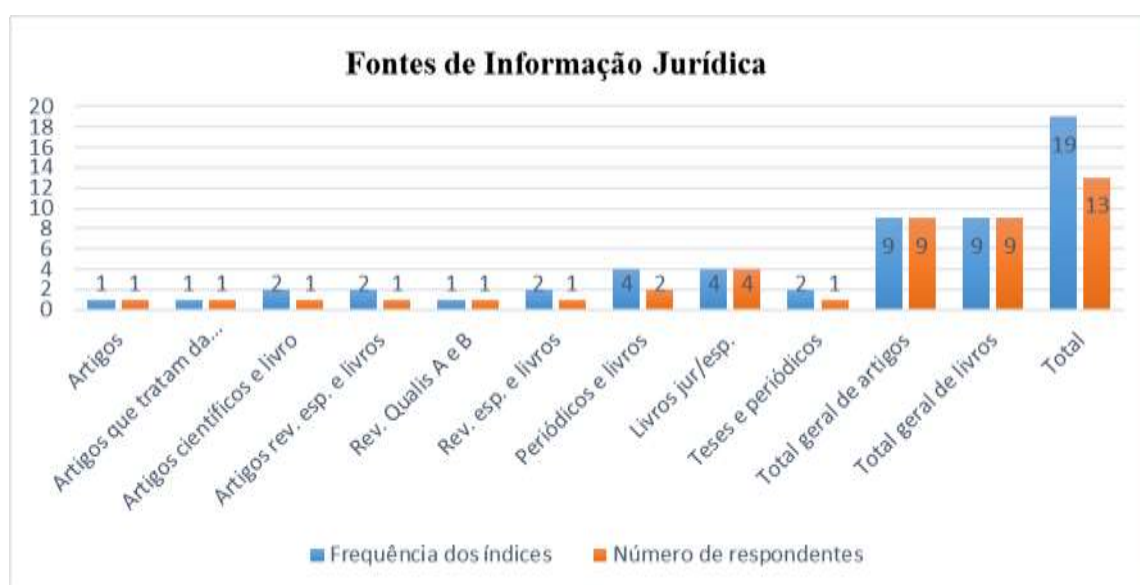
Categoria Artigos	Freq.	Nº respondentes	Área/nome das fontes citadas
Artigos	1	1	
Artigos que tratam da disciplina	1	1	
Artigos científicos	1	1	
Livros	1		
Artigos em revistas especializadas	1	1	
Livros	1		
Revistas científicas Qualis A e B	1	1	
Revistas especializadas	1	1	Revistas especializadas internacionais <i>Foreign affairs e Foreign Policy</i> e livros Relações - internacionais (respondente 9)
Livros	1		
Periódicos	2	2	
Livros	2		
Livros jurídicos/especializados	4	4	
Teses	1	1	
Periódicos	1		

Total	19	13	
--------------	-----------	-----------	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Dentre as demais fontes de informação jurídica, os dados ainda apontam que podemos considerar uma frequência de utilização bastante acentuada da internet, apesar dos 13 respondentes não terem citado especificamente o termo “internet” ou “sites”, em contrapartida, o tipo “artigo” citado nove vezes equivalentemente aos livros são encontrados mais facilmente com o apoio das TIC, no caso a internet e os meios digitais. Contudo, os livros continuam sendo utilizados na área jurídica como mostra o resultado, explicitado no gráfico 13.

Gráfico 13 – Representação da Categoria 2 - Fontes de informação jurídica



Fonte: Dados da pesquisa, (2017).

Observa-se que as revistas científicas e as especializadas, periódico e artigos estão sendo cada vez mais utilizados, esse comportamento revela a confiança que os participantes empregam nesse tipo de fonte, uma vez que são consideradas tipos de fontes seguras e atuais para a pesquisa.

No entanto, os dados mostram que as teses, não figuram como aquelas fontes mais utilizadas. Apenas 1 respondente mencionou esse tipo de fonte. Isto põe em evidência a subutilização de fontes de informação de valia. Visando minimizar essa problemática a CAPES tem incentivado a publicação de teses e dissertações como artigo de periódicos. É possível que esse comportamento também esteja relacionado à dificuldade de acesso às informações

nelas contidas ou a ausência de uma política de incentivo de uso dos repositórios e das bases de dados onde estas informações estão disponibilizadas.

5.5.3 Área 4 - Categoria 3 - Fontes formais de informação jurídica

Os dados da pesquisa apontam na categoria 3 que cinco participantes mencionaram as fontes do tipo legislação e jurisprudência; um respondente citou legislação, jurisprudência e doutrina; um citou apenas jurisprudência; um respondente mencionou doutrina e jurisprudência e um respondeu doutrina e legislação, totalizando nove respondentes, esses índices obtiveram 18 frequências onde apenas o respondente nove esclarece a área e o nome à qual pertence as fontes por ele utilizadas conforme o quadro 26 revela. Salienta-se que a organização dos índices dessa categoria estão conforme as respostas dos respondentes. Destaca-se que essas fontes podem estar disponíveis em meio digital ou impresso.

Quadro 26 – Frequência e número de respondentes Área 4 - Categoria 3 - Fontes formais de informação jurídica

Índices	Freq. índices	Nº respondente	Área/nome/Instituição das fontes citadas
Legislação	5	5	
Jurisprudência	5		
Legislação	1	1	
Jurisprudência	1		
Doutrina	1		
Jurisprudência	1	1	Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais internacionais (Corte Internacional de Justiça, Tribunal, Tribunal Penal Internacional e a Corte Interamericana de Direitos humanos) (Respondente 9)
Doutrina	1	1	
Jurisprudência	1		
Doutrina	1	1	
Legislação	1		
Total	18	9	

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Apesar dos outros 9 respondentes não terem mencionado os termos “legislação”, “jurisprudência” e “doutrina”, pois citaram artigos, artigos científicos, artigos em revistas especializadas, revistas Qualis A e B, periódicos, portal da CAPES, livros, teses e sites de

artigo como apresentado nos resultados da categoria anterior e dentre as demais fontes de informação jurídica podemos dizer que essas fontes disponibilizam e/ou possibilitam acesso à legislação, doutrina e jurisprudência. Pois conforme Cunha (2010) e Andreta (2004) as doutrinas são registradas em livros, artigos de periódicos, textos diversos impressos ou meio eletrônico, vídeos e outras formas de registro do conhecimento.

Sendo assim e devido à profissão dos pesquisados como docentes e operadores do direito e conforme a especificidade da pergunta, justificamos a utilização dessas fontes por todos os participantes o que indica que 100% correspondente ao total de 18 respondentes utilizam em seu cotidiano, os tipos de fontes que formam o tripé básico da informação jurídica: legislação, doutrina e jurisprudência.

Isso significa segundo Santiago e Barreira (2011) que estes conteúdos especializados norteiam as atividades de todos os operadores do direito em seus afazeres cotidianos a fim de que possam prestar serviços jurídicos com especificidade, eficiência e eficácia.

É importante ressaltar que os contextos referentes às fontes de informação jurídica citadas pelos respondentes quanto a *sites* de instituição, entre outras estão de acordo com Barros (2004), Passos e Barros (2009), Cunha (2010) e Silva (2010), presentes na subseção 3.1 que trata das fontes de informação jurídica dessa pesquisa, entre tantos que se dedicam ao estudo e disseminação da informação jurídica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade da aprendizagem apresenta-se, em linhas gerais, caracterizada por uma economia informacional e exige maior qualificação das pessoas no sentido de acesso e do uso da informação para a construção de conhecimento, considerando-se a mediação das TIC e a necessidade de compartilhamento, de cooperação e de tomadas de decisão mediante a integração e a interação nos ambientes organizacionais.

Desse modo, partiu-se nesta pesquisa do pressuposto de que é necessário frente a essa conjectura, saber lidar com a informação e seu extenso universo, como buscá-la e acessá-la; como avaliá-la, como organizá-la e como transformá-la, numa junção de conhecimentos, de habilidades e de valores para, assim, aprender de maneira independente, ao longo da vida. E a este processo denomina-se competência em informação.

Nesta pesquisa, ao analisar a competência informacional dos docentes do curso de Direito do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba quanto ao acesso e ao uso das fontes de informação jurídica buscou contribuir para a efetivação de uma nova prática informacional dirigida aos docentes do curso de Direito.

A existência de programas que priorizem a implantação da competência em informação ainda é uma realidade a ser concretizada no Brasil, pois, não há pesquisas sobre esse tema, a literatura é praticamente inexistente e se desconhece projetos pedagógicos de curso de direito que encerrem essa preocupação profissional (SANTIAGO; BARREIRA, 2011).

Dessa forma, entende-se como um desafio o desenvolvimento da competência em informação no âmbito acadêmico, especialmente nos cursos de Direito visto que esta competência é elemento fundamental para o acesso eficaz e eficiente da informação. Mais utilizados nos países desenvolvidos, esses modelos de competência em informação, discutidos internacionalmente, como o SCONUL foram utilizados no presente estudo. Enquanto parâmetro é importante frisar, que eles necessitam de serem contextualizados e adaptados a cada realidade particular, tal foi feito, nesta pesquisa, relacionando os resultados obtidos.

A Pesquisa foi iniciada indagando **como os docentes da área de direito buscam atender suas necessidades de informação. Quais as fontes de informação mais utilizadas pelos docentes da área jurídica?** Essas perguntas foram respondidas com êxito o que possibilitou alcançar os objetivos específicos estabelecidos para o atendimento do propósito desta pesquisa por meio da construção do aporte teórico, que permitiu conhecer os aspectos concernentes à competência em informação e por meio dos resultados obtidos.

Desse modo os resultados da **área 1** do questionário, permitiu alcançar o **primeiro objetivo específico** que ao traçar o perfil da população pesquisada constatou que se constitui numa população jovem entre 31 a 50 anos, o que pode explicar a aproximação acentuada com a internet, sobressaindo os de sexo feminino com nível de pós-graduação predominantemente de mestrado, seguido do doutorado, com tempo de permanência na instituição entre 1 e 4 anos seguidos dos que já estão a 11 anos. Nota-se que os docentes pesquisados vêm investindo numa educação continuada, buscando ampliar sua formação, focados no aspecto profissional, isto é, aprendizado ao longo da vida, característica da competência em informação.

A **área 2 do questionário** composto de 4 categorias já explicadas anteriormente, possibilitou o alcance do **objetivo b**, a partir da análise das diretrizes do modelo de competência em informação *The Seven Pillars*, indicando, de um modo geral que, os docentes pesquisados são detentores da maioria das habilidades requeridas por este modelo. O **objetivo c**, foi atingido por meio da **área 2 e 3 do questionário** e o **objetivo d**, foi alcançado a partir da identificação das competências em informação dos docentes através da **área 4 do questionário**.

Como ponto positivo, verificou-se de forma geral, que os docentes participantes da pesquisa, indicaram ser detentores da maioria das habilidades relacionadas à competência informacional, o que possibilita afirmar que estes possuem compreensão das diretrizes estabelecidas pelo modelo de competência em informação *Seven Pillars* da SCONUL (2011) vez que já demonstraram algum conhecimento sobre elas, mesmo que de forma intuitiva e inconsciente.

Ressalta-se que nessa pesquisa não houve atividades práticas para investigar habilidades referentes ao pilar Apresentar (*Present*) do modelo *Seven Pillars* e que as comparações em relação aos outros pilares foram feitas através do que os pesquisados consideram sobre si em relação as suas habilidades. A inviabilidade de atividade prática com os pesquisados e a impossibilidade de avaliar todas as variáveis da competência em informação inclui-se como limitações do presente estudo, assim como a falta de respostas mais específicas em relação às perguntas abertas.

Portanto, depreende-se da realidade investigada, que os docentes pesquisados são considerados competentes em informação por serem capazes de:

- Identificar a necessidade de informação (*Identify Pillar*), reconhecendo as mais variadas formas de disponibilização de informação;

- Traçar o escopo da pesquisa (*Scope Pillar*), reconhecendo os tipos de informação disponíveis (dados, pessoas, fontes escritas) e as características das diversas fontes de informação (livros, periódicos, bancos de dados), nos formatos impressos e digitais;
- Avaliar (*Evaluate Pillar*) os dados e as informações, conhecendo a autoria e suas respectivas qualificações, precisão, atualidade, dentre outros;
- Planejar (*Plan Pillar*) através de sua habilidade em construir estratégias para localizar informações e utilizar técnicas para apreender a informação, a exemplo de resumos;
- Gerenciar a informação (*Manage Pillar*), ou seja, organizando-as profissionalmente e eticamente, e com a habilidade de saber como associar novas informações às já existentes, com o propósito de construir ações e tomar decisões e finalmente compartilhar os resultados ou decisões (SCONUL, 2011).

Entretanto é preciso a ampliação e o desenvolvimento de outras habilidades do modelo de competência em informação *The Seven Pillars* como o Pilar Reunir (*Gather Pillar*) e o Pilar Planejar (*Plan Pillar*). O primeiro diz respeito ao uso efetivo das variedades de ferramentas e recursos de recuperação da informação, construção de pesquisas complexas apropriadas para diferentes recursos digitais, saber acessar informações de textos completos, tanto impressas quanto digitais, e o segundo, trata do conhecimento de outros meios de representar a informação para apreendê-la. Essas demandas foram identificadas **na categoria 1 e 3 da área 2** do questionário e são direcionadas ao acesso de modo eficaz de diversas fontes de informação, a exemplo de saber acessar o portal de periódicos da Capes e principalmente as bases de dados, como também saber fazer uso de combinação de mais campos de busca para o refinamento e a obtenção de resultados. Com relação às demandas informacionais, além das citadas acima, e apesar dos docentes participantes não terem informado de forma explícita suas dificuldades, pode-se inferir que as fontes formais de informação mais utilizadas são as que oportunizam uma maior demanda, a exemplo, das jurisprudências e da legislação que apresentaram maior incidência, o que requer ações para melhorar o acesso e a disseminação desses tipos de fontes

A inexistência de ações formais em competência em informação, relacionadas aos docentes da área do Direito, verificadas na literatura no decorrer deste trabalho e a complexidade do cenário informacional, que por sua vez, atinge o regime de informação local, explicitam a necessidade de ações sistemáticas de competência em informação para este público específico na intenção de alcançar resultados positivos, com consequências, para além do ambiente acadêmico.

Nesse contexto, o envolvimento de bibliotecários é relevante segundo experiências relatadas na literatura. Reforça-se a função educacional dos bibliotecários acadêmicos, em mostrar a importância da competência em informação aos diversos públicos ou na formação de multiplicadores dos princípios da competência em informação. Enquanto educadores em informação, os bibliotecários devem buscar facilitar o processo de aprendizagem, fundamentados em um contexto educacional amplo e que valorize as necessidades práticas dos usuários de informação científica. Destaca-se o papel da biblioteca em promover o uso de suas fontes de informação científica e ao mesmo tempo em capacitar os usuários frente às fontes de informação fora dela.

As bibliotecas são mediadoras fundamentais nos processos de aprendizagem voltados à competência em informação e ao aprendizado ao longo da vida. Portanto, como afirma Duziak (2001), a biblioteca deve se transformar em um espaço de expressão e em uma organização aprendente e o bibliotecário deve se transformar num agente educacional.

Dentro desse contexto, o que se sugere de modo mais específico em relação ao âmbito de uma IES é:

- Que as IES implantem em suas estruturas curriculares como práticas comuns para todos os cursos superiores e articuladas pedagogicamente com a biblioteca, ações efetivas e práticas focadas no desenvolvimento de competências em informação dos discentes;
- Participação efetiva das bibliotecas da IES em apoio às ações pedagógicas dos docentes, cooperando no processo de mediação do acesso à informação com uma abordagem colaborativa, e assim colocando a biblioteca como um centro de ensino e aprendizagem.

Objetivando atender as demandas levantadas a partir dos resultados da pesquisa, propõe-se:

- A estruturação de minicursos, oficinas, palestras e tutoriais que visem ampliar as competências em informação no uso das TIC;
- Acesso e o uso das fontes de informação jurídica na internet;
- Uso da NBR 6023/2003 para elaboração de referências (de documentos jurídicos);
- Uso da NBR 10520/2003 para elaboração de citação.

Os conteúdos devem ser discutidos com os docentes, para que eles sejam pertinentes ao seu interesse e elaborados e ministrados por bibliotecários e profissionais ligados aos te-

mas escolhidos; através de treinamentos curtos e não-lineares. Pode-se adotar como metodologia aulas teóricas e práticas, com exercícios práticos envolvendo a busca e a recuperação da informação, utilizando recursos de autoaprendizagem baseados em ferramentas *web*, acessíveis de qualquer computador conectado à internet, com objetivo de proporcionar aos docentes um conhecimento mais efetivo sobre as fontes de informação na internet, e por consequência, melhor desempenho em suas atividades profissionais.

. No entanto, para a realização dessas propostas, além do envolvimento dos docentes, dos profissionais ligados à área requisitada e dos bibliotecários como agentes educacionais é necessário o apoio da administração da UEPB e da direção do CH para que sejam disponibilizados contextos de aprendizagens com infraestrutura adequada. Nesse sentido, entende-se como um dos desafios para a UEPB e também para os bibliotecários interessados em desenvolver a competência em informação no âmbito acadêmico

Esta foi uma aproximação inicial com o tema, na finalidade de contribuir com a literatura da área, a fim de esclarecer conceitos e ideias que poderão ser utilizados em abordagens ou investigações posteriores. Face ao exposto, espera-se que a pesquisa possa suscitar discussões sobre competência informacional na área jurídica e, consequentemente, contribua para que novas investigações sejam realizadas. Espera-se também estimular a reflexão e provocar discussões sobre o tema, competência em informação, no âmbito da UEPB, visando à concretização dessas sugestões e que essas ações possibilitem mudanças e avanços no campo da competência em informação nas bibliotecas universitárias e indique caminhos para o aprofundamento de questões que não foram contempladas ou respondidas satisfatoriamente nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A., KUMAR, V., DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo Dalmás. **As diretrizes curriculares e o desenvolvimento de habilidades e competências nos cursos de direito: o exemplo privilegiado da assessoria jurídica popular**, 2005. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32421-39149-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2017.

AMARAL, Marjorie Rosielle; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A disseminação seletiva de informações no contexto das organizações aprendentes e a importância do seu desenvolvimento em bibliotecas universitárias. **Gestão & Aprendizagem RMPGOA**. João Pessoa, v.3, n.2, p. 69-93, 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/mpgoa/article/view/22031/12460>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential Committee on Information Literacy: Final Report**. Chicago: ALA, 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>. Acesso em: 07 set. 2016.

AMERICAN ASSOCIATION OF LAW LIBRARIES. **Law student research competency principles**. Draft February 28, 2011. Disponível em: < >. Acesso em: 26 maio 2017.

ANDRETA, Cássio Adriano. Legislação como assunto: uma proposta de extensão para a Classificação Decimal do Direito. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 79-124

ASSMANN, Hugo. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a02v29n2.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Information literacy competency standards for higher education**. Chicago: ACRL, 2000. 17 p. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/informationliteracycompetency>>. Acesso em: 16 maio 2017.

_____. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. : ACRL, 2016. Disponível em: <<http://http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>>. Acesso em: 16 maio 2017.

_____. Law and Political Science Section. **Political science research competency guidelines**. Chicago: ACRL, 2008. 14 p. Disponível em: <<http://www.acrl.org/ala/mgrps/divs/acrl/standards/polisciguide.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2017.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins. **Ética e terceiro setor**. 2007. Disponível: <http://www.eticaempresarial.com.br/imagens_arquivos/artigos/Files/Monografias/Etica%20e%20terceiro%20setor.doc>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Lucivaldo. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 201-225.

BASSETTO, Clemilton Luís. **A inter-relação entre competência em informação e a Construção de conhecimento corporativo em ambiência de Redes organizacionais: um estudo no SEBRAE-SP/Escritório Regional de Bauru**. 188 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP: Marília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/93639>>. Acesso em: 07 set. 2016.

BASSETTO, Clemilton Luís. **Redes de conhecimento: espaço de competência em informação nas organizações contemporâneas**. Bauru: Idea, 2013.

_____; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competência em informação como diferencial competitivo para os profissionais de informação no contexto da sociedade informacional. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25, 2013. Florianópolis.

Anais...CBBD. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1483/1484>>. Acesso em: 07 set. 2016.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2. ed. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

_____, Regina Célia Baptista. Relatório final apresentado ao Programa de Pós-Doutorado em Gestão Escolar. Araraquara: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de, 2003. In: BASSETTO, Clemilton Luís. **A inter-relação entre competência em informação e a construção de conhecimento corporativo em ambiência de redes organizacionais: um estudo no Sebrae-SP/ Escritório Regional de Bauru**. 188 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP: Marília, 2012. Disponível em:

<<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/93639>>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. O conhecimento, as redes e a competência em informação (CoInfo) na Sociedade contemporânea: uma proposta de articulação conceitual. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, número especial, p. 48-63, out. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>>. Acesso em: 08 set. 2016.

_____; FERES, G. G. **Competência em Informação, redes de conhecimento e inovação**. Marília: PPGCI – UNESP, 2013. Material didático. Slide. Disponível em: <<http://www.labirintodosaber.com.br/wp-content/uploads/2015/05/unesp-marilia-2013-disciplina.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.

BOWEN, G.; ROSE, R.; WARE, W. **The reliability and validity of the school success profile learning organization measure**. *Evaluation and Program Planning*, 2006, v. 29, n. 1, p. 97-104.

BRUCE, C. S. Las siete caras de la alfabetización en información en la enseñanza superior. **Annales de Documentación**, n. 6, p. 289-294, 2003.
Disponível em: <revistas.um.es/analesdoc/article/download/3761/3661>. Acesso em: 14 set. 2016.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, dez. 2003.
Disponível em: <<http://www.revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/26/21>>. Acesso em: 08 set. 2016.

CARDOSO, Olinda Nogueira Paes. Recuperação de informação. **INFOCOMP Journal of Computer Science**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 33-38, nov. 2004. Disponível em:
<<http://www.dcc.ufla.br/infocomp/index.php/INFOCOMP/article/view/46>>.
Acesso em: 21 jun. 2017.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**. Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan/dez. 2000. Disponível em:
<<http://www.eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

CARROLL, Robyn; WALLACE, Helen. An integrated approach to information literacy in legal education. **Legal Education Review**, v. 3, n. 2, p. 133-168, 2002. Disponível em:
<<http://www.austlii.edu.au/au/journals/LegEdRev/2002/8.html>>. Acesso em: 31 maio 2017.

CAVALCANTE, Lúcia Eugenia. Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. Nova Série, São Paulo, v.2, n.2, p.47-62, dez. 2006. Disponível em:
<<http://www.rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/17/5>>. Acesso em: 09 set. 2016.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam o conhecimento para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

COELHO, Marlene Morbeck. **Competência informacional no ambiente de trabalho**: percepção do bibliotecário de órgão público. 238 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, UFBA, Salvador, 2008. Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7935/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20final%20%2027%2007%2009.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2016.

CÓL, Ana Flávia Sípoli; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competência em informação: um fator crítico para a comunicação na atualidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 13-25, jan/abr. 2011. Disponível em:
<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4033/5595>>. Acesso em: 29 maio 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Ensino Superior. **Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004**. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de

graduação em direito e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf>. Acesso em: 23 maio 2017.

COSTA, Ronald Emerson Scherolt da. **A competência informacional no ensino superior tecnológico**: um estudo sobre os discentes e docentes do curso de análise e desenvolvimento de sistemas da União Educacional de Brasília (UNEB). 196 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, UNB, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.versila.com/51523648/a-competencia-informacional-no-ensino-superior-tecnologico-um-estudo-sobre-os-discentes-e-docentes-do-curso-de-analise-e-desenvolvimento-de-sistemas-da-uniao-educacional-de-brasilia-uneb>>. Acesso em: 10 set. 2016.

COUTINHO, C.; LISBÔA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, Lisboa, v. 18, n.1, p.5-22, 2011. Disponível em: <http://revista.educ.fc.ul.pt/arquivo/vol_XVIII_1/artigo1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

_____. Fontes jurídicas. In: CUNHA, Murilo Bastos da. **Manual de fontes de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010. cap. 6.

_____; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 157 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php>>. Acesso em: 11 set. 2016.

_____. **Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas e do bibliotecário na construção da competência em informação**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 25, 2002, Salvador. **Anais...Intercom**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_ENDOCOM_DUDZIAK.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p. 23-35, jan/abr.2003. Disponível em: <<http://www.revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/123>>. Acesso em: 12 set. 2016.

FABELA, Sérgio. A vida toda para aprender. **Portal dos psicólogos**, 2005. Disponível em: <<http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0321.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

FARIAS, Gabriela Belmont de; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Como desenvolver a competência informacional mediada por modelagem conceitual teórico-prática**: por uma aprendizagem significativa e criativa na educação. Londrina: ABECIN, 2015. (Coleção Estudos ABECIN; 01). Livro digital. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/portal/>>. Acesso em: 14 set. 2016.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

FRIEDMAN, B., HATCH, J.; WALKER, D. **Capital Humano**: como atrair, gerenciar e manter funcionários eficientes. Futura: São Paulo, 2000.

FURTADO, Renata Lira; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Modelos para desenvolvimento e formação da competência em informação. In: **Competência em informação**: teoria e prática. Elmira Luzia Melo soares Simeão; Regina Célia Baptista Belluzzo (Coord.). Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2015. p. 73-88.

GASQUE, K. C.G.D. O papel da experiência na aprendizagem: perspectivas na busca e no uso da informação. **TransInformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 149-158, maio/ago., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v20n2/03.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

_____. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 83-92, set./dez., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a07.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRE, Judith. Information literacy plans: does your law library need one? **AALL Spectrum**, p. 28-31, Feb. 2010. Disponível em: <https://library.law.unh.edu/files/file/Gire_InfoLitPlan_Spectrum2010.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2011.

GUIMARÃES, Maria Isabel Peixoto. **Reaprendendo a aprender**: o papel das competências metacognitivas. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012. Dissertação (mestrado), UFRJ/COPPE Programa de Engenharia de Produção, 2012. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_m/MariaIsabelPeixotoGuimaraes.pdf>. Acesso em: 31 maio 2017.

HARGREAVES, Andy. **O Ensino na Sociedade do Conhecimento**: a educação na era da insegurança. Coleção Currículo, Políticas e Práticas. Porto: Porto Editora, 2003.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima. **Information Literacy**: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior. 2002. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pós-graduação em Ciência da Informação do MCT/IBICT – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/722/1/mariahelena2002.pdf>>. Acesso: 10 set. 2016.

_____; OLINTO, Gilda. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/64/78>>. Acesso em: 10 set. 2016.

KIM-PRIETO, Dennis. The Road Not Yet Taken: How Law Student Information Literacy Standards Address Identified Issues in Legal Research Education and Training. **Law Library Journal**, v. 103, n. 4, p. 605-630, 2011. Disponível em:

<http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1678146>. Acesso em: 21 maio 2017.

LE COADIC, Yves-François. O objeto: a informação. In.: _____. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 3 -11.

LINS, Greyciane Souza. **Inclusão do tema competência informacional e os aspectos tecnológicos relacionados nos currículos de Biblioteconomia e ciência da informação**. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado em ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1382/1/Dissertacao_2007_GreycianeLins.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____; LEITE, F. C. L. O comportamento informacional como aporte teórico para consolidação conceitual de competência informacional no contexto da comunicação. **Revista Edefatima**, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em:

<<http://www.edufatima.inf.br/isf/index.php/es/issue/view/3>>. Acesso em: 10 set. 2016.

LLOYD, Annemaree; LIPU, Suzanne; KENNAN, Mary Anne. On becoming citizens: examining social inclusion from an information perspective. **Australian Academic and Research Libraries**, v. 40, n. 1, p. 42-53, March 2010. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00048623.2010.10721433>>. Acesso em: 31 maio 2017.

LÓPEZ-MUÑIZ GOÑI, Miguel. **Informática jurídica documental**. Madrid: Diaz de Santos, 1984.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Ana Virgínia Chaves de. ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação.

Perspectivas em Ciência da Informação. Belo Horizonte, v.12, n. 2, p. 185-201, mai/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a12.pdf>>. Acesso em 15 set. 2016.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLETO, Ronaldo Ronan. Percepção da qualidade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 57-62, jan./abr. 2006. Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000003916/55591ccb3eb314a045ccea6fa8b8bf41>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

PASSOS, Edilenice Jovelina Lima. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez.

1994. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/537/537>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

_____; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

PERILLO, Amanda Cavalcante; GARBELINI, Maria de Fátima. Avaliação de fontes de informação jurídica na internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013. Florianópolis.

Anais... Florianópolis. 2013. Disponível em: <

<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1386/1387>>. Acesso em: 15 maio 2017.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

POZO, Juan Ignacio. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. **Revista Pátio**, ano VIII, n. 31, ago-out. 2004. Disponível em:

<<http://www.udemo.org.br/A%20sociedade.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

REZENDE, Ana Paula. Pesquisa jurídica em fontes eletrônicas. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 173-188.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SAEGER, Márcia Maria de Medeiros Travassos; OLIVEIRA, Maria Livia Pacheco de; NEVES, Dulce Amélia de Brito; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. Acesso e uso da informação componentes essenciais ao processo de Gestão da Informação nas organizações. **PÁGINAS a&b Arquivos & Bibliotecas**, série 6, n. 3, 2016. p. 52-64. Disponível em:

<<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/1545/1590>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

SANTIAGO, Antonio Edilberto Costa. **Competência informacional jurídica e as habilidades em pesquisa**. 2012. 261 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –

Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012. Disponível em:

<<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/7831/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Edilberto%20completa.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2017.

SANTIAGO, Antonio Edilberto Costa; BARREIRA, Maria Isabel Sousa. Competência informacional jurídica: habilidades em pesquisa jurídica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, 2011, Maceió. **Anais...** Maceió. 2011. Disponível em:

<<http://www.febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/schedConf/presentations>>. Acesso em: 26 maio 2017.

_____; BARREIRA, Maria Isabel Sousa. Habilidades em pesquisa jurídica de operadores do direito. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis. 2013. Disponível em:

<<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/40528>>. Acesso em: 26 maio 2017.

SANTOS, Mônica de Paiva. **Competência informacional**: um estudo com os professores associados I do Centro de Tecnologia da UFPB. 186 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SAYERS, Richard. **Principles of Awareness-Raising**: information literacy, a case study. Bangkok: UNESCO, 2006. p. 77-82. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/files/22439/11510733461Principles_of_Awareness_Raising_19th_April_06.pdf/Principles+of+Awareness_Raising_19th+April+06.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.

SCONUL Working Group on Information Literacy. **The SCONUL Seven Pillars of Information Literacy**: core model for higher education. 2011. Disponível em: <<http://www.sconul.ac.uk/sites/default/files/documents/coremodel.pdf>>. Acesso: 08 out. 2016.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 1990.

_____. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização que aprende. 25.ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2009.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica**: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SULLIVAN, Patrick. Developing Freshman-Level Tutorials to Promote Information Literacy. In: ROCKMAN, I. (org). **Integration Information Literacy into the Higher Education Curriculum**, San Francisco: Ed. Jossey-Bass, p. 71-92, 2004.

TARGINO, Maria das Graças. O óbvio da informação científica: acesso e uso. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 95-105, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/607/587>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

TAYLOR, R. S. Information use environments. IN: Dervin, B. Voigt, M (Eds). **Progress in Communication Science**. Norwich: NJ, Ablex, 1991. p. 173-216.

TOMAÉL, Maria Inês; et al. Avaliação de fontes de informação na internet: critérios de qualidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 11, n. 2, p. 13-35, 2001. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000001061/a9f7ed402ee5bd1ff45ead513a74e0cb>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

UNIVERSIDADE Estadual da Paraíba. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/a-uepb/historico/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

UNIVERSIDADE Estadual da Paraíba. **Cursos da EAD**. Disponível em: <<http://proreitorias.uepb.edu.br/proead/cursos/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

UNIVERSIDADE Estadual da Paraíba. **Cursos de Graduação**. Disponível em: <<http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/cursos-de-graduacao/>>. Acesso em 11 nov. 2016.

UNIVERSIDADE Estadual da Paraíba. **Mestrado e Doutorado**. Disponível em: <<http://proreitorias.uepb.edu.br/prpgp/pos-graduacao/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

UNIVERSIDADE Estadual da Paraíba. **Centro de Humanidades**. Disponível em: <<http://centros.uepb.edu.br/ch/sobre-a-instituicao/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

UNIVERSIDADE Estadual da Paraíba. **Projeto Pedagógico de Curso PPC: Direito (Bacharelado)**, CCJ. Núcleo docente estruturante. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Disponível em: <<http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/0144-2016-PPC-Campus-I-CCJ-Direito-ANEXO.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

UNIVERSIDADE Estadual da Paraíba. CCJ. **Histórico**. Disponível em: <<http://centros.uepb.edu.br/ccj/historico/>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

UNIVERSIDADE Estadual da Paraíba. **CCJ**. Disponível em: <<http://centros.uepb.edu.br/ccj/sobre/>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

VALENTINE, Sarah. Legal research as a fundamental skill: a lifeboat for students and law schools. **University of Baltimore Law Review**, Baltimore, v. 39, n. 2, p. 175-227, 2009. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1537871>>. Acesso em: 31 maio 2017.

VITAL, Luciane Paula. Fontes e canais de informação utilizados no desenvolvimento de sistemas em empresa de base tecnológica. **Revista ABC**, v. 11, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.revista.abccsc.org.br/index.php/racb/article/view/480/613>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n.1, p.1-12, 2011. Disponível em: <<http://www.http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328/1507>>. Acesso em: 20 set. 2016.

WENSING, Jairo. **Preservação e recuperação de informação em fontes de informações digitais**: estudo de caso do Greenstone. 219 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.cin.ufsc.br/pgcin/Wensing%20Jairo.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

XAVIER, Gleice Maria da Silva. et al. Competência informacional: estudo com alunos de curso de Administração. **Pretexto**. Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 46-64, out/dez. 2013. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/1881/Artigo%203>>. Acesso em: 04 out. 2016.

ZACCARO, Christiano Henrique. **A arquitetura das organizações aprendentes**. Taubaté: Cabral, 2003.

APÊNDICE A- TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NO CAMPUS III



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Gestão das
Organizações Aprendentes

João Pessoa, 09 de março de 2017.

Ilmo. Sr. Waldeci Ferreira Chagas

Diretor do Centro de Humanidades Osmar de Aquino – Campus III - UEPB

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

Solicitamos autorização para a realização de atividades de pesquisa acadêmico-científica no Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba. A pesquisa será realizada em nível de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, cujo tema é denominado: **Competência em Informação nas Organizações Aprendentes: um estudo com os docentes do curso de Direito da Universidade Estadual Da Paraíba - Campus III**, desenvolvida pela aluna Milena Borges Simões de Araújo, sob a orientação do Prof. Dr. Marckson Roberto Ferreira de Sousa.

A referida pesquisa tem por objetivo analisar a competência informacional dos docentes do curso de Direito do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, quanto ao acesso e uso da informação.

A mestranda e seu orientador estão a sua disposição para quaisquer esclarecimentos que considere necessário, em qualquer etapa do processo de pesquisa.

Atenciosamente,

Milena Borges Simões de Araújo

Mestranda

milaborgessa@gmail.com

De acordo,

Waldeci Ferreira Chagas

Diretor de Centro – CH – Campus III -
UEPB

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Sr. (a) Professor (a)
Esclarecimentos,

Este é um convite para o (a) senhor (a) participar da pesquisa **“Competência em informação nas organizações aprendentes: um estudo com os docentes do curso de direito da universidade estadual da paraíba - Campus III**. Esta pesquisa é sobre Competência em informação e está sendo desenvolvida por Milena Borges Simões de Araújo, aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do Prof. Dr. Marckson Roberto Ferreira de Sousa. O objetivo do estudo é: **analisar a competência informacional dos docentes do curso de direito do Campus III da UEPB quanto ao acesso e uso da informação jurídica**. Desse modo será necessário **traçar o perfil dos docentes do curso de Direito da UEPB – Campus III; identificar a competência informacional dos docentes quanto à necessidade de informação jurídica; verificar o acesso a fontes de informação jurídica utilizadas pelos docentes e levantar as demandas de competência informacional para a recuperação da informação jurídica pelos docentes**.

A finalidade deste trabalho é contribuir para o melhoramento no nível de competência em informação dos docentes do curso de Direito do CH da UEPB.

Solicitamos a sua colaboração para responder este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos pertinentes a área e publicar em revistas científicas especializadas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado

(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador
(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Consentimento Livre e Esclarecido

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Contato com a pesquisadora responsável: Milena Borges Simões de Araújo.

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora nos telefones pessoais (83) 98722-2975 e (83) 3023- , ou pelo e-mail milaborgessa@gmail.com ou no endereço de trabalho: (83) 3271-4080 (**Setor: Biblioteca**) UEPB - Rodovia PB-75, km 01, Bairro: Areia Branca, CEP: 58200000, Guarabira – PB.

Atenciosamente,

Assinatura da Pesquisadora Responsável
Milena Borges Simões de Araújo

Assinatura do Participante

APÊNDICE C– QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO NAS
ORGANIZAÇÕES APRENDENTES**

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES: um estudo com os docentes do curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba-CAMPUS III

QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES DO CURSO DE DIREITO DA UEPB-CAMPUS III

Área 1 – Perfil social dos docentes

01 - Gênero:

- () Feminino
- () Masculino

02 - Faixa Etária:

- () Entre 20 anos a 30 anos
- () Entre 31 anos a 40 anos
- () Entre 41 anos a 50 anos
- () Acima de 50 anos

03 - Nível de Pós-graduação:

- () Nenhuma
- () Especialização
- () Mestrado
- () Doutorado
- () Pós-doutorado

04 - Tempo que exerce suas atividades na instituição:

- () Menos de 1 ano
- () Entre 1 ano e 4 anos
- () Entre 5 anos e 10 anos
- () Acima de 11 anos

Área 2 – Etapas do processo de busca, acesso e uso da informação

Categoria 1 - Fontes de informação

05 - Quando sente necessidade de informação a quais fontes recorre? (Marque mais de uma opção se for o caso).

- ☐ Conversa com os pares
- ☐ Internet
- ☐ Biblioteca
- ☐ Portal de periódicos da Capes
- ☐ Acervo particular
- ☐ Outros: _____

06 - Quais os tipos de fontes de informação de sua preferência? (Marque mais de uma opção se for o caso).

- ☐ Livros
- ☐ Periódicos científicos
- ☐ Teses e dissertações
- ☐ Relatórios de pesquisas
- ☐ Bases de dados referenciais
- ☐ Jornais e revistas atuais (mídias de massa)
- ☐ Outros: _____

07 – Você utiliza com mais frequência fontes de informação...

- ☐ Impressa
- ☐ Digital

08 - Qual o critério você utiliza para selecionar as fontes de informação? (Marque mais de uma opção se for o caso).

- ☐ Facilidade de uso
- ☐ Qualidade da fonte
- ☐ Autoridade (por autor)
- ☐ Atualidade
- ☐ Pertinência

Categoria 2 - Recuperação da informação em bases de dados eletrônicos:

09 - Quais os campos de busca você mais utiliza ao fazer uma pesquisa? (Marque mais de uma opção se for o caso).

- ☐ Autor
- ☐ Título
- ☐ Assunto
- ☐ Resumo
- ☐ Outros: _____

Categoria 3 - Tratamento da informação (recuperação e uso da informação):

10 - Como você costuma representar a informação para apreendê-la? (Marque mais de uma opção se for o caso).

- ☐ Fazendo resumos
- ☐ Esquemas
- ☐ Mapas conceituais
- ☐ Outros: _____

11 - Em qual suporte você prefere armazenar as informações obtidas? (Marque mais de uma opção se for o caso).

- ☐ Pen drive
- ☐ E-mail
- ☐ Em Nuvens (hd virtual, dropbox)
- ☐ Outros: _____

Categoria 4 - Comunicação e uso da informação:

12 - Qual o canal de informação utilizado para divulgação dos resultados de suas pesquisas? (Marque mais de uma opção se for o caso).

- ☐ Artigos científicos
- ☐ Comunicação em eventos
- ☐ Relatórios
- ☐ Patentes
- ☐ Outros: _____

13 - O que você costuma fazer para utilizar a informação de forma ética e legal? (Marque mais de uma opção se for o caso).

- ☐ Dar crédito para as fontes utilizadas nos trabalhos e pesquisas para evitar o plágio
- ☐ Citar o autor da obra consultada
- ☐ Referenciar a obra consultada
- ☐ Respeitar o direito de exclusividade do autor sobre o trabalho, controlando sua reprodução (cópias)
- ☐ Outros: _____

14 - O que você faz para se manter atualizado em sua área de conhecimento? (Marque mais de uma opção se for o caso).

- ☐ Participa de congressos, seminários, encontros, etc.
- ☐ Leituras especializadas
- ☐ Grupos de estudo
- ☐ Conversa com os pares
- ☐ Outros: _____

Área3 – Uso de Tecnologias digitais/Internet

15 – Locais de acesso à Internet (marque mais de um se for o caso):

- () Em casa
() No trabalho
() Outros: _____

16 – Com que frequência acessa a internet? (Marque apenas uma das opções).

- () 1 a 2 vezes por semana
() Mais de 2 vezes por semana
() Todos os dias (pelo menos uma vez por dia)
() Estou sempre conectado
() Outros: _____

17 – Quanto ao uso de Blogs? (Marque apenas uma das opções).

- () Publico em meu Blog
() Não tenho Blog, mas participo ou contribuo, de alguma forma, em Blog de outra pessoa
() Sei o que é, mas nunca acessei um Blog
() Não sei o que é blog

Se você já publicou ou participou de um Blog, indique-o:

18 – Já participou de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)? (Marque apenas uma das opções).

- () Já participei
() Nunca participei
() Não sei o que é AVA
() Sei o que é mas nunca participei

Se você já participou de algum AVA, indique-o:

19- Você utiliza ferramentas tecnológicas (Fóruns, Chats, Blog, AVA) em suas aulas? (Marque apenas uma das opções).

- () Sim () Não

Área4 - Necessidade e demanda informacional

20 - Quais recursos você utiliza em sala de aula? (Marque mais de uma opção se for o caso).

- () Quadro
- () Datashow
- () Internet
- () Outros: _____

21 - Você considera seus conhecimentos em informática suficientes para a execução de suas atividades:

- () Sim
- () Não

22 - Com relação as suas necessidades informacionais você tem facilidade em encontrar os sites ou bases de dados correspondentes para as pesquisas acadêmicas?

- () Sim
- () Não

Caso negativo, descreva a sua dificuldade:

23 - Quais as fontes de informação você julga essenciais para a área ou disciplina ministrada?

Obrigada pela sua participação!

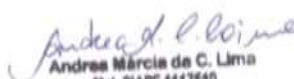
ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 3ª Reunião realizada no dia 27/04/2017, o Projeto de pesquisa intitulado: **“COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES: UM ESTUDO COM OS DOCENTES DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – CAMPUS III”**, da pesquisadora Milena Borges, Prot. nº 0145/17, CAAE: 66661717.8.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do relatório final do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Andrea Márcia de C. Lima
Mat. SIAPE 1117510
Secretária do CEP-CCS-UFPB